

**Ana Elisa Cruz Corrêa**

**O Fórum Social Mundial e as classes médias brasileiras:  
política de reformas e conciliação de classes**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO INSTITUTO DE  
FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNICAMP PARA OBTENÇÃO  
DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA.**

**Orientador: Armando Boito Jr.**

**CAMPINAS, 2012**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

**Ana Elisa Cruz Corrêa**

**O Fórum Social Mundial e as classes médias brasileiras:  
política de reformas e conciliação de classes**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO INSTITUTO DE  
FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNICAMP PARA OBTENÇÃO  
DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA.**

**Orientador: Armando Boito Jr.**

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE/DISSERTAÇÃO

DEFENDIDA PELA ALUNA ANA ELISA CRUZ CORRÊA, E ORIENTADA PELO PROF.DR. ARMANDO BOITO JR.

CPG, 22/03/2012

**CAMPINAS, 2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH  
UNICAMP

C817f Corrêa, Ana Elisa Cruz, 1984-  
O Fórum Social Mundial e as classes médias brasileiras  
: política de reformas e conciliação de classes / Ana Elisa  
Cruz Corrêa. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012

Orientador: Armando Boito Junior  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Fórum Social Mundial. 2. Classe média - Brasil.  
3. Capitalismo. 4. Neoliberalismo. I. Boito Junior,  
Armando, 1949-. II. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em Inglês:** World Social Forum and brazilian middle classes:  
reforms and class conciliation

**Palavras-chave em inglês:**

World Social Forum  
Middle class - Brazil  
Capitalism  
Neoliberalism

**Área de concentração:** Ciência Política

**Titulação:** Mestre em Ciência Política

**Banca examinadora:**

Armando Boito Junior [Orientador]  
Maria Orlanda Pinassi  
Andréia Galvão

**Data da defesa:** 22/03/2012

**Programa de Pós-Graduação:** Ciência Política

**Ana Elisa Cruz Corrêa**

**O Fórum Social Mundial e as classes médias brasileiras: reformismo e conciliação de classes.**

Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Armando Boito Junior, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 22/03/2012.

Comissão Julgadora

Titulares:

Prof. Dr. Armando Boito Junior - Orientador - IFCH/UNICAMP

Profa. Dra. Andréia Galvão - IFCH/UNICAMP

Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi - UNESP

Suplentes:

Profa. Dra. Luciana Ferreira Tatagiba

Profa. Dra. Santiane Arias Ribeiro

Campinas  
Março de 2012

**ERRATA:** Onde se lê "*O Fórum Social Mundial e as classes médias brasileiras: reformismo e conciliação de classes*" leia-se "*O Fórum Social Mundial e as classes médias brasileiras: política de reformas e conciliação de classes*".

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz  
Matr. 28292-3

Coordenador da Comissão de Pós-Graduação



## **RESUMO**

Nesta dissertação temos o objetivo de realizar uma análise do Movimento Altermundialista que surge no fim da década de 1990 como uma forma de resistência ao capitalismo neoliberal, considerado por muitos intelectuais e ativistas como o protagonista contemporâneo da “nova esquerda” internacional. Analisamos especificamente os Fóruns Sociais Mundiais realizados no Brasil desde 2001, uma importante expressão do altermundialismo na busca de alternativas para a construção de um “outro mundo possível”. Nos fundamos na teoria marxista e a novidade e verdadeiro desafio de nossa pesquisa foi analisar o Fórum a partir de sua composição de classe. Identificamos a presença de setores precarizados das classes médias nos Fóruns e notamos uma importante relação entre essa composição de classe e as reivindicações e formas organizativas do evento. A partir desse estudo exploratório desenvolvemos por fim o que consideramos ser uma caracterização contemporânea da expressão política liberal de um reformismo característico de setores das classes médias brasileiras.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to carry out an analysis of the “alterglobalization movement” that arises in the late 1990s as a form of resistance to neoliberal capitalism, considered by many intellectuals and activists as the protagonist of the contemporary "new left" internationally. We focused at the World Social Forums held in Brazil since 2001, an important expression of alterglobalisation in search for alternatives for building "another world possible". We founded on Marxist theory and the novelty and challenge of our research was to analyze the Forum through its class composition. We identified the presence of precarious sectors of the middle classes in the forums and we noticed a significant relationship between this class and the composition of the claims and forms of organization of the event. From this exploratory study we eventually developed what we consider to be a characterization of contemporary political liberal expression of a reformism characteristic of the Brazilian middle classes.





*“O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena-burguesia.”* (Trecho do **18 Brumário de Luís Napoleão** de Karl Marx)



## Sumário

<b>Agradecimentos</b>	<b>13</b>
<b>Introdução: o objeto e as fontes de pesquisa</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 1 - Nova Esquerda e Altermundialismo: história, teoria e método</b>	<b>21</b>
1.1 - O berço do Altermundialismo: crise do movimento operário-sindical e a <i>nova esquerda</i>	23
1.2 - Uma defesa do marxismo: o debate histórico e o debate teórico-metodológico	27
1.2.1 - Sociedade pós-industrial e o novo sujeito: a teoria dos novos movimentos sociais	
1.2.2 - Reestruturação do capital e aliança operário-estudantil: a teoria marxista	
1.2.3 - A classe importa na análise dos movimentos sociais?	
1.3 – Capitalismo neoliberal, classes médias e o Fórum Social Mundial	50
<b>Capítulo 2 - As classes médias e a luta contra o capitalismo neoliberal no Brasil</b>	<b>57</b>
2.1 – Desafios do marxismo: transformações do sistema capitalista e a complexificação da estrutura de classes	59
2.2 - Um debate histórico-conceitual: (Nova) Pequena Burguesia ou Classe(s) Média(s) ?	63
2.3 - Classes médias no Brasil: proletarização ou milagre da classe C?	74
<b>Capítulo 3 - Conjuntura política, classes e o PT no surgimento do Fórum Social Mundial</b>	<b>83</b>
3.1 - O Comitê Organizador: hegemonia travestida de pluralismo	85
3.2 - O que é o FSM e qual seu objetivo	93
3.3 - Lula, o PT e o Fórum Social Mundial	96
<b>Capítulo – 4 - As classes médias brasileiras e seu posicionamento político nos Fóruns Sociais Mundiais</b>	<b>101</b>
4.1- A inexistência das classes sociais: a sociedade civil e a criação de consensos	111
4.2 - Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Sustentável: para quem?	116
4.3 - A crise do capital e o novo estado de bem-estar social	121
4.4 - Estado sem classes: democracia participativa e a recusa da tomada do poder	127
4.5 - A questão organizativa: as classes médias e a defesa da diversidade não-classista	137
<b>Conclusão</b>	<b>143</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>153</b>



## **Agradecimentos**

Primeiramente gostaria de agradecer a todas as minhas companheiras e companheiros de luta e de vida acadêmica e pessoal que estiveram ao meu lado ao longo desses últimos anos compartilhando os avanços e retrocessos, certezas e dúvidas, turbulências e pasmaceiras, sambas e lutas, que vivenciei e que de algum modo se expressam neste texto de dissertação. Neste sentido, meu profundo obrigado a Tatiana Vargas, Jefferson Vasquez, Rodrigo Lima, Stefanie Fenceslau (a Pacata), Caroline Florido, Luciana Palhares, Paulinho Albuquerque, Luciana Henrique, José da Mata, José de Arimatéia, Denis Forigo, Cristina Beskow, Poliana Lima, Patrícia Tavares de Freitas, Maria Orlanda Pinassi, Fernandão e Guilherme Simões por terem estado ao meu lado nos bons e maus momentos. Agradeço também pela convivência e paciência de todas as amigas e amigos lutadores do coletivo Universidade Popular e do MST - Regional Campinas.

Gostaria de dedicar um carinho especial a Luiz Felipe Ferrari de Farias, amigo do peito há muitos anos que, apesar de longe, dedicou seu tempo a ler atentamente e por várias vezes este trabalho e fazer observações essenciais para o desenvolvimento do texto, além é claro de todo seu suporte e sensibilidade que só podem partir de um grande amigo pra vida toda.

Quanto à fundamentação teórica e acadêmica obtive contribuições essenciais dos integrantes de pesquisa do Grupo de Estudos “Neoliberalismo e Relações de Classe do Brasil”, que carinhosamente chamamos de “Geneo”, com quem trabalhei e convivi nos últimos seis anos. Também gostaria de agradecer a todos os pesquisadores e pesquisadoras do Cemarx pela contribuição acadêmica que me propiciou o contato com este importante centro de estudos do marxismo no Brasil. Em especial lembro de excelentes pesquisadores e pessoas que agora estão distantes espacialmente de meu convívio, mas que muito contribuíram para minha formação teórica, política e pessoal, muito obrigada Danilo Martuschelli, Andriei Gutierrez, Angela Lazagna e Leandro Galastri pelas horas dispensadas aos nossos intermináveis debates nas salas de aula, congressos acadêmicos, na sala de casa e principalmente nas mesas de bar.

Por fim, gostaria de agradecer a meu orientador Armando Boito Jr que cumpriu um papel crucial na minha formação acadêmica e à minha mãe Sirlei que tanto me apoiou, mantendo-se firme como um pilar com o qual pude contar em todos os momentos.

Ressalto que todas as falhas, faltas e erros aqui presentes são de minha inteira e pessoal responsabilidade.



## Introdução: o objeto e as fontes de pesquisa

Esta pesquisa iniciou-se há seis anos atrás a partir de um trabalho de iniciação científica em que buscamos realizar um levantamento e análise crítica da bibliografia sobre o movimento altermundialista. Esse movimento se tornou o objeto de reflexão durante a produção de uma monografia intitulada “O movimento altermundialista e o reformismo de classe média”, culminando nessa dissertação de mestrado em que nos concentramos na análise das edições brasileiras do Fórum Social Mundial.

O movimento altermundialista é mais popularmente conhecido como “movimento antiglobalização” devido à sua difusão nos meios midiáticos, porém optamos por não utilizar essa denominação por compreendermos que não seria uma mobilização contra a globalização, mas contra o capitalismo neoliberal. A luta contra o neoliberalismo levantou como lema a construção de "um outro mundo possível", negando as teses do “fim da história” e da vitória final do capital e da realidade existente. Daí decorreu a denominação *mouvement altermundialiste* no francês, cunhada por importantes ideólogos do movimento, a qual optamos por utilizar em sua tradução ao português: movimento altermundialista ou altermundialismo. Sobre isso, afirmou Michel Löwy em uma das palestras de que participou no Fórum de 2001: “Para concluir: uma certa imprensa neoliberal, para confundir as coisas, nos chama de 'antiglobalização'. Isto é uma tentativa deliberada de desinformação. Este movimento, este Fórum, não é 'antimundial': ele é contra o *mundo* capitalista, neoliberal, injusto e inumano, e busca um *outro mundo*, solidário e fraterno. Esse mundo talvez esteja começando em Porto Alegre, em janeiro de 2001.” (LÖWY *apud* LEITE, 2003: 71)

O altermundialismo culminou na criação do Fórum Social Mundial em 2001, o qual teve seis de suas dez edições no Brasil, idealizadas e realizadas fundamentalmente por organizações e movimentos sociais brasileiros. O público do evento revelou-se, inclusive de forma inesperada por seus organizadores, muito numeroso. O primeiro Fórum reuniu cerca 10 mil pessoas, enquanto apenas 2 mil eram previstas. Esses números se multiplicaram aceleradamente e, no evento de 2005, também realizado na capital gaúcha, se reuniram mais de 300 mil pessoas para a realização do V Fórum Social Mundial. Nos anos seguintes, algumas edições foram realizadas em países africanos, latinos e asiáticos e houve um processo de decaimento numérico do público. Porém, no ano de 2009, com o estímulo da necessidade da discussão sobre a crise econômica mundial, foram reunidas cerca de 120 mil pessoas em Belém do Pará, sendo esta já a IX edição do FSM.

Podemos medir a importância do FSM, além da amplitude do público, pela participação das organizações e pelo seu internacionalismo. Atualmente o fórum conta com um Comitê Organizador Brasileiro que reúne 13 entidades e um Comitê Internacional do qual participam 128 organizações de vários países do centro e da periferia, além é claro das centenas de movimentos, ONGs, sindicatos, associações, instituições e coletivos que participam e realizam atividades nas edições do FSM.

Por fim, além do peso numérico e institucional com repercussões internacionais, para avaliarmos a importância do Fórum e o papel que ele cumpre atualmente, é necessário compreendermos a conjuntura das organizações de esquerda e do desenvolvimento do capital das últimas décadas.

Vivemos atualmente um contexto de crise da esquerda, fruto do fortalecimento do capital e da falência das experiências do denominado “socialismo real”, além do desvio de organizações como partidos e sindicatos que originalmente lutavam em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Neste sentido, muitos pensadores refletiram ao longo das últimas décadas sobre a situação em que se encontram as organizações de esquerda e, alguns, apontaram saídas “inovadoras” que supostamente superariam a organização partidária-sindical, a qual teria abandonado em definitivo a luta da classe trabalhadora. Essas “saídas” partiram também da concepção de que a divisão da sociedade em classes deixou de ser algo relevante para a compreensão do todo social e em especial das lutas sociais contra o capitalismo. Viveríamos em uma sociedade plural em que todas as lutas teriam a mesma importância e relevância, contanto que apenas contestem a realidade atualmente existente.

É no bojo dessas concepções, provenientes da emergência da “nova esquerda” no fim da década de 1960, que surgiu em 1999 o movimento altermundialista nas manifestações de Seattle nos Estados Unidos. Essas manifestações esparsas despontaram em diversos países europeus nos anos seguintes e mobilizaram milhares de pessoas contra as instituições que promovem a implantação das medidas neoliberais. As mobilizações e atos foram aclamados por pensadores e ativistas como a nova saída para a esquerda mundial, sendo a principal manifestação aparente de âmbito massivo contra o capitalismo neoliberal.

O altermundialismo caberia perfeitamente em uma sociedade sem classes já que supostamente seria composto por todas as classes sociais, afinal, todas as classes estariam, ao menos potencialmente, igualmente insatisfeitas com a atual realidade de destruição da natureza, produção de alimentos transgênicos, opressão dos negros, mulheres e homossexuais e principalmente com os lucros astronômicos do grande capital financeiro às custas do bem-estar social e ambiental. Uma grande ode a essas manifestações aponta para seu “internacionalismo”, ainda que essencialmente europeu nesse



momento, e chegamos a constatar diversas afirmações de que essas manifestações seriam uma evolução do século XX em relação à “Internacional Comunista” de Marx e Engels.

É nesse contexto que iniciamos nossa pesquisa. Um contexto em que grande parte da esquerda militante e acadêmica voltou-se a essas manifestações como a expressão mais bem acabada da “nova esquerda” e a grande esperança de qualquer possibilidade de crítica e resistência ao sistema capitalista. Passamos, assim, a nos perguntar: Será de fato o fim da luta de classes, a emergência de uma “sociedade civil” plural, em que a conciliação social e o consenso substituíram o confronto direto entre as classes fundamentais do sistema capitalista: burguesia x proletariado? Será que os instrumentos políticos produzidos ao longo dos últimos séculos pela classe trabalhadora, sindicatos e partidos, esgotaram seu sentido e sua função, podendo ser substituídos por manifestações espontâneas anticapitalistas? A “nova esquerda” terá de fato superado a “velha esquerda” como forma de resistência e oposição ao sistema do capital?

Nesses últimos anos, nos dedicamos a analisar atentamente a fragmentada bibliografia produzida sobre o tema, principalmente pelos próprios participantes do movimento altermundialista. Além das obras que tratam diretamente do altermundialismo e do fórum, existe uma grande quantidade de artigos dispersos em revistas acadêmicas que tratam da temática. Além disso, centramo-nos na análise de bibliotecas virtuais que se constituem como importantes fontes documentais para a compreensão do altermundialismo, do Fórum Social Mundial e das organizações que o promovem no Brasil. Estes são o sítio do próprio Fórum Social Mundial que contem artigos sobre o histórico dos fóruns anteriores e uma sessão denominada “biblioteca de alternativas” onde são disponibilizados diversos textos de intelectuais e militantes sobre a conjuntura atual, a resistência ao neoliberalismo, as demandas altermundialistas e a análise do próprio evento. Além disso, em uma das edições do Fórum de 2010 que ocorreu em Porto Alegre e aí foi realizado o “Seminário Fórum 10 anos”, que buscou analisar criticamente as experiências anteriores e abriu espaço para críticas internas e explicitação dos debates e disputas no Comitê Organizador, e que, portanto, permeiam a realização do evento. Muitos dos debates e reflexões presentes nesse seminário foram disponibilizados em um blog<sup>1</sup>, que analisamos atentamente. Focamos também nas bibliotecas virtuais de algumas organizações que trabalham diretamente no Comitê Organizador do evento e que buscam publicar suas posições com relação ao FSM como a ABONG, a CBJP, a CIVES, a ATTAC, o MST e a CUT, os quais apresentaremos mais atentamente no quarto capítulo dessa dissertação. Realizamos algumas análises de dados das edições do Fórum Social Mundial produzidas pelo IBASE através de pesquisas quantitativas desenvolvidas

---

<sup>1</sup>[www.seminario10anosdepois.wordpress.com](http://www.seminario10anosdepois.wordpress.com)

desde o Fórum de 2003 por este órgão. Tivemos também experiências de observação participante nos fóruns de 2003, 2005 e 2010 em Porto Alegre (RS), e de 2009 em Belém (PA). E por fim, nos fundamentamos na teoria marxista e nas análises históricas de conjuntura da esquerda que levaram à emergência do altermundialismo.

Os elementos mais surpreendentes que notamos ao analisar a bibliografia e a documentação em questão trouxeram à tona fortes dúvidas sobre o caráter pluriclassista do FSM e quanto à diversidade ilimitada que garantiria a não predominância de uma posição política específica no evento. Estas características foram, e ainda são, amplamente celebradas por diversos ativistas e intelectuais como as “novidades” dessa forma de expressão política. O que desenvolvemos neste trabalho é uma análise atenta das posições políticas e das polêmicas quanto à organização do Fórum entre as instituições que compõe seu comitê organizador. Por isso, a importância, além da análise bibliográfica e das experiências de campo, da análise da documentação presente nos sítios dessas organizações e do próprio FSM. O que pretendemos é apresentar esses posicionamentos políticos e relacioná-los com uma composição de classe diferenciada entre essas organizações.

Além de identificarmos duas posições políticas bem demarcadas e divergentes no Fórum, o que traz questionamentos sobre essa aparente diversidade dispersa e quase absoluta como é apresentado por alguns de seus analistas e intelectuais, identificamos também que esse evento estaria longe de se caracterizar como “pluriclassista”. O que observamos com o aprofundamento dos estudos sobre o Fórum e sua composição social é a realização de um evento massivamente composto por setores das classes médias brasileiras. Segundo dados do Fórum de 2009 em Belém do Pará, o último evento com participação individual e coletiva massivas, mais de um terço dos participantes brasileiros eram estudantes e mais de 20% funcionários públicos ou de empresas públicas. E entre os estrangeiros não-latinos, havia uma maior concentração na categoria “empregado em entidade sem fins lucrativos”. Além disso, 81 % do total de participantes estariam ao menos cursando o 3º grau, já teriam diploma universitário ou estariam cursando uma pós-graduação. Na população brasileira, menos de 10% dos indivíduos estão nesse patamar de escolaridade. Como veremos em detalhes no capítulo 2, a alta escolaridade e formação e o tipo de ocupação, o que corresponderia a determinada situação de trabalho, são critérios suficientes para considerar a grande maioria dos participantes do FSM como membros das classes médias brasileiras.

Dessa forma, duas posições distintas, ainda que não totalmente conflitantes, aparecem com certa nitidez, sendo que uma delas seria hegemônica e dominaria as diretrizes gerais em que se sustentam as edições brasileiras do Fórum Social Mundial. Essa posição hegemônica seria dirigida

centralmente pelas organizações compostas por setores das classes médias brasileiras e defenderia posições que conformariam o que denominei e que desenvolvo ao longo do texto de “reformismo das classes médias”.

Enfrentamos no decorrer da pesquisa, o que está explícito nos reveses deste trabalho, uma grande dificuldade em realizar uma análise de classe do fórum social mundial, considerando que este evento surge em 2001 quando o capitalismo brasileiro expressa mudanças importantes em sua estrutura de classes, ainda que se mantenha, a partir de nossa compreensão, a divisão essencial da sociedade capitalista entre burguesia e proletariado. Estudar as classes médias carrega em si uma polêmica que ainda está longe de ser resolvida pelos estudos marxistas e que se inicia na própria denominação dessa classe, perpassando pela sua identificação na realidade concreta da sociedade brasileira e como se formou historicamente, e chegando aos questionamentos sobre seu posicionamento político, como se relaciona com as outras classes sociais e em especial qual seu papel na luta de classes. Certamente não respondemos a todas essas questões, o que exigiria uma pesquisa de maior fôlego.

Nesse texto defendemos a tese de que o fato de o Fórum Social Mundial ser composto principalmente pelos setores das classes médias e ser organizado hegemonicamente por organizações que representam os interesses dessa classe, influencia seus posicionamentos políticos centrais, tornando-se portanto um evento que expressa como política hegemônica elementos que compõe um certo reformismo das classes médias brasileiras. Este reformismo seria caracterizado fundamentalmente por uma perspectiva de conciliação de classes com o auxílio de um Estado que estaria acima das classes sociais buscando a humanização do capital. Objetivamos demonstrar ao longo do texto como essa perspectiva típica das classes médias historicamente torna-se absolutamente incapaz de se opor ao sistema capitalista, sendo que suas reformas acabam por ter a função de fortalecê-lo.

Por fim, ressaltamos a atualidade dessas questões devido a relação que observamos entre as manifestações altermundialistas e algumas das mobilizações e ocupações de praças e espaços públicos que ocorreram nos últimos meses na Europa devido aos efeitos da crise do capital nesses países. Ainda é cedo para afirmativas e uma pesquisa mais atenta necessita ser desenvolvida, contudo, temos como hipótese que essas manifestações últimas tenham sido expressões de jovens de setores das classes médias que vêem a progressiva perda de seus benefícios sociais e observam uma perspectiva cada vez mais difícil no que corresponde a emprego e manutenção da renda das gerações anteriores. Portanto, jovens das classes médias europeias que sofreriam um processo avançado de pauperização e precarização da suas condições de trabalho, se aproximando gradativamente das condições de vida das classes populares e, portanto, manifestando-se de forma espontaneísta e descentralizada contra as

consequências das medidas neoliberais. Uma tentativa de se manifestar contra a forma que o atual sistema capitalista se organizou, forma esta que prejudica amplos setores médios, mas sem garantir de fato uma organização também dos setores proletários e populares que subverta as estruturas fundantes dessa sociedade. Esperamos portanto que esse trabalho seja mais uma contribuição para a compreensão futura desse fenômeno.

No primeiro capítulo, apresentamos um panorama do desenvolvimento da “nova esquerda” em oposição à esquerda comunista e operária das décadas anteriores e, em seguida, o desenvolvimento da teoria dos “novos movimentos sociais” como decorrência dessa oposição. Consideramos esse primeiro capítulo importante para situar o contexto histórico das lutas e do desenvolvimento teórico-sociológico que elas possibilitaram, apresentando as características da concepção teórica marxista fundada na compreensão da luta de classes que desenvolvemos em nossa análise.

No segundo capítulo, explicitamos o debate sobre classes sociais em que nos inserimos, apresentando mais demoradamente as principais análises teórico-concretas da classe que pretendemos estudar: pequena-burguesia, nova pequena-burguesia ou classes médias? Por fim, apresentamos alguns dados sobre as classes médias no Brasil e as mudanças estruturais que vem sofrendo nossa estrutura de classes nos últimos anos e levantando alguns dilemas de pesquisa como: intensificação da segregação ou inclusão social? ; pauperização de setores das classes médias ou milagre da classe C?

Em um terceiro momento, apresentamos uma caracterização básica de nosso objeto de pesquisa: o que é o fórum social mundial, como e porque surge, quais movimentos o compõe, contra o que luta, quais suas reivindicações e proposições, com atenção especial aos dados sobre sua composição social. Neste capítulo trabalhamos a conjuntura política em que o Fórum emerge e suas possíveis relações com o Partido dos Trabalhadores e os governos estadual e federal.

A quarta parte da dissertação é onde desenvolvemos de fato a análise concreta do Fórum Social Mundial relacionando seus posicionamentos políticos centrais com a composição social do evento. Primeiramente caracterizamos mais detalhadamente os dois grupos políticos presentes na organização do FSM para, em seguida, apresentar: como se posicionam quanto ao que seria ou o que deveria ser o Fórum; as reivindicações centrais do grupo hegemônico relacionando-as com sua composição de setores das classes médias; e as diferentes concepções organizativas que estão de acordo com os objetivos a que cada grupo deseja alcançar.

Por fim, buscamos concluir a dissertação com uma reflexão sobre a concepção de transformação social das organizações que hegemonizam o fórum, buscando responder afinal o que seria esse outro mundo possível.

## **Capítulo 1**

### ***Nova Esquerda e Altermundialismo: história, teoria e método***



## 1.1 - O berço do Altermundialismo: crise do movimento operário-sindical e emergência da *nova esquerda*

“Em 2003, boa parte das demandas de 68 não só continuam vigentes como se tornaram mais agudas, permanecendo na pauta como fatores a serem reivindicados. São demandas históricas, cuja resolução continua a ser crucial e pré-requisito para a transformação social e a concretização da utopia em realidade. Algumas dessas demandas parecem estar contempladas nas ideias e nos valores que movem o poderoso e diverso movimento de questionamento da globalização neoliberal e imperial corporificado no eventos de Seattle, Gênova, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre e tantos outros.” (HOLZMANN & PADRÓS, 2003: 15-16)

Como podemos observar nesta citação alguns autores relacionam a análise retrospectiva dos acontecimentos de maio de 1968 e a emergência de uma “nova esquerda” com o Movimento Altermundialista que surge na década de 1990 e culmina em 2001 no Fórum Social Mundial. Seguindo o caminho inverso, alguns dos mais conhecidos e referenciados livros sobre o altermundialismo recorrentemente ligam esse movimento às manifestações do fim da década de 1960. Seja devido a posições como de Michael Denning (2002) que busca indicar a “originalidade” e a “especificidade” do altermundialismo em relação a maio de 1968, seja como a de Wallerstein (2002) que reconhece as origens do altermundialismo nas manifestações de maio, consideramos importante refletir sobre as continuidades e descontinuidades entre essas manifestações sociais separadas por algumas décadas e que aparecem recorrentemente imbricadas na literatura acadêmica.

A principal continuidade que identificamos entre esses dois momentos históricos é a realização de uma “nova esquerda” que haveria superado as formas de luta, organização e mobilização da denominada “velha esquerda” ou “esquerda tradicional”. É recorrentemente apontada a “novidade” do altermundialismo em relação aos “velhos” movimentos sindicais e partidários de inspiração marxista que lutam pela tomada do poder de Estado em busca da revolução socialista. Esse debate emergiu pela primeira vez nas manifestações do maio de 1968 francês e com o movimento hippie e estudantil nos Estados Unidos na década de 1970.

Para compreendermos o peso histórico e o sentido de nosso objeto de estudo no espectro da luta social, consideramos fundamental explorar as características dessa “nova esquerda” da década de 1960, que será analisada na academia por ser composta pelos “novos movimentos sociais”. Essa questão está imbricada com o altermundialismo por este também representar uma resposta a formas políticas

anteriores. Contudo, este movimento possui especificidades em relação a “nova esquerda”, devido principalmente ao tipo de desenvolvimento do sistema capitalista, da estrutura de classes e das organizações da esquerda em cada um dos momentos históricos em questão. Assim, retomamos essa discussão visando compreender o que se apresentou como “novo” pelos “novos movimentos sociais” das décadas de 1960 e 1970, para em seguida analisarmos a também suposta “novidade” do altermundialismo dos anos 1990 e 2000.

Portanto, resumidamente, consideramos que o movimento altermundialista, ainda que com suas características específicas, seria a continuidade de um processo que se iniciou no fim da década de 1960 e se desenvolveu ao longo dos anos 1970 na Europa e nos Estados Unidos. Dois seriam os marcos políticos que produziram essas novas formas de luta, reivindicações e mesmo formulações teórico-metodológicas: a crise do “socialismo real”<sup>2</sup> e a emergência de um sujeito político, a “nova esquerda”.

Esses processos trouxeram consequências importantes para o movimento operário-sindical, que irá se aliar nesse momento à social-democracia, que se apresentou como a melhor forma de mobilização com o fortalecimento do capitalismo nas décadas de 1950 e 1960 e o consequente surgimento de um operariado vigoroso e sedento de novas conquistas imediatas. Essa organização operário-sindical foi rapidamente cooptada pela política keynesiana e pelo reformismo institucional dos partidos social-democratas. Nos países capitalistas, as benfeitorias do Estado de Bem-Estar Social, consequências da luta dos trabalhadores nas décadas anteriores, contraditoriamente acarretaram uma postura política de acomodação das classes populares. As políticas sociais levaram a uma sensação de inclusão dos trabalhadores em relação aos benefícios produzidos por um sistema capitalista orientado pelo keynesianismo. Todas as conquistas dos trabalhadores são resultados da luta de classes mas se mantêm, nesse caso, no âmbito da igualdade formal do estado burguês (SAES, 1998). Assim esta parece ter sido a vitória e a ruína da classe trabalhadora dos países de capitalismo desenvolvido na segunda metade do século XX se considerarmos o período de arrefecimento da luta política que a segue.

Contudo, não podemos afirmar simplesmente que houve uma crise geral da teoria marxista nesse período como simples consequência da crise do “socialismo real” e da desorganização da classe proletária. Nesse contexto houve uma relevante emergência e expansão do maoísmo e uma revitalização do pensamento marxista com os escritos de Althusser, a retomada de Lukács e a (re)descoberta de

---

<sup>2</sup>Esse tema é amplamente debatido nos meios acadêmicos e militantes e, por isso, optamos por não desenvolvê-lo aqui, ainda que seja um elemento importante para compreendermos a emergência da “nova esquerda” e futuramente, do altermundialismo. Para um panorama interessante sobre os debates em torno da “crise do socialismo real” ver BRAZ (2006).



Gramsci. Todavia, apesar desse aparente renascimento e novo fervilhar do pensamento socialista, o nível de fragmentação, a enorme incapacidade de resposta a antigas e novas questões dos trabalhadores e o fortalecimento da burguesia que buscou reestruturar o capitalismo e retomar o patamar das taxas de lucro, levou a um enfraquecimento dos movimentos comunistas e socialistas nas décadas posteriores. (BRAZ, 2006)

Luiz Dario T. Ribeiro (*in* HOLZMANN & PADRÓS, 2003) identifica três acontecimentos que considera fundamentais para compreendermos o contexto de 1968: o maio parisiense, a Primavera de Praga e a ofensiva do Tet que marcou a derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. De fato, no bojo desses três acontecimentos emergiu uma série de manifestações e lutas promovidas por um sujeito social que foi denominado a “nova esquerda” internacional.

Neste sentido, a crise do socialismo real uniu-se a um abalo da hegemonia norte-americana a partir da derrota do Vietnã e a incapacidade dos governos norte-americanos e europeus, bem como das organizações sindicais e partidárias, de dar respostas aos grupos sociais antes ignorados pela esquerda e considerados inofensivos pela direita como jovens, mulheres, negros, homossexuais e imigrantes. Essas mobilizações denominadas por militantes e intelectuais do período de “nova esquerda” reuniram e foram dirigidas *principalmente* por jovens estudantes da Europa e dos Estados Unidos<sup>3</sup> em torno de lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã, reivindicações de ampliação dos direitos das mulheres, dos negros e dos homossexuais (direitos civis), demandas de democratização do sistema universitário, manifestações ambientalistas com ênfase na luta anti-nuclear, manifestações anticonsumistas contra a hegemonia capitalista norte-americana, e mesmo manifestações de repúdio ao Stalinismo, em especial à invasão de Praga pelos tanques soviéticos. (BRAZ, 2008; ARCARY, 2008)

Neste contexto de desolamento da esquerda, os denominados “novos movimentos sociais” pareceram ser uma nova alternativa de luta política e contestação da estrutura social vigente.<sup>4</sup>

“Ainda no final dos anos 1960 e início da década de 1970 uma “nova” esquerda surgia como tentativa de renovar as formas “tradicionais” de organização política - leia-se: partidos comunistas e

---

<sup>3</sup> Não podemos deixar de citar que durante as manifestações de 1968 houve a participação das centrais sindicais francesas, contudo o grande marco do maio de 1968 foi justamente a participação dirigente da juventude estudantil.

<sup>4</sup> Interessante ressaltar que essa “nova esquerda” tomará delineamentos diferenciados nos países dependentes, em especial no Brasil. Aqui temos nas décadas de 1960 e 1970 uma forte perseguição aos militantes de esquerda pelo regime ditatorial, com tentativas de resistência armada fundamentalmente estudantil em focos de guerrilha urbana e rural. A “nova esquerda” irá se fortalecer aqui apenas a partir da década de 1980 com o processo de redemocratização. Sobre esse tema consultar: *BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. "A nova esquerda: uma visão a partir do Sul". Revista de Filosofia Política e Eder Sader, Quando os novos personagens entram em cena.*

movimento operário sindical –, incorporando e valorizando novos elementos políticos que não apareciam nas pautas de reivindicações das esquerdas.” (BRAZ, 2008:2)

Apresentaram-se como produtores de uma “nova cultura política”, que teria superado os vícios da “velha esquerda” comunista, partidária e autoritária. Segundo os ativistas da *nova esquerda* os PCs teriam se tornado setores doutrinários ou extremamente institucionalizados, chegando a acomodar-se como Partidos da Ordem (ARACARY, 2008). Essa “nova cultura política” não estava centrada em qualquer transformação da estrutura produtiva, mas sim em uma revolução da moral, da ética, da cultura e de modo de vida. Braz demonstra em um artigo no qual analisa textos de Marcuse, intelectual expoente da “nova esquerda” na década de 1970, o desenvolvimento desses novos movimentos:

“Diferentemente dos anos 60, esta Nova Esquerda neste momento [década de 1970] se apresenta mais articulada e com objetivos mais definidos, resultando em movimentos de massa e em reivindicações mais claras que obtiveram alcance nacional nos países europeus ocidentais e nos Estados Unidos. Refiro-me a movimentos dos direitos civis, a resistência à guerra, ao movimento universitário e ao próprio movimento hippie. Tais ações aparecem articuladas agora a uma perspectiva mais abrangente, incidindo sobre termos mais genéricos que envolviam as camadas médias urbanas: uma nova moralidade, a emancipação da sensibilidade, a liberdade “aqui e agora”, a própria revolução cultural. Os desdobramentos prático-políticos conhecidos foram as ocupações de prédios, a busca de unidade de ação, a articulação com o movimento negro, além das bases sociais feministas e ambientalistas.” (BRAZ, 2008 : 5-6)

Não ha dúvidas sobre a emergência de um novo sujeito político, diferenciado do proletariado fabril, ainda que haja polêmicas em relação ao desaparecimento ou não deste último como classe e como sujeito da transformação social. Nesse momento, portanto, emergiu um debate teórico e político que busca definir essas manifestações como “movimentos *sociais*” como oposição aos movimentos e organizações *políticas*.

“A ruptura está no próprio nome que o fenômeno ganhou. Tratava-se seguramente de “movimentos”, no sentido de ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas, mas não eram, de modo algum, protagonizadas por *mobs*, tampouco por “proletários”. Eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, e para afirmação da diversidade

de estilos de vivê-la. Essas demandas “pós-materiais”, como as chamou Inglehart (1971), se completavam com a opção por formas diretas de ação política e pela demanda por mudanças paulatinas na sociabilidade e na cultura, a serem logradas pela persuasão, isto é, léguas longe da ideia de tomada do poder de Estado por revolução armada. Então eram, sim, movimentos, mas movimentos *sociais*.” (ALONSO, 2009)

Apesar de existir um certo consenso na bibliografia estudada em relação a emergência de um *novo sujeito político* composto por um setor social não fundamentalmente operário e organizado a partir de uma *nova cultura política* que negaria as estruturas organizativas operário-sindicais, existem diferentes visões sobre a leitura do momento histórico e dos motivos positivos para o surgimento dessa “nova esquerda”, bem como com relação ao sujeito social que a compõem.

Seria o fim do movimento operário e a emergência inevitável de novas formas de luta com uma composição social plural e quase impossível de ser claramente identificada?

Antes de respondermos a essas questões, é relevante mencionarmos que o que observamos nas décadas posteriores é o arrefecimento das lutas da “nova esquerda”. Como veremos em detalhe adiante, já no quadro de despontamento do altermundialismo, o novo conservadorismo marcado pelos governos Thatcher-Reagan no fim da década de 1970 e início dos 80, no bojo da crise do socialismo real, fortaleceu a ofensiva burguesa que desembocará no marco do “fim do socialismo” com a queda do muro de Berlim em 1989 e no período neoliberal a partir da década de 1990, com a exacerbação da mercantilização da vida social, do consumismo, da desorganização da classe operária e da fragmentação e enfraquecimento de seus instrumentos de luta. Seriam estes outros elementos que reforçariam um anacronismo de uma análise marxista em uma sociedade pós-industrial e informacional marcada pelo fim da divisão em classes sociais?

## **1.2 - Uma defesa do marxismo: o debate histórico e o debate teórico-metodológico**

Quase todas as linhas teóricas que desenvolvem análises sobre os movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 negaram as interpretações marxistas fundadas na análise do capitalismo industrial e da luta de classes. Identificamos três principais correntes teóricas que desenvolveram esse movimento crítico à teoria marxista: a *teoria da mobilização de recursos* cujos principais expoentes são McCarthy & Zald (1996), a *teoria do processo político* de Tilly e Tarrow (1997) e a *teoria dos novos movimentos sociais (NMS)* de Touraine (1985), Melucci (1985) e Offe (1980)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Para saber mais sobre as diferenças teóricas entre essas linhas de análise dos movimentos sociais ver: GOHN (2007), ALONSO (2009) e GALVÃO (2008)

Optamos nessa dissertação por partir da linha teórico-metodológica marxista e portanto, ao mostrar nos tópicos seguintes essas diferenças interpretativas do período, apontamos para o instrumental de que partimos para a análise do movimento altermundialista e do Fórum.

Circunscrevemos nosso debate em uma comparação entre as interpretações do período da teoria marxista e da teoria dos novos movimentos sociais. Essa escolha se justifica pelo fato de os autores da teoria dos NMS desenvolveram em seus escritos uma crítica ao marxismo e às análises fundadas nas classes sociais e centraram em grande medida suas análises nos eventos de 1968. Um indício importante em relação à relevância da oposição entre essas duas interpretações teóricas nos é fornecido por Maria da Glória Gohn (2007) na obra em que busca desenvolver um apanhado das teorias sobre os movimentos sociais. Gohn identifica dois grandes paradigmas europeus de análise dos movimentos: o paradigma marxista e o dos “novos movimentos sociais”, que estariam em permanente debate.

É claro que, como veremos, o altermundialismo e o Fórum Social Mundial se encontram em meio a um outro debate teórico-metodológico, permeado pelas análises de Nancy Fraser (2001) que desenvolveu a denominada Teoria da Redistribuição e de Axel Honneth (2003) com a Teoria do Reconhecimento, bem como pelas reflexões presentes na ampla obra produzida por Jürgen Habermas em relação a esse tema. Contudo, consideramos que a teoria dos novos movimentos sociais desenvolveu algumas das bases de discussão para as reflexões teóricas posteriores que se apresentaram e se apresentam ainda como uma superação teórico-analítica do marxismo. Assim, a partir das divergências de compreensão histórica e metodológica entre a Teoria dos NMS e a Teoria Marxista apontamos alguns fundamentos das divergências analíticas que se desenvolveram e se complexificaram nas décadas posteriores, o que no momento não caberia nos limites dessa pesquisa. O objeto da análise em questão não compreende um amplo debate teórico-metodológico, portanto, não pretendemos nos alongar descrevendo cada uma dessas linhas analíticas dos movimentos sociais e reforçando repetidamente nossa opção pela teoria marxista.

Ao analisar uma dessas linhas teóricas que instaurou o debate com o marxismo e o campo analítico sobre a “nova esquerda”, trazemos as especificidades históricas de surgimento da “nova esquerda” e a melhor caracterizamos. Porém, certamente pretendemos demonstrar a importância de uma análise contemporânea dos movimentos e mobilizações sociais que parta da teoria marxista e, conseqüentemente, de uma análise a partir da luta de classes.

### 1.2.1 – Sociedade pós-industrial e o novo sujeito: a teoria dos novos movimentos sociais

Grande parte dos intelectuais<sup>6</sup> que analisou a “nova esquerda” centrou-se na concepção de que a novidade dessas manifestações estaria amparada no fato de o capitalismo ter se transformado de tal maneira que não faria mais sentido um protagonismo operário nas lutas sociais, o que explicaria em partes a emergência de um *novo* sujeito social e uma *nova* cultura política.

Herbert Marcuse (1969) afirmou que seria impossível naquele momento identificar uma classe revolucionária, já que o operariado teria deixado de se conformar como o sujeito da transformação histórica. Isso ocorreria devido a um processo de integração dessa classe à sociedade de consumo capitalista. Também seria resultado da emergência da “sociedade informacional” que apresentaria uma redução brusca da classe trabalhadora convencional em meio a avanços tecnológicos e informacionais inimagináveis poucas décadas antes. A reestruturação do capitalismo acompanhada por um acelerado desenvolvimento científico-tecnológico é compreendida por esses intelectuais como um processo que poderia levar ao fim da classe trabalhadora operária e suas respectivas lutas. Isso seria acompanhado da emergência de uma nova estrutura de classes que levaria a manifestações *pluriclassistas* em defesa de temas de interesse de toda a “humanidade” e não de apenas uma única classe social.

Teria ocorrido portanto uma integração do operariado através do consumo e da transformação do mundo do trabalho em uma sociedade informacional ou pós-industrial que seria impermeável a mudanças estruturais.

O curso que havia tomado a reconstrução europeia no pós-Segunda Guerra, sobredeterminada pela polarização leste-oeste instituída pela guerra Fria, reforçara em muitos intelectuais a convicção de que as classes trabalhadoras dos países desenvolvidos haviam sido definitivamente integradas ao processo de desenvolvimento capitalista, perdendo qualquer dimensão revolucionária contestatória. (GARCIA *in* GARCIA & VIEIRA, 1999: 11-12)

Esse processo abriu espaço para a emergência de outros setores sociais mobilizados em torno de novas questões. Assim, a conclusão a que se chega é a de que os estudantes emergiram como classe intelectual capaz de contestar a estrutura social vigente.

---

<sup>6</sup> Alguns destes são: Marcuse (1969), Touraine (1970, 2002, 2006), Melucci (2001), Garcia & Vieira (1999), Holzmann & Padrós (2003).

Nos artigos produzidos por Marcuse nas décadas de 1960 e 1970 sobre as manifestações, publicados na coletânea *The New Left and the 1960s* (MARCUSE, 2005), notamos diversas referências à composição de classe desses movimentos. Seriam compostos fundamentalmente por setores à esquerda das classes médias também denominadas pelo autor de classes intermediárias ou pequena burguesia. Segundo Marcuse, essa composição de classe levou a um distanciamento dos movimentos em relação às necessidades reais da classe trabalhadora, e a uma postura política elitista de transformação social gradual e fragmentada que impediria a superação do sistema capitalista. Essa perspectiva tem fomentado a conquista de direitos parciais e a busca pela redução de desigualdades dentro deste sistema.

Alain Touraine (1970), um dos principais intelectuais que irá desenvolver a “Teoria dos Movimentos Sociais”, afirmou que o maio de 1968 francês seria a expressão de uma nova forma de luta de classes que não se situou mais nas disputas sobre o “trabalho”, isto é, na disputa entre trabalhadores e burgueses em torno da exploração do trabalho. Não se viveria uma situação de crise do sistema, portanto não seria esse o motivo da emergência das manifestações. Não seriam questões consideradas estruturais, problemas relacionados à totalidade do sistema social, que teriam desencadeado tais manifestações.

Na luta de classes em uma sociedade pós-industrial ou informacional o ator principal não seria a classe operária, mas uma classe de profissionais ou estudantes em vias de aprender sua profissão, que pouco dependeriam das grandes organizações para as quais trabalhavam ou iriam trabalhar.

Do ponto de vista dos atores, a mudança é surpreendente. Aqueles que tiveram maior peso na luta social não são trabalhadores não qualificados, recém-chegados do campo e marginalmente integrados na organização industrial, tampouco eram categorias em vias de proletarização. O ativo era composto por estudantes, quadros técnicos e intelectuais da ORTF ou das grandes empresas e da indústria de eletrônicos. (TOURAINÉ, 1970:11, *tradução minha*<sup>7</sup>)

Identificamos uma certa exaltação em relação ao protagonismo estudantil como marca de diversas análises encontradas sobre o período.

---

<sup>7</sup> “Desde el punto de vista de sus actores, el cambio es asombroso. Los que tuvieron un mayor peso en la lucha social no son obreros no calificados, recién llegados del campo e integrados marginalmente a la organización industrial, ni tampoco categorías en vias de proletarización. El activo estuvo compuesto por estudiantes, cuadros técnicos e intelectuales de la ORTF o de las grandes empresas y de la industria electronica.” (TOURAINÉ, 1970:11)

O primeiro [tópico] é o papel propulsor que a juventude tem nesse movimento, principalmente a juventude estudantil. Um novo ator histórico faz sua irrupção em cena, e não se trata de uma classe social, de uma categoria social, mas sim de uma categoria de idade. Os adolescentes e pós-adolescentes, organizados nos colégios e universidades, com o desenvolvimento de nossas sociedades se tornaram uma força numérica considerável. (WEBER *in* GARCIA & VIEIRA, 1999: 21-22)

As lutas empreendidas por esses “novos” setores também seriam outras, muito diferenciadas das reivindicações do movimento operário-sindical. Os estudantes lutariam contra os aparatos de repressão, manipulação e integração. Esses seriam os termos da luta e não haveria espaço ou mesmo sentido para a luta contra a exploração. Seria um conflito social, cultural e político antes que especificamente econômico. A luta não seria contra o capitalismo, mas contra a tecnocracia, sendo esta, segundo Touraine (1970), uma classe dominante a serviço do poder dos aparatos de produção, resultante do progresso geral da sociedade. O crescimento econômico e o progresso técnico teriam criado um novo tipo de sociedade, com uma nova estrutura de classes, não mais edificada nas lutas entre capital e trabalho. Esse autor reconheceu a presença de operários nas manifestações de 1960, contudo, afirmou que os operários que participaram das greves, por mais que estivessem envolvidos com as lutas iniciadas pelos estudantes, não tinham uma postura revolucionária. Poderiam contestar o governo De Gaulle e exigir melhorias trabalhistas, mas não contestariam como um todo a ordem capitalista, o que seria o tipo de atuação tradicional e condizente historicamente com essa classe social.

Os estudantes teriam portanto levado a frente uma “rebelião cultural” que estaria para além das relações de trabalho. Essa rebelião se manifestaria contra a manipulação dos desejos e das necessidades por meio da propaganda promovendo uma profunda crítica ao consumismo, contra posturas moralistas e a favor de uma revolução sexual, pela democratização do ensino público e maior participação da população em relação a política em geral, por formas organizativas mais espontâneas e menos verticalizadas.

Como vimos, essas análises estavam fundadas em três elementos: a suposta sociedade pós-industrial e informacional, a emergência de movimentos pluriclassistas, e as reivindicações independentes das questões relacionadas à exploração do trabalho. Porém, o “novo” parece estar contido fundamentalmente na novidade do sujeito político, os “novos atores” de acordo com a *teoria dos novos movimentos sociais*.

Mas justamente por incorporar outros sujeitos – jovens, mulheres e os ‘condenados da terra’ da periferia do capitalismo – é que a nova onda revolucionária ganhava especificidade em relação aos seus precedente clássicos.

O suposto deslocamento da classe operária do centro dos acontecimentos era ‘compensado’ pela emergência de novos sujeitos, ao mesmo tempo portadores de novas problemáticas, muitas delas até então consideradas ‘pré-políticas’.

As relações de exploração deixavam de ser, para algumas interpretações, o elemento explicativo fundamental das contradições sociais. Elas cediam lugar a relações de dominação, não necessariamente fundadas em fatores econômicos, pelo menos de forma expressiva. (GARCIA, 1999:12)

Contudo, para Touraine, em uma análise retrospectiva e autocrítica do período, essa suposta “novidade” da “nova esquerda” não teria rompido suficientemente com as práticas políticas da “velha esquerda”. Essa seria uma das principais fontes do que esse autor identificou como o fracasso dos “novos movimentos sociais”.

Muitas pessoas estavam convencidas de que deveria ser dada prioridade à formação do que eu tinha chamado de "novos movimentos sociais". Mas no início da década de 1980, eu tinha que reconhecer o fracasso desses movimentos sociais. Em parte porque eles ainda estavam dominados por uma ideologia antiga, uma ideologia marxista ou até mesmo uma ideologia leninista, mas o fato é que esses movimentos não desempenham o papel central como eu pensava que seria. Hoje, se referindo realmente à situação atual, o que observamos é o contrário do que esperávamos no início da década de 1970 - eu digo isso como uma autocrítica. (TOURAINÉ, 2002, *tradução minha*)<sup>8</sup>

Após apresentar a posição de diversos intelectuais que analisaram o período Garcia (1999) afirma que a mais importante greve operária durante o maio de 1968 colocaria em xeque a visão de que os trabalhadores estariam integrados ao sistema capitalista e acomodados em seus postos de trabalho. Tanto essa concepção do sujeito político das manifestações como a compreensão do desenvolvimento do sistema capitalista e a influência das questões estruturais como relevantes ou não para a análise do

---

<sup>8</sup> “Many people were convinced that priority should be given to the formation of what I had myself called ‘new social movements’. But at the beginning of the 1980’s, I had to recognize the failure of these social movements. Partly because they were still dominated by an old ideology, a Marxist ideology or even a Leninist ideology, but the fact is that these movements did not play the central role as I thought they would. Today, referring really to the present situation, what we observe is the contrary of what we expected in the early 1970’s – I say this as a self-criticism.” (TOURAINÉ, 2002)



maio de 1968 são extremamente polêmicas. Assim, após apresentar as concepções acima, trabalharemos com a visão marxista desse período, indicando as diferenças teórico-metodológicas entre essa corrente analítica e a leitura da teoria dos novos movimentos sociais acima apresentada. Posteriormente, essas questões irão influenciar diretamente nos debates em torno do *altermundialismo*.

### 1.2.2 – Reestruturação do capital e aliança operário-estudantil: a teoria marxista

Os teóricos marxistas partiram da compreensão do momento histórico para desenvolver o estudo das lutas das décadas de 1960 e 1970, isto é, partiram da conjuntura econômico-política que vivenciam as classes sociais nesse período para compreender sua mobilização política. Neste sentido, uma específica leitura do desenvolvimento do capitalismo, sua relação com a luta de classes e a situação em que se encontram as organizações da classe trabalhadora e as respostas dadas por estas organizações compõem esse quadro analítico.

Segundo Ernst Mandel (1979), em textos de análise das revoltas de 1968 na França, o contexto histórico-social das manifestações de maio de 1968 foi marcado por uma situação contraditória: ao mesmo tempo em que constatamos um amplo e acelerado desenvolvimento das forças produtivas no período do pós-guerra, esse novo sistema não satisfaz às necessidades da classe trabalhadora. Esse é o quadro definido por Mandel como “neocapitalismo”, isto é, o capitalismo do pós-guerra.

Contraditoriamente aos mitos da burguesia, reeditados pela social-democracia e mesmo por certos autores que se reclamam do marxismo, o ascenso revolucionário de Maio de 68 demonstrou que o neocapitalismo é incapaz de atenuar as contradições econômicas e sociais inerentes ao sistema ao ponto de tornar impossível toda a ação de massas de alcance objetivamente revolucionário. As lutas de maio de 68 são o resultado direto das contradições do neocapitalismo. (MANDEL, 1979:262)

Podemos constatar portanto que Mandel (1979) possui uma interpretação oposta aos teóricos dos novos movimentos sociais citados no tópico anterior pois, enquanto aqueles afirmam que há uma integração e cooptação da classe operária por meio da sociedade de consumo e da redução dos postos de trabalho no setor fabril, este autor afirma que haveria na realidade uma sociedade que não satisfaz às necessidades do trabalhadores, que são cada vez mais alijados dos benefícios produzidos pelo

capitalismo. Pretende com sua leitura refutar a existência de uma tendencial socialização dos meios de produção em uma suposta sociedade informacional ou pós-industrial.

Aqueles que se deixam cegar pela elevação do nível de vida no decurso dos quinze últimos anos, não compreendem que é precisamente em período de expansão das forças produtivas (de ‘expansão econômica acelerada’) que o proletariado adquire necessidades novas e que o afastamento entre as necessidades e o poder de compra disponível mais se acentua. Não compreendem também que, à medida que o nível de vida, de qualificação técnica e de cultura dos trabalhadores se eleva, mais deve fazer-se sentir a ausência de igualdade e liberdade sociais nos locais de trabalho e a acentuada alienação no interior do processo de produção, de modo crescente e com insuportável peso sobre o proletariado. (*idem*, 1979: 262)

Assim, esse período de desenvolvimento das forças produtivas, baseado principalmente nos avanços científicos e tecnológicos, não significa uma melhoria total das condições de vida e de trabalho para a classe operária. Ao contrário, significaria um aumento progressivo das necessidades do trabalhador e da intensificação da exploração de seu trabalho. E esse processo de reestruturação do capital visaria apenas evitar uma recessão. Assim, aumentariam os índices de desemprego devido aos planos de estabilização e se reduziria o poder de compra do trabalhador devido à necessidade de se manter estável o sistema monetário internacional em um contexto de expansão econômica e aumento da inflação. O capitalismo não teria portanto nenhuma tendência “natural” ou “acidental” de melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. É em busca de evitar crises e manter o crescimento progressivo das taxas de lucro que o capitalismo se reestrutura nesse período. Seria justamente as consequências desse processo à classe trabalhadora e aos setores estudantis que, como veremos adiante, resultariam, segundo as concepções desse autor, nas revoltas de maio de 1968.

O autor chama a atenção do leitor para a presença massiva de trabalhadores fabris nas manifestações do período, chegando estes até mesmo a realizar uma greve geral, com a adesão de dez milhões de trabalhadores, que se radicaliza ao ponto de levar à ocupação de fábricas. Esse descontentamento seria também estendido a outras camadas do proletariado e às classes médias. Os teóricos e entusiastas dos novos movimentos sociais ou escamoteiam ou apresentam de forma marginal a presença do proletariado e suas reivindicações referentes ao mundo do trabalho nessas manifestações. Estes autores ressaltam sempre o protagonismo estudantil e a emergência de novos atores que substituiriam o “antigo” movimento operário já derrotado e esfacelado. É no mínimo duvidoso que uma

análise afeita às mobilizações de 1968 pudesse simplesmente ignorar ou não notar uma greve geral que envolveu a participação milhões de trabalhadores acompanhada de ocupações de fábricas e uma ampla “paralisação da vida social”. Mandel observa não apenas a presença do operariado, mas também da sua filiação ao socialismo, teoria considerada nesse momento já ultrapassada e superada pelos teóricos dos NMS.

Maio de 68 teve o alcance histórico de repor a revolução socialista na ordem do dia na Europa ocidental. A greve geral de dez milhões de trabalhadores franceses, com a ocupação das suas fábricas e a paralisação de toda a vida social, incluindo a do Estado, varreu com o seu amplo movimento toda a ideologia dos falsos profetas que pretendiam que a classe operária dos países imperialistas se encontrava integrada na sociedade de consumo e tão profundamente estratificada, dividida e despolitizada que seria incapaz de se erguer, como classe, contra a ordem burguesa. (*ibidem*, 1979: 295)

Como vimos em Braz (2006) este período é marcado por uma grande pluralidade de linhas de análise a partir do marxismo. Além das “novas vias” para o socialismo na Europa oriental temos a experiência chinesa que levou à disseminação do pensamento de Mao, ao fortalecimento das ideias de Trotsky após a morte de Stálin e à exposição de suas atrocidades no relatório Krushev e à retomada ou redescoberta de outros pensadores marxistas como Gramsci e Lukács. Na verdade, o que observamos *não* é o desaparecimento do marxismo socialista e revolucionário das organizações de massa, da intelectualidade de esquerda e mesmos das bases sociais, mas uma enorme fragmentação como resultado de uma crise do movimento comunista de âmbito internacional relacionada diretamente à crise da União Soviética.

Os processos traumáticos que se abriram no XX Congresso em 1956, as cisões que deles decorreram e as tentativas de ruptura com o modelo soviético – como na questão húngara e na tchecoslovaca –, o conflito sino-soviético e, ainda, as alterações no perfil das lutas de classes no mundo ocidental engendradas pelas metamorfoses do modo de produção capitalista a partir do pós-Segunda Guerra Mundial e confluídas em 1968, legaram à esquerda revolucionária do século XX uma incomparável pulverização – possível, como se viu, por conta do esgotamento do soviétismo como centro gravitacional do movimento revolucionário mundial - percebida nas suas formas de atuação bem como em suas formulações teóricas e políticas. A questão da estratégia revolucionária

foi objeto central das várias perspectivas, comportando variantes insurrecionais e reformistas, tons moderados e radicais. (BRAZ, 2006: 277-278)

Assim, nas manifestações de 1968 na França e da década de 1970 nos Estados Unidos ainda estavam presentes os componentes analíticos fundados no marxismo. Afirmar que esta é uma forma de pensamento “ultrapassado”, referente à “velha esquerda comunista e radicalizada” é uma forma de posicionamento político que teve forte presença nesse período e que defendeu que para o avanço das lutas seria necessária a superação do velho pensamento marxista e a criação da chamada nova cultura política. Contudo, o que pretendemos afirmar neste momento é que tanto os agrupamentos que defendiam uma nova política quanto os defensores do marxismo revolucionário estavam presentes nessas manifestações. Afirmar a não existência de um dos lados é buscar apagar um fato histórico a partir de uma postura política e ideológica específica.

A chamada “nova esquerda” havia se desdobrado em várias esquerdas, desde aquelas que tentavam relacionar as novas demandas sociais às formas tradicionais herdadas do marxismo e do leninismo, mantendo elementos de continuidade – notadamente influenciadas por setores da “velha esquerda” que para elas migraram –, até aquelas que negavam essa herança, atribuindo-lhes equívocos históricos e considerando-as superadas frente às novas e complexas demandas sociais, que se formavam por setores anticapitalistas não-comunistas ou mesmo por ex-comunistas expurgados ou saídos dos PC’s, que no campo teórico passaram a constituir um difuso e impreciso pós-marxismo. (*idem*, 2006: 278)

Contudo, podemos afirmar que de fato havia uma certa ausência das organizações operárias com relação a liderar e potencializar as suas manifestações. E é nesse fato que parecem se amparar as análises que partem da teoria dos novos movimentos sociais. Devido à deficiência das organizações operárias em liderar e desenvolver esses levantes espontâneos da classe, essas manifestações poderiam ser, segundo estas concepções, aparentemente desconsideradas.

Essas manifestações do operariado fabril tinham um forte caráter espontâneo na medida em que surgiam no chão de fábrica como uma organização autônoma dos trabalhadores e não encontraram respaldo nos partidos e sindicatos da classe operária que, em alguns casos, chegaram até mesmo a boicotar o movimento. Estes instrumentos mantem-se muitas vezes atrelados a suas estruturas burocratizadas e buscando garantir uma imagem simpática e não radicalizada para a disputa da opinião pública nas eleições seguintes. Ponge e Zemor (*in* HOLZMANN & PADRÓS, 2003) afirmam que as

principais conhecidas forças de esquerda no período teriam atuado com “passividade e dubiedade”. O PCF (Partido Comunista Francês) e a FGDS (Federação da Esquerda Socialista) teriam afirmado publicamente a necessidade da renúncia de De Gaulle. Mas, se limitariam apenas a isso, sem apontar formas relevantes de atuação concreta. Os sindicatos buscaram negociar diretamente com o governo com o objetivo de acabar com as greves através de um acordo muito aquém da “pauta nacional de reivindicações”. Esta pauta continha reivindicações como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, aposentadoria aos 60 anos e revogação dos decretos prejudiciais ao sistema de saúde e previdência.

Apesar da fragilidade do governo, a imobilidade dessas organizações da esquerda vacilante possibilitaram que De Gaulle propusesse a convocação de novas eleições legislativas contanto que a greve terminasse imediatamente. Os partidos e as centrais sindicais aceitaram passivamente esta proposta recuada e abandonaram a greve a sua própria sorte, acreditando em seu fim iminente, e acabaram por amargar em seguida uma ampla derrota no pleito eleitoral para os gaullistas. Mandel identifica a existência de uma tomada de consciência dos trabalhadores mobilizados a partir de reivindicações que iam muito além do mero aumento dos salários, envolvendo ocupação de fábrica e reivindicações do âmbito político e organizacional do processo de trabalho e da própria organização da sociedade. As derrotas subsequentes decorreriam portanto de uma paralisia e apatia dos tradicionais organismos da classe, partidos e sindicatos, em atuar ativamente nestas manifestações. (MANDEL, 1979:267)

Após constatarmos uma análise que compreende que não se vivenciaria o fim da classe operária e que esta estaria em luta, ainda que suas organizações sofressem com uma crise sem precedentes, podemos nos perguntar qual o papel dos estudantes a partir desta concepção. Mandel assume que de fato o protagonismo estudantil é muito forte, assim como de outros setores das classes médias como agrupamento de técnicos, trabalhadores do setor público e mesmo de profissionais liberais como os médicos. Esses seriam setores das classes médias muitas vezes em vias de proletarização que se mobilizariam contra a nova composição da estrutura de classes. E o movimento teria sido desencadeado no meio estudantil como decorrência de que não haveria infraestrutura material para atender à expansão do ensino universitário acompanhado da promessa de valorização do trabalho qualificado pelo capital. O que ocorreria portanto é uma ampliação das vagas no ensino superior devido às necessidades de desenvolvimento e reestruturação do capitalismo. Contudo, era exigida também uma reformulação das instituições de ensino que teriam um caráter mais massificado e se enquadrariam em uma lógica de formação de quadros empresariais e não de livres-pensadores com autonomia intelectual

e capacidade de crítica social. Portanto, deveríamos conceber a crise da universidade burguesa como parte da crise de *toda* a sociedade burguesa deste período.

Maio de 68 é o transbordamento maciço dos aparelhos burocráticos pelas massas, em primeiro lugar as massas jovens e a seguir as massas operárias. Nisto, porém, o nível de experiências e de consciência das largas massas, esse transbordamento não podia ainda ir além de pontual. (MANDEL, 1979: 303)

Essa foi uma manifestação espontânea da luta de massas, mas que foi consequência de fatores objetivos criados pelo “neocapitalismo” e que sofreu as consequências da enorme crise do socialismo, independentemente do caráter burguês (ou pequeno-burguês) dos estudantes ou de sua suposta falta de maturidade política.

Contudo, a contradição de uma manifestação espontânea se expressa nessa frase de Mandel: “No entanto, se Maio de 68 elevou a espontaneidade operária a um ponto até então desconhecido, demonstrou também os limites dessa espontaneidade.” (idem, 1979:297)

Quanto às demandas apresentadas, ainda que exista uma pauta de reivindicações ligadas ao mundo do trabalho, emergem de fato novas demandas que emergem de diversos grupos sociais, os quais Braz (2006) define como os “novos segmentos não operários da classe trabalhadora”.

As mobilizações de 1968 e o prolongamento das novas características políticas que trouxeram, tornaram cada vez mais premente aos partidos comunistas europeus ocidentais uma revisão das estratégias revolucionárias e de suas formas de ação política. Os chamados “novos movimentos sociais”, a “nova política”, os aspectos da subjetividade na luta política, as questões afeitas aos diversos grupos sociais – gênero, etnia, sexualidade –, as demandas sociais referentes ao mundo da reprodução social dos trabalhadores – os bens de consumo coletivo: saúde, educação, transporte, moradia, etc. –, bem como a questão ecológica e o problema da segregação sócio-espacial na cidade, todos esses elementos passavam a compor de maneira progressiva o universo das lutas sociais, de maneira que os movimentos a eles vinculados passaram a ganhar visibilidade e legitimidade junto às classes trabalhadoras, o que desafiava os partidos, especialmente os comunistas, a encontrar meios inovadores que conseguissem açambarcar estas lutas no horizonte de sua estratégia revolucionária. (BRAZ, 2006: 279)

Assim, atesta-se que houve de fato novidades, mas que elas não eliminam a existência da classe trabalhadora e suas reivindicações e formas de luta. E essas novidades, foram encaradas pelos autores que partem de análises marxistas como grandes desafios às formas organizativas já conhecidas da classe operária. A questão que se impôs a partir desse período para a esquerda socialista e que persiste até os dias atuais é: Como incorporar essa novas reivindicações e essa grande ampliação da luta política a uma estratégia de transformação revolucionária?

Segundo Bihr (1999), alguns dos traços comuns aos novos movimentos sociais seriam o fato de se situarem fora da esfera do trabalho e da produção; apresentarem uma forte desconfiança em relação ao Estado, os partidos e os políticos; desenvolverem uma ação contestatória a partir de um aspecto *particular* de sua condição de existência; defenderem uma nova cultura política baseada na autogestão e em valores como qualidade de vida e direito à diferença. Segundo este autor, estas características que diferenciam estes movimentos do movimento operário-sindical levaram à visão de que sua força progressista iria suplantá-lo que teria sido o sujeito das lutas sociais do passado. Contudo, segundo Bihr, o que vemos é o declínio desses movimentos a partir do fim da década de 1970, não escapando portanto ao refluxo geral sofrido por todos os movimentos sociais neste período. Contudo, Bihr busca apontar quais seriam as lições e os limites desses movimentos para a reflexão da esquerda que ainda se afirmaria revolucionária.

A principal contribuição dos novos movimentos sociais seria a ampliação da concepção de luta política e da necessidade de se compreender que o campo de atuação da luta de classes é muito mais amplo com a expansão do domínio do capital para outros âmbitos da vida humana.

Servindo de analistas em relação a múltiplas crises sociais crônicas pelas quais passavam essas formações, revelaram, de maneira mais ou menos clara, que as condições da reprodução do capital ultrapassam hoje amplamente seu simples movimento econômico (seu ciclo de valor em processo) para se estender à totalidade das condições sociais de existência. Ao mesmo tempo, colocaram em evidência que a luta contra a exploração e a dominação capitalistas deve hoje passar por terrenos e disputas aparentemente sem relação imediata com elas. Em outras palavras, os ‘novos movimentos sociais’ colocaram em evidência o fato de que ‘tudo é (tornou-se) político’, desde as relações entre homens e mulheres até a organização do espaço-tempo social e que, conseqüentemente, é preciso ampliar a luta anticapitalista. (BIHR, 1999:153)

Assim, as lutas sociais operário-sindicais até então raramente colocavam a necessidade de se pensar e lutar contra a organização da sociedade capitalista fora do âmbito da produção. Contudo, os

novos movimentos sociais, ao se focarem apenas nessa forma de dominação do capitalismo, excluindo o debate em torno da exploração do trabalho, sofreriam de uma relativa fraqueza por assumirem um papel periférico, o que limitaria seu alcance político na medida em que não se articulam com a luta do proletariado. Estariam fechados em práticas particulares, estreitamente localizadas, que levariam a um certo isolamento.

Um último limite dos NMS seria sua composição social, pois muitas vezes seria influenciado por setores que sofrem menos com a exploração e a submissão promovidas pelo capitalismo, isto é, um certo grupo de técnicos e administradores do capital, que buscam até mesmo fortalecê-lo, distanciando estes movimentos das camadas populares em geral.

Dessa forma, a falta de articulação entre o movimento operário e os novos movimentos sociais levaria a um enfraquecimento progressivo de ambos os movimentos e, no caso dos NMS, levaria esses movimentos a promover, no futuro, e mesmo até hoje, uma linha reformista: “Enfim, o conjunto dos fatores precedentes é responsável pela orientação direitista (liberal) ou reformista (neo-social-democrata) que tomaram fundamentalmente os ‘novos movimentos sociais’ e as ‘práticas alternativas’.” (BIHR, 1999: 156)

Como veremos mais adiante, o altermundialismo, além de ser a aparente continuidade de uma “nova esquerda” defensora de uma “nova cultura política” que teria superado as antigas práticas e formulações políticas do movimento operário-sindical de orientação marxista, tem uma composição de classe semelhante a dos novos movimentos sociais, setores das classes médias pauperizadas, bem como, posicionamentos políticos também muito semelhantes, tanto com relação ao reformismo quanto a práticas que acabam por fortalecer o sistema capitalista e arrefecer a luta de classes. Contudo, é necessário ressaltar que novas serão as reivindicações presentes no altermundialismo em um também diferenciado contexto de desenvolvimento do capitalismo em relação às décadas anteriores, agora convertido em seu modelo neoliberal.

### 1.2.3 - A classe importa na análise dos movimentos sociais?

Pretendemos agora articular a análise do processo histórico de surgimento da “nova esquerda” em ambas as linhas analíticas, a marxista e da teoria dos NMS, com uma determinada concepção teórico-metodológica. A maior parte das análises sobre a “nova esquerda” foram desenvolvidas pela teoria dos novos movimentos sociais, contudo, realizaremos um estudo da principal consequência histórica das mobilizações de 1960 e 70, o altermundialismo, a partir da linha marxista. A divergência



central entre as linhas teóricas que pretendemos ressaltar é como cada uma trata da composição social desses movimentos.

Como vimos, nas décadas subsequentes às mobilizações de 1960 e 1970, ocorreu o desenvolvimento de uma linha teórica de análise dos movimentos sociais emergentes, a “teoria dos novos movimentos sociais”. Essa concepção teórica tem como principais expoentes Alberto Melucci nos Estados Unidos, Alain Touraine na França e Claus Offe na Alemanha e se tornou uma das principais referências de análise sociológica desses movimentos. Como vimos, as concepções desse conjunto de autores se fundamentam no suposto surgimento de uma “nova esquerda” que criaria uma “nova cultura política”, representando uma ruptura de paradigma em relação ao considerado “velho” movimento operário-sindical. Essa relação de oposição entre esses dois “tipos” de movimentos é expressa claramente neste trecho de um artigo atual de Touraine em que o autor resgata as concepções que desenvolveu nas décadas de 1970 e 1980:

A ideia de movimento social foi concebida, pelo menos na minha mente, em oposição ao conceito tradicional de conflito de classes. Não oposição no sentido de ser reformista. Ao contrário, quando falamos sobre conflito de classes nos referimos, basicamente, a um processo de desenvolvimento capitalista ou um processo de crise social e econômica em termos objetivos. Quando começamos a falar, agora há muito tempo atrás, sobre movimentos sociais, tentamos elaborar uma nova abordagem e passar ao lado do ator.

Para colocar em termos simples, procuramos analisar os conflitos em termos de atores e não ver o ator simplesmente como resultado de forças objetivas. (TOURAINÉ, 2002:89, *tradução minha*)<sup>9</sup>

Neste trecho podemos observar alguns dos elementos centrais que definem a teoria dos novos movimentos sociais. Esses pensadores buscaram compreender movimentos sociais que consideraram como fundadores de um novo paradigma de ação social, os quais estariam inseridos em uma nova fase de desenvolvimento da sociedade capitalista. E o fizeram a partir de uma concepção teórico-

---

<sup>9</sup> “The idea of social movement was conceived, at least in my mind, in opposition to the traditional concept of class conflict. Not opposition in the sense of being reformist. Instead, when we speak about class conflict we refer, basically, to a process of capitalist development or a process of social and economic crisis in objective terms. When we began speaking, a long time ago now, about social movements, we tried to elaborate a new approach and to pass on the actor’s side. To put in simple terms, we tried to analyse conflicts in terms of the actors and not to see the actor simply as a result of objective forces.” (TOURAINÉ, 2002:89)

metodológica opositora à teoria marxista, antes amplamente utilizada na análise do movimento operário.

Assim, é predominante a concepção de que a ação social a partir do maio de 1968 na França e do movimento estudantil e pacifista nos Estados Unidos da década de 1970 seriam parte de um novo paradigma de mobilização social, expressão essa das transformações sofridas pela estrutura social. Essas novas formas de ação se apresentaram em um contexto diverso do capitalismo industrial denominado de sociedade pós-industrial ou sociedade informacional. Nesta sociedade a produção estaria baseada na informação e não na manufatura, o que acarretaria uma mudança no quadro das disputas entre os diversos grupos sociais. Os conflitos deixariam de se constituir em torno da posse dos meios de produção e passariam a emergir em torno da posse, no sentido de detenção do conhecimento, da informação. O controle da informação estaria vinculado a existência de um estado tecnocrático que excluiria muitos indivíduos do que antes seria considerado “público”, isto é, disponível a todos. Segundo Touraine, o movimento operário estaria naquele momento entrincheirado em partidos social-democratas, sindicatos e arranjos corporativos, que estariam ligados à tecnocracia estatal. Por isso, seriam substituídos pelos *novos movimentos sociais* que se consolidariam contra formas de dominação e buscariam alternativas a essa sociedade tecnocrática. No trecho abaixo Alain Scott afirma sobre a teoria de Touraine:

Os novos movimentos sociais são, para Touraine, em primeiro lugar os movimentos que resistem aos efeitos psicoculturais das modernas técnicas de produção e às demandas psicológicas, sociais e ambientais que emanam delas. Crucialmente, os novos movimentos sociais da sociedade pós-industrial tendem para uma rejeição dos valores do industrialismo em que tanto o capitalismo como o movimento dos trabalhadores estão baseados, e acima de tudo para a rejeição do crescimento do valor econômico. (SCOTT, 1991:35, *tradução minha*)<sup>10</sup>

Alberto Melucci (1980) desenvolveu essas concepções afirmando que as disputas estariam em torno do controle da informação e de toda uma estrutura simbólica que sustenta uma relação de dominação. As mudanças no sistema de produção levariam, portanto, a novos conflitos de classe. Nessa sociedade pós-industrial ou informacional os meios de produção seriam tendencialmente socializados,

---

<sup>10</sup> “New social movements are, for Touraine, first and foremost movements resisting the psycho-cultural effects of modern production techniques and the psychological, social and environmental demands which emanate from them. Crucially, the new social movements of the post-industrial society tend towards a rejection of the values of industrialism upon which both capitalism and the workers’ movement are based, and above all towards the rejection of the value economic growth.” (Scott, 1991:35)

sendo que, outros elementos continuariam sob controle de um pequeno grupo de dominadores. Contudo, esse conflito deixaria de ser um conflito de classe como analisa a teoria marxista e passaria a um conflito entre grupos dispersos na sociedade que desenvolvem entre si uma relação de dominação. A luta deixaria de ser apenas pela reapropriação da estrutura material de produção e passaria a ser sobre o desenvolvimento sócio-econômico, isto é, a reapropriação do espaço, do tempo e das relações individuais. Esses novos movimentos não manifestariam as necessidades de uma única classe social, mas de grupos diferenciados afetados pelas consequências da sociedade de massas.

Os mecanismos de acumulação já não são alimentados pela simples exploração da força de trabalho, mas sim pela manipulação de complexos sistemas organizacionais, pelo controle sobre as informações e sobre os processos e instituições de formação simbólica, e pela intervenção nas relações interpessoais. (MELLUCI, 1980: 218-218, *tradução minha*)<sup>11</sup>

A experiência stalinista, em conjunto com o aparelhamento do movimento operário, teria levado ao enfraquecimento de mobilizações em torno da “tradicional” luta de classes travada essencialmente entre a burguesia e o proletariado. E a emergência do totalitarismo stalinista desencadearia questionamentos teóricos sobre as concepções marxistas, pois estas teriam sustentado o surgimento e a expressão de um sistema repressor e autoritário. Partindo dessas premissas, os teóricos dos *novos movimentos sociais* afirmaram que o marxismo subestimaria a emergência das ações coletivas e a articulação interna dos movimentos sociais, pois isso só seria possível nesta concepção teórica através de um partido, instrumento que já teria demonstrado historicamente seu esgotamento, seja este relativo ao ajuste à ordem social predominante, seja este como meio de instituição de regimes totalitários.

A fim de livrar-se desse impasse teórico, a tradição marxista deve, portanto, passar de uma análise estrutural das relações de classe e da lógica do sistema capitalista para uma definição, em primeiro lugar, da ação de classe, e, então, da ação política. A reflexão sobre os movimentos sociais é uma questão teórica crucial que não pode ser evitada. (MELLUCI, 1980: 200, *tradução minha*)<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> “The mechanisms of accumulation are no longer fed by the simple exploitation of the labor force, but rather by the manipulation of complex organizational systems, by control over information and over the processes and institutions of symbol-formation, and by intervention in interpersonal relations.” (Melucci, 1980: 218-218)

<sup>12</sup> “In order to extricate itself from this theoretical impasse, the Marxist tradition must, therefore, move from a structural analysis of class relations and of the logic of the capitalist system towards a definition, first, of class action, and, then, of political action. Reflection on social movements is a crucial theoretical issue that can not be avoided.” (Melucci, 1980: 200)

Identificando o marxismo com o determinismo estruturalista e com regimes totalitários, esses autores afirmam que esta concepção teórica não responderia à realidade dos movimentos sociais e deveria ser superada como uma forma política autoritária e ultrapassada, que corresponderia a uma realidade social, naquele momento já inexistente.

Não há muito a dizer sobre os marxistas, porque creio que não exista uma análise marxista dos movimentos sociais em sentido próprio; existem, pelo contrário, análises da crise do modo de produção capitalista e das suas transformações. (*idem*, 2001: 30)

Para a *teoria dos novos movimentos sociais*, a teoria marxista seria apenas a expressão de um determinismo de leis estruturais que corresponderia à sociedade industrial já superada. Assim, seria crucial nesse momento desenvolver uma nova forma teórico-metodológica de compreensão das mobilizações sociais de novo tipo que emergiam naquele período. Assim, a denominada teoria da ação coletiva seria a resposta teórica ideal por superar por um lado o individualismo metodológico e por outro o determinismo histórico, ligando “atores e sistema” nas palavras de Touraine. Em um artigo de Alain Scott (1991) sobre a teoria da ação desenvolvida por Touraine, afirma-se que esta seria “não individualista, não funcionalista e superaria o historicismo determinista presente na teoria marxista”. Assim, a análise da estrutura foi substituída pela análise da ação coletiva. Observamos uma negação da análise da conjuntura política e se impõe a análise do “ator social”. Segundo o próprio Touraine:

Falamos sobre movimento social significa colocarmo-nos no ponto de vista dos atores, isto é, dos atores que são, ao mesmo tempo, conscientes do que têm em comum, ou seja, dos mecanismos de conflitos e dos interesses particulares que os definem uns contra os outros. (TOURAINÉ, 2006:20)

E as lutas desses “atores” não se encontraram no âmbito econômico ou político, mas no âmbito cultural. Haveria uma autonomia da política e um desinteresse na disputa pelo poder. Esse movimentos sociais iriam se mobilizar com o objetivo de criar uma nova cultura cotidiana, um novo modo de vida, em oposição àquele imposto pela sociabilidade moderna. A perspectiva da luta pelo poder seria substituída pela criação de estilos de vida alternativos à sociedade dominante e em busca de defender a sociedade civil da subordinação ao Estado e à tecnocracia.

A ação dos movimentos se diferencia do modelo de organização política e assume uma crescente autonomia dos sistemas políticos. Ela está estreitamente entrelaçada com a vida cotidiana e com a experiência individual. (...) A possibilidade individual e coletiva de reapropriação do sentido do agir consiste no quanto se joga nos conflitos, nas formas que fazem do presente a condição do possível. (MELUCCI, 2001: 28)

Por fim, destacamos que a ação coletiva seria viabilizada a partir da construção da “identidade coletiva”, isto é, das características do ator e de sua relação com o ambiente. Assim, se organizariam os movimentos das mulheres, dos negros, movimentos ecológicos, etc.

A defesa da identidade, continuidade e previsibilidade da existência pessoal está começando a constituir a substância dos novos conflitos. Em uma estrutura em que a propriedade dos meios de produção está se tornando cada vez mais socializada, enquanto ao mesmo tempo permanece sob controle de grupos particulares, o que os indivíduos estão reivindicando coletivamente é o direito de perceber sua própria identidade: a possibilidade de dispor de sua criatividade pessoal, sua vida afetiva, e sua existência biológica e interpessoal. O controle e a manipulação dos centros de dominação tecnocrática estão cada vez mais penetrando a vida cotidiana, diminuindo a possibilidade do indivíduo dispor do seu tempo, seu espaço, e seus relacionamentos. Identidade pessoal - isto é, a possibilidade, nos níveis biológico, psicológico e interpessoal, de ser reconhecido como um indivíduo - é a propriedade que agora está sendo reivindicada e defendida: este é o terreno no qual a resistência individual e coletiva está criando raízes. (MELUCCI, 1980: 218, *tradução minha*)<sup>13</sup>

Esta linha de pesquisa desconsidera ou considera como secundária a composição de classe das manifestações da “nova esquerda”. Melucci (1980) se centrou na questão da “identidade” como elemento prioritário, dispensando a categoria “classe social” ao afirmar que viveríamos em uma sociedade pós-industrial e que os novos movimentos sociais seriam manifestações pluriclassistas.

---

<sup>13</sup> “Defense of the identity, continuity, and predictability of personal existence is beginning to constitute the substance of the new conflicts. In a structure in which ownership of the means of production is becoming more and more socialized, while at the same time remaining under control of particular groups, what individuals are claiming collectively is the right to realize their own identity: the possibility of disposing of their personal creativity, their affective life, and their biological and interpersonal existence. The control and manipulation of the centers of technocratic domination are increasingly penetrating everyday life, encroaching upon the individual’s possibility of disposing of his time, his space, and his relationships. Personal identity – that is to say, the possibility, on the biological, psychological, and interpersonal levels, of being recognized as an individual- is the property which is now being claimed and defended; this is the ground in which individual and collective resistance is taking root.” (MELUCCI, 1980: 218)

Touraine (1985) admitiu a existência das classes e sua relação com os conflitos sociais, porém afirmou que as novas lutas que emergem estariam focadas em impedir o avanço da mercantilização aos âmbitos privados da vida, isto é, buscou identificar as consequências no plano individual das formas de dominação de capital. Focou, portanto, em uma análise do ator social e não sua atuação a partir da classe. Offe (1985) afirma que os novos movimentos sociais seriam compostos pela classe média, contudo, não representariam os interesses exclusivos de uma única classe, mas interesses universais. Ao buscar responder ao que denominam determinismo estrutural marxista, os autores focaram na perspectiva do sujeito, da liberdade do ator e sua ação fragmentada em busca da melhoria das condições subjetivas de vida de toda a humanidade.

Assim, os autores da *teoria dos novos movimentos sociais*, ao defenderem uma análise de características singulares e nunca totais da realidade, partindo da visão de uma sociedade difusa e rica por sua diversidade e de um capitalismo que não conteria mais as grandes contradições fundadas na exploração e na luta de classes, propõem uma análise de atores coletivos plurais, multifacetados que defenderiam interesses dos indivíduos dispersos na sociedade.

Um dos motivos que nos levaram a optar pela análise marxista para realizar essa pesquisa é o fato de nesta linha teórica o conceito “classe social” não ocupar um papel menor ou complementar no escopo analítico, mas ser um conceito absolutamente fundamental para o estudo das mobilizações políticas. Essa linha teórica é a escolha mais viável, já que pretendemos defender como tese de fundo: *o conceito de classes sociais é de enorme relevância para análise da mobilização política.*

Diferentemente das outras linhas de estudo dos movimentos sociais, a teoria marxista desenvolve sua análise a partir da compreensão da totalidade social, defendendo a permanência das contradições fundamentais do capitalismo, sendo que este sistema sofreria mudanças, ainda que não estruturais, no decorrer das últimas décadas. Contudo, essas mudanças se dão com o objetivo de potencializar a exploração da força de trabalho e a acumulação de capitais e ocorrem de modo tendencial. Apesar de a resistência do trabalho trazer contra-tendências que atenuam a exploração do trabalho em certa medida, estas são progressivamente apropriadas pela própria lógica de aumento constante da exploração da força de trabalho. Como veremos o fenômeno observado nas décadas de 1960 e 1970 foi o advento de uma crise do processo de acumulação de capitais e a manifestação de uma aceleração na queda tendencial das taxas de lucro. Esse processo levou alguns anos depois a um avanço da já incipiente reestruturação produtiva, a qual alterou o processo de trabalho, levando a uma complexificação da estrutura de classes. Ainda que esse processo não altere o quadro fundamental das classes, ou seja, a polarização em dois grandes campos, um determinado pelo capital e outro pelo

trabalho, ocorreram adaptações de modo que essas contradições se colocaram ainda mais fortemente para a dominação do capital sobre o trabalho, restaurando o processo de acumulação e garantindo o controle futuro dos trabalhadores por meio de medidas políticas que caracterizam os governos neoliberais, tanto do centro quanto da periferia do capital.

Assim, a teoria marxista parte de fato de compreensão de que a estrutura social, conforme organizada em um momento histórico específico, influencia e determina diretamente a ação dos sujeitos. Na introdução de o 18 Brumário de Luís Napoleão encontramos a já amplamente conhecida afirmação de Marx (s/d) de que os homens fazem história, mas não nas condições em que desejam. Também na introdução à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx afirma claramente:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2003:5)

Partindo dessa afirmações de Marx podemos chegar de fato à conclusão de que as ações dos homens estão condicionadas e limitadas por uma estrutura social que independe de suas vontades. Contudo, é necessário ressaltarmos que essa determinação é complexa e múltipla, não compreendendo apenas os aspectos econômicos. Além disso, não se pode negar que a história só será transformada a partir da organização e ação das classes sociais. Caso, não haja organização política e avanços nas mobilizações da classe não é possível superar o capitalismo, situação esta que observamos concreta e repetidamente nas últimas décadas de avanço do capital e refluxo das mobilizações da classe trabalhadora. O marxismo está longe de se limitar ao determinismo estruturalista e economicista. Para a análise marxista de um determinado objeto ou fenômeno é necessária a compreensão da totalidade social e histórica, tanto da estrutura social capitalista e da estrutura de classes, quando das ações dos sujeitos na dinâmica da própria luta de classes.

Assim, consideramos um grande desafio partir dessa corrente analítica para o estudo do altermundialismo, pois este é um movimento considerado herdeiro da “nova esquerda”, a qual foi trabalhada teoricamente principalmente pela teoria dos novos movimentos sociais ou por teorias que dispensam a categoria classe social como válida. A perspectiva teórica marxista se opõe às concepções da teoria dos novos movimentos sociais centralmente em relação a concepção da classe social, que para o materialismo histórico seria uma categoria de análise fundamental para a compreensão das lutas sociais de ontem e de hoje.

O marxismo parte também da noção de que a estrutura de classes não é imutável e pode sofrer transformações ao longo da história. Contudo, compreendemos que isso não significa que as classes tenham desaparecido, ou que tenha sido superado o conflito fundamental entre capital e trabalho. Como vimos, as análises marxistas das mobilizações da “nova esquerda” indicam um momento de desenvolvimento específico do sistema capitalista, isto é, de desenvolvimento das forças produtivas, mas que não representam a superação e sim o acirramento dos conflitos entre capital e trabalho. Este seria um momento de ampliação da capacidade de dominação do capital e opressão de outros setores das classes trabalhadoras e mesmo de algumas frações das classes médias. Assim, haveria uma complexificação da estrutura de classes neste período, uma ampliação da classe trabalhadora e uma aproximação dessa classe com alguns setores das classes médias que sofrem um processo de progressiva precarização.

Apresentamos assim, de forma preliminar, três definições metodológicas que consideramos essenciais para uma análise fundada no conceito de classes sob a ótica da teoria marxista. A primeira seria que qualquer análise que busque focar a questão da classe social deve ser situada em seu momento histórico e concreto específico. Isso significa que para compreendermos a classe, devemos buscar entender qual sua *morfologia*, isto é, qual forma que esta toma no momento histórico em questão. Em segundo lugar, é importante que uma determinada da classe social seja analisada no âmbito da luta de classes, pois a mobilização política de uma classe só pode ser compreendida a partir da sua *relação com outras classes em luta*. E, por fim, partimos da premissa de que as classes são determinadas pela totalidade social. Isso significa que uma classe não pode ser compreendida apenas por sua determinação econômica, isto é, por sua posição no processo produtivo, sendo assim fundamentais suas determinações políticas, ideológicas e culturais.

Há um debate teórico considerável sobre a atual estrutura de classes no âmbito do marxismo que emergiu principalmente nas últimas décadas. Contudo, em relação à classe, ora denominada classe(s) média(s), ora pequena burguesia, e suas tantas outras variações, encontramos um debate ainda



preliminar, com definições ainda incipientes e pouco conclusivas, que estão aparentemente longe de atingir um consenso teórico e conceitual. Apresento parte desse debate no capítulo seguinte, onde me detenho na discussão sobre as classes. Contudo, o foco desta pesquisa e seu principal desenvolvimento analítico está presente no quarto capítulo, onde optamos por nos aprofundar em uma manifestação política concreta e contemporânea de uma certa fração das classes médias no Brasil. Consideramos que, mais importante que chegarmos a uma definição conceitual precisa, é buscar compreender como essa classe, ou determinada fração dela, se comporta politicamente, se manifesta de forma a influenciar a dinâmica da luta de classes em uma conjuntura político-econômica determinada. Consideramos que esse pressuposto está em pleno acordo com a concepção teórico-metodológica desenvolvida na obra de Karl Marx. Neste sentido, atentemos para o fato de que não há na obra de Marx uma definição precisa e objetiva das classes sociais, porém esta definição vem a tona na medida em que Marx, em suas obras históricas<sup>14</sup>, desenvolve uma rica análise sobre as classes sociais em luta na França durante o século XIX. Parte portanto, de uma análise concreta da manifestação política dessas classes para defini-las, estando situadas historicamente e mobilizadas em torno de projetos políticos distintos. Sobre as classes em luta, Marx nos oferece um quadro complexo das posições da burguesia e suas frações, do papel da pequena burguesia, do campesinato, do proletariado e do lumpen-proletariado. Sempre pensando a relação entre essas classes e como estas se manifestam e organizam em torno dos instrumentos políticos disponíveis naquele momento histórico. É nessa forma de análise histórico-concreta das classes sociais que nos baseamos para, de maneira certamente modesta e limitada, desenvolver uma análise das manifestações de setores das classes médias no Brasil a partir do Fórum Social Mundial.

Neste sentido, esta pesquisa busca de maneira ousada, porém ainda exploratória e insuficiente, desenvolver uma análise de classe do altermundialismo e em especial de uma de suas manifestações mais expressivas, o Fórum Social Mundial. Como veremos, esse exercício não apenas contribui para ampliar um pouco nossa compreensão sobre a dinâmica das classes e suas manifestações políticas atuais, como também traz algumas ideias sobre algumas características aparentemente típicas de alguns setores das classes médias, que nos ajuda a fazer um pequeno esboço do que seria essa classe hoje e algumas de suas tendências políticas mais marcantes.

---

<sup>14</sup> Estamos nos referindo especialmente às seguintes obras: *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*, *O Dezoito* *Brumário de Luís Napoleão* e *Guerra Civil na França*.

### 1.3 – Capitalismo neoliberal, classes médias e o Fórum Social Mundial

Os denominados “novos movimentos sociais” obtiveram muitas conquistas durante as décadas seguintes, principalmente no que se refere a ampliação dos direitos civis e regulação de agressões ao meio ambiente. Contudo, esses pequenos ganhos ocorriam em paralelo ao avanço de uma grande crise do *Welfare State* e enfraquecimento do movimento operário e popular. No Brasil, na década de 1980 houve o surgimento e fortalecimento de dois tipos de movimentos sociais: os movimentos sociais de identidade semelhantes à “nova esquerda” europeia e os movimentos sociais populares de necessidade<sup>15</sup> aliados ao movimento sindical grevista. Esses dois setores estavam naquele período reunidos em uma grande campanha em busca da redemocratização e, em grande medida, pela construção do Partido dos Trabalhadores como instrumento político da esquerda democrática. Contudo, na década de 1990, ao organizar-se com vistas a sair da crise econômica, em parte consequência da política econômica desenvolvimentista promovida nas décadas anteriores, o governo brasileiro acolheu grande parte das medidas neoliberais “aconselhadas” pelo Consenso de Washington e pelo próprio FMI. O Brasil se abriu ainda mais aos mercados internacionais, muitas privatizações foram realizadas durante os governos Collor e FHC, direitos trabalhistas foram explicitamente atacados e, assim, após alguns anos, consolidamos nossa *abertura neoliberal*. Durante a segunda metade dos anos 1990 e em especial nos anos 2000, os movimentos sociais populares se enfraqueceram demasiadamente, sofrendo um processo de cooptação de suas lideranças, imobilismo das bases a partir de políticas sociais compensatórias e ampla criminalização daqueles movimentos que buscaram manter algum nível de combatividade e radicalismo. Enquanto isso, os movimentos de identidade sofreram uma progressiva institucionalização organizando-se a partir de ONGs, instituições ligadas a Igreja Católica como a *Cáritas* e da participação em projetos governamentais durante o governo Lula.

Portanto, os capitalistas encontraram como resposta à crise do desenvolvimentismo nos países dependentes e à crise do Estado de Bem-Estar Social nos países do centro, o modelo neoliberal caracterizado pela: liberalização dos mercados, quebra de protecionismos agrícolas, desregulamentação financeira do comércio e dos investimentos, precarização dos direitos trabalhistas e sociais, privatizações dos serviços públicos essenciais, especulação financeira, etc. Duménil (2006)

---

<sup>15</sup> Essa definição de movimentos que lutam por necessidade e movimentos emancipatórios que lutam por questões de identidade é dada por David Harvey em seu interessante artigo *Organizando para a transição anticapitalista* que pode ser acessado no site sobre o evento de 10 anos de balanço do fórum social mundial que ocorreu em Porto Alegre em 2010: <http://seminario10anosdepois.wordpress.com/2010/01/19/organizando-para-a-transicao-anti-capitalista/>

definiu esse período como de uma retomada da hegemonia das *finanças*, sendo esta a fração superior das classes capitalistas, e a retomada da lucratividade do capitalismo central a partir da década de 1980:

Através de um pequeno atalho, podemos dar uma definição sintética da nova ordem social: o neoliberalismo é uma etapa do capitalismo, a última, cuja principal característica é o fortalecimento do poder e da renda da classe capitalista. Uma questão de instituições financeiras e de classes. Essa recuperação é resultado de uma entidade híbrida, que chamamos de 'finanças'. Ela reúne a fração superior da classe capitalista e "suas" instituições financeiras. Como tal, podemos designar esta ordem social como uma segunda *hegemonia financeira*, fazendo eco à primeira (do início do século XX à Depressão dos anos 1930).<sup>16</sup> (DUMÉNIL, 2006 - *tradução minha*)

Interessante mencionar a perspectiva de que não foi apenas a reconfiguração das regulações estatais ou mesmo a reestruturação produtiva nos países centrais que garantiram esse aumento da lucratividade. Segundo Clarke (*in* Saad&Johnston, 2005:56) a taxa de acumulação de capital se recuperou no centro às custas da intensificação da miséria nas periferias: "A acumulação de capital nos centros metropolitanos só tem sido sustentada pelo empobrecimento do resto do mundo, levando a uma polarização entre riqueza e pobreza, excesso de trabalho e desemprego, em uma escala global."<sup>17</sup> Assim, indicamos que o neoliberalismo tem também a função de recompor o poder e os interesses econômicos do imperialismo.

Boito Jr. (1999) afirma que no Brasil o capitalismo neoliberal seria implantado tardiamente em relação aos outros países da América Latina, minando muitas das conquistas sociais das últimas décadas e sustentando o poderio das potências imperialistas e o controle que exercem nos países periféricos. O capitalismo neoliberal se sustentaria no tripé: privatização; abertura comercial e desregulamentação financeira; desregulamentação do mercado de trabalho. A implantação das medidas neoliberais em todo o mundo se intensifica a partir do chamado Consenso de Washington e seria garantida pela atuação de diversos órgãos financeiros e políticos internacionais como: OMC

---

<sup>16</sup>“Ans un extrême raccourci, on peut donner une définition synthétique du nouvel ordre social: *le néolibéralisme est une étape du capitalisme, la dernière en date, dont le trait principal est le renforcement du pouvoir et du revenu de la classe capitaliste*. Une affaire d'institutions financières et de classes. Ce rétablissement est le fait d'une entité sociale hybride, que nous avons baptisée *la finance*. Elle réunit la fraction supérieure de la classe capitaliste et «ses» institutions financières. À ce titre, on peut désigner cet ordre social comme une seconde *hégémonie financière*, faisant écho à la première (du début du XXe siècle à la dépression des années 1930)”. (Dumenil, 2006)

<sup>17</sup>“The accumulation of capital in the metropolitan centres has only been sustained by the pauperization of the rest of the world, leading to a polarization of wealth and poverty, overwork and unemployment, on a global scale.” (Clarke in Saad&Johnston,2005)

(Organização Mundial do Comércio), FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial e G8 (Grupo dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia).

É nesse contexto, de desmonte do estado de bem-estar e perda acelerada de direitos, que os “novos movimentos sociais” como o feminista, negro, ambiental, dos homossexuais, estudantil, de contracultura, pacifistas se reorganizaram e ressurgiram com força na Europa e nos Estados Unidos com suas reivindicações reformuladas e, em muitos casos, centradas na crítica à sociedade de consumo e à mercantilização dos diversos aspectos da vida humana. A esses movimentos uniram-se organizações contra as medidas neoliberais e seus órgãos de implantação e regulação mundial, bem como organizações não-governamentais. Estas em geral passaram a ocupar os espaços vazios deixados pelo desmonte neoliberal dos Estados de bem-estar ou pela negligência dos estados desenvolvimentistas autoritários quanto às políticas sociais. Também aí se somaram as novas experiências de organização do trabalho que se organizam através de redes de cooperativas populares. Nos países dependentes, também observamos a adesão, ainda que tímida e marginal, de movimentos sociais de necessidade (de luta por terra e moradia) e de parcelas do movimento sindical. Todas essas formas de mobilização política, com suas reivindicações as mais diversas possíveis, se uniram a partir do fim da década de 1990 para compor o *movimento altermundialista*. Este tem como uma de suas referências iniciais o levante zapatista que ocorreu em 1994 no México contra a implantação do NAFTA, um acordo de livre-comércio para os países da América do Norte.<sup>18</sup> Em 1998, houve uma confluência de diversos movimentos na criação da Ação Global dos Povos (AGP). Esta organização criou uma agenda de manifestações globais simultâneas e em oposição às reuniões das instituições financeiras “multilaterais” como OMC, FMI, Banco Mundial e G8. Estas seriam as principais formas institucionais de fortalecimento, implantação e desenvolvimento do capitalismo neoliberal mundialmente.

O marco de surgimento do movimento altermundialista foram as manifestações em Seattle em novembro de 1999 realizadas concomitantemente à reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC). Após essa fase inicial de protestos ocorreram diversas manifestações em todo o mundo culminando na construção do Fórum Social Mundial (FSM)<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Para análises do altermundialismo ver: François Houtart e François Polet. *O Outro Davos*. São Paulo: Cortez, 2002; José Seoane & Emilio Tadei (orgs), *Resistências mundiais : de Seattle a Porto Alegre* Rio de Janeiro : Vozes, 2001.

<sup>19</sup>Para uma caracterização geral do FSM, ver: José Corrêa Leite. *Fórum Social Mundial : a história de uma invenção política*, São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2003; Isabel Loureiro *et al.* *O espírito de Porto Alegre*, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.

Não podemos negar que o FSM seja um produto das manifestações altermundiais, tendo sido idealizado em uma reunião em um escritório em Paris da ATTAC<sup>20</sup>, uma das principais organizações que participam do altermundialismo e que compõe o Comitê Organizador Brasileiro do Fórum. Todavia, devido à grande fragmentação e pluralidade de movimentos e objetivos presentes no altermundialismo, não havia consenso entre os altermundialistas quanto a criação do FSM e mesmo suas realizações posteriores, sendo que muitas foram as manifestações realizadas durante o primeiro FSM contra a organização e os princípios deste evento, fortemente criticado por sua verticalização e hierarquia organizativa<sup>21</sup>. Consideramos, entretanto, esta posição como minoritária dentre os manifestantes altermundiais, pois, por mais que o FSM tenha sido criticado por diversos intelectuais e participantes do altermundialismo, na maior parte da bibliografia sobre o tema o evento é aclamado e considerado um espaço muito importante a ser construído coletivamente para o fortalecimento da luta contra o neoliberalismo, bem como, vem atraindo um público numericamente considerável mesmo doze anos após sua criação.

Portanto, em 2001 foi realizado o primeiro Fórum como consequência da necessidade de o movimento altermundialista ir além das críticas ao neoliberalismo, buscando um espaço de debates e criação de alternativas a esse modelo. O Fórum é um espaço de encontro e discussão de movimentos sociais, organizações, intelectuais e indivíduos. Como já indicamos anteriormente, os integrantes do altermundialismo e do FSM se apresentam como uma alternativa crítica ao capitalismo neoliberal, se intitulando a “nova esquerda internacional”. Contudo, é importante ressaltar que esse movimento é uma das únicas manifestações políticas com amplitude internacional das últimas décadas, considerando o enfraquecimento e recuo dos movimentos operários como representantes históricos da resistência ao sistema capitalista. O altermundialismo é apresentado por seus idealizadores como a demonstração de insatisfação de uma parcela da população mundial em relação às consequências do capitalismo neoliberal. Seria portanto uma manifestação política de descontentamento com o capitalismo contemporâneo após cerca de duas décadas de arrefecimento das lutas em escala mundial. Lembramos contudo que o processo de internacionalização do FSM é lento e gradual, sendo que suas três primeiras edições foram realizadas em Porto Alegre e, mesmo após sua realização em outros países do sul, seis de suas doze edições foram realizadas no Brasil. Podemos nos perguntar portanto até que ponto o FSM representa de fato o altermundialismo ou algumas organizações brasileiras de alcance internacional.

---

<sup>20</sup> ATTAC - Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos.

<sup>21</sup> Sobre essas críticas ao FSM ver o documento: “Nós não vamos ao Fórum Social Mundial”, disponível em: <http://nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/wsf/wsf2002.htm>

O Fórum foi construído principalmente por movimentos sociais, ONGs e outras instituições, com o apoio do governo de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul<sup>22</sup>, conformando a busca, segundo seus organizadores, pela formulação de alternativas para a construção de um "outro mundo possível". A criação do Fórum surgiu a partir de uma articulação de alguns órgãos internacionais com movimentos sociais e instituições brasileiras. A proposta inicial foi de que este fosse um encontro plural, que representasse diversas forças políticas de esquerda. Foi composto um Comitê Organizador que firmou um "Acordo de Cooperação"<sup>23</sup> com as seguintes organizações: MST, ABONG, CUT, Cives, ATTAC, CBJP, IBASE, CJG<sup>24</sup>.

Contudo, após a realização de doze edições do FSM, seis delas ocorrendo no Brasil, o que pudemos observar é um processo de hegemonização de alguns grupos específicos na organização e realização do evento em relação a outros, relegados ao segundo plano. O que observamos é que há uma divisão nos posicionamentos políticos dessas organizações em relação às reivindicações apresentadas e em relação ao que seria ou deveria ser o Fórum, sua organização e as consequências do evento para as lutas sociais contemporâneas. De um lado observamos, de maneira enfraquecida e se manifestando timidamente nos espaços de debate do evento, as organizações de base popular como o MST e a CUT e, de outro lado, hegemonizando os espaços do FSM e definindo de maneira geral suas diretrizes, as organizações que representam fundamentalmente setores das classes médias como ABONG, Cives e CBJP.

Essa hegemonia de movimentos e organizações representantes de setores das classes médias, parece fazer eco com a composição social geral do evento. No Fórum de 2003, realizado em Porto Alegre, segundo dados do IBASE, 73,4% dos participantes tinham cursado o ensino superior, mesmo que incompleto. Quanto à ocupação, 43,4 % eram funcionários de instituição privada/ONG e 36% funcionários públicos, sendo que 79,5% trabalhavam no setor de serviços. Em 2005, os dados se repetem. Essa tendência à alta escolarização e à ocupação pública, particularmente do setor de serviços, se manifesta de forma ainda mais gritante no FSM de Belém, realizado em 2009. Nessa ocasião, 81% dos participantes possuíam o grau superior completo ou em curso; entre os brasileiros, mais de um terço eram estudantes e mais de 20% funcionários públicos ou de empresas públicas; entre os

---

<sup>22</sup> Para ver a lista completa de organizações fundadoras do FSM checar a Carta de Princípios do Fórum de 2001. Esta pode ser encontrada no site do Fórum: <http://www.forumsocialmundial.org.br/>.

<sup>23</sup> Para ver detalhes desse acordo e do surgimento, composição e documentos oficiais do Fórum ver: José Corrêa Leite, *Fórum Social Mundial : a historia de uma invenção política*. Op. Cit.

<sup>24</sup> MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; ABONG- Associação Brasileira de ONGs ; CUT – Central Única dos Trabalhadores; Cives – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania; ATTAC – Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos; CBJP – Comissão Brasileiro de Justiça e Paz; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômicas; CJG – Centro de Justiça Global.

estrangeiros a maior concentração se dava na categoria “empregado em entidade sem fins lucrativos”. Esses números se tornam mais impactantes se considerados a realidade educacional brasileira, em que apenas 23% da população possui o ensino médio completo e 10,6% possui diploma universitário<sup>25</sup>.

Compreendemos que o surgimento das classes médias é parte de um longo processo histórico, que se acelera na segunda metade do século XX, de complexificação da estrutura de classes em todo o mundo capitalista, tanto nos países centrais quanto nos periféricos.

Se em parte as pistas e os indicadores que nos levaram a identificar a presença de alguns setores das classes médias no Fórum Social Mundial são inspirados na teoria da estratificação, não pretendemos nos prender a uma estrita identificação e classificação dos indivíduos que participam do evento, mas sim estabelecer uma relação entre as características comuns a um determinado grupo social, hegemônico no FSM, e seu posicionamento político. Ambos, as características e o posicionamento, se constituíram na relação com as outras classes, isto é, no processo histórico da luta de classes que teríamos dificuldade em abarcar devido às limitações de uma pesquisa de mestrado.

---

<sup>25</sup> Dados do IBGE de 2009.





## **Capítulo 2**

### **As classes médias e a luta contra o capitalismo neoliberal no Brasil**



## **2.1 – Desafios do marxismo: transformações do sistema capitalista e a complexificação da estrutura de classes**

Devido à já mencionada complexificação da estrutura de classes a partir do desenvolvimento do capitalismo e da sociedade moderna, se torna cada vez mais difícil compreender e analisar a realidade contemporânea a partir da atuação das classes sociais. Muitos são os dilemas levantados nos últimos anos e múltiplas e pouco conclusivas foram as respostas indicadas pela intelectualidade marxista.

O que podemos chamar de classe trabalhadora? Ainda é válida a separação entre trabalhadores produtivos e improdutivos? Entre manuais e intelectuais? Quem são os trabalhadores explorados pelo capital? Quem produz mais-valia? A classe operária de chão de fábrica é a única que pode ser denominada de “proletariado urbano”? Onde se encaixam os trabalhadores do setor de serviços? São proletariado, classes médias, classe trabalhadora ampliada? Como podemos definir os trabalhadores que não são operários nem burgueses: pequena burguesia, nova pequena burguesia, das classes médias, nova classe média? Como esses setores se posicionam na luta de classes: ao lado da burguesia ou dos trabalhadores? Quais os setores que compõem a classe que se conformaria atualmente como o sujeito revolucionário? Como se organizam atualmente as frações da burguesia? Qual a relação entre burguesia financeira e burguesia industrial? Qual o papel da burguesia do setor de serviços?

A teoria marxista enfrentou nas últimas décadas uma grande dificuldade em lidar com o avanço do capital e a complexificação da estrutura de classes. A análise profunda dos novos desafios da esquerda socialista foi em grande medida negligenciada pela própria teoria marxista, considerando o processo de refluxo da esquerda e em especial dessa linha teórica nos âmbitos acadêmicos e intelectuais a partir da década de 1980. O processo histórico de negação do socialismo se manifestou também no âmbito acadêmico e intelectual.

O marxismo stalinista representava, para muitos, o próprio materialismo marxista; e a alternativa parecia ser o distanciamento da teoria marxista de sua autodefinição materialista e, em alguns casos, a recusa total de suas preocupações materialistas, particularmente o foco na economia política. Essa tendência foi reforçada pela convicção de que as ‘massas’ nas sociedades capitalistas avançadas, particularmente a classe operária, haviam caído sob o encanto mais ou menos homogêneo do ‘capitalismo de consumo’. (WOOD, 1995:17)

Esse problema se agrava no que diz respeito à análise dos movimentos sociais compostos pelas classes médias. Pensamos que a negligência na análise dessas mobilizações e dessa classe se deu em grande medida pelo fato de os marxistas mais ortodoxos considerarem os movimentos e as manifestações dessa classe imediatamente reformistas e não revolucionários ou mesmo contra-revolucionários, considerando que o verdadeiro sujeito da revolução seria o proletariado fabril. Sem entrar de fato na polêmica de quem seria e como estaria conformado hoje o “sujeito” da revolução, e mesmo sem ter a pretensão de solucionar todos os “nós” teórico-analíticos acima levantados, questionamos o fato de se *desconsiderar* a influência dessa classe e suas inúmeras frações que tanto cresceram nas últimas décadas na dinâmica geral da luta de classes. Como veremos as classes médias se expressam politicamente de formas diversas, contudo, independentemente do conteúdo específico de suas tendências políticas, sempre influenciam em maior ou menor grau na dinâmica das lutas entre a classe trabalhadora e a burguesia.

Não partimos, no entanto, de um terreno absolutamente vazio. Alguns autores, marxistas ou mesmo de outras correntes teóricas, tem retomado esta polêmica nos últimos anos, levantando a importância da categoria classe para a análise dos movimentos sociais, se referindo na maior parte das vezes, aos “novos movimentos sociais” anteriormente citados. Klaus Eder (2005) desenvolveu um estudo com o objetivo de apresentar a importância das classes na análise dos movimentos sociais. O abandono da categoria classe social seria um erro grave na análise da ação social. Isso teria ocorrido devido à diminuição do peso da atuação combativa da classe operária e ao surgimento dos “novos movimentos sociais”, o que teria desestabilizado a antiga análise dualista das classes sociais que se atinha à luta entre burguesia e classe proletária. Devido à dificuldade de compreensão desses grupos intermediários como uma classe, teria ocorrido uma tendência à afirmação de um caráter pluralista e diversificado nos novos movimentos sociais, desconsiderando que este tivesse uma base de classe. Muitos são os textos citados neste trabalho, focados tanto na emergência da “nova esquerda” em 1968 quanto no altermundialismo, que mencionam a composição de “classe média” dessas manifestações, ainda que não considerem este um elemento central para sua análise. Em geral, apenas citam este fato como um elemento descritivo a mais, sem realizar uma reflexão sobre a possível relação entre a composição de classe e os posicionamentos políticos identificados. Eder mostra a necessidade de quebrarmos essa visão, passando a considerar a existência de classes intermediárias que se mobilizam politicamente. Este é um autor com influências marxistas mas que assume análises culturalistas a partir de conceitos e concepções bourdieusianas. Entretanto, consideramos sua obra, com a qual tivemos contato já há alguns anos nas reuniões do grupo de pesquisa “Neoliberalismo e Relações de Classe no

Brasil”, uma inspiração para realização dessa pesquisa, já que nos chama a atenção para a necessidade de reintroduzirmos a questão das classes sociais na análise dos novos movimentos sociais, questão reiteradamente desconsiderada pelos estudiosos e intelectuais do nosso objeto de pesquisa, o altermundialismo. Porém, é importante ressaltar que não partiremos da noção de classe como utilizada por Eder por entendermos que trabalha com uma noção culturalista<sup>26</sup>, que difere consideravelmente da análise de cunho marxista que pretendemos empreender.

No âmbito do marxismo alguns intelectuais franceses contemporâneos como Louis Chauvel (2002, 2003), Paul Bouffartigue, René Mouriaux (1998), Sophie Beroud (1998) e Michel Vakaloulis (1998) têm chamado atenção sobre o fato de que as classes ainda existem, permanecem em luta e são um elemento de análise de fundamental importância para a compreensão das mobilizações políticas hoje<sup>27</sup>.

Louis Chauvel & Franz Shultheis (2003) mencionam o fato dos intelectuais europeus terem buscado nas décadas de 1980 e 1990 justificar na sociologia *mainstream* o “fim das classes sociais”. Citam um dado curioso: enquanto na década de 1970 houve 45 publicações com o tema “classes sociais”, na década de 1980 houve apenas 8 publicações sobre a temática. Afirmam que isso demonstra uma não compreensão da intelectualidade europeia em relação ao processo de desenvolvimento do capitalismo e da estrutura de classes de cada país. A academia teria assumido o discurso produzido pela mídia, pelo governo e pelos partidos políticos eleitores. Segundo os autores, o abandono da análise de classes decorre, além de um imobilismo teórico perante a enorme complexificação da estrutura de classes, do fato de que muitos não compreendem que existem determinados períodos históricos em que há um refluxo das lutas. Isso estaria longe de significar que é o fim da luta de classes, que as classes sumiram ou que se superou a exploração do trabalho. Isso só poderia ocorrer, afinal de contas, com a superação do sistema capitalista que tem como fundamento para sua existência a exploração de uma classe pela outra.

Neste sentido, alguns autores franceses buscaram a partir da década de 1990 compreender qual seria essa nova configuração e desenvolver estudos e conceitos para uma análise contemporânea das classes sociais, em especial em relação ao surgimento dessa classe intermediária entre a burguesia e proletariado. Jean Lojkin irá falar sobre o “novo assalariado”, Gerard Duménil (2006) elaborará uma

<sup>26</sup> Essas análises concebem que as classes sociais e sua ação coletiva seriam mediadas por uma textura cultural que conteria em si um sistema de categorias simbólicas com certa independência das classes, sendo que estas apenas determinariam os limites possíveis de ação dos movimentos. Assim, as classes têm sua importância nessas análises, mas parecem estar subordinadas à uma determinação cultural.

<sup>27</sup> Um apanhado das linhas de análise presente na teoria dos novos movimentos sociais e o contraponto da emergência de autores que retomam a categoria da classe social como central para a análise pode ser visto em: Galvão, Andréia. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais? In: Encontro Nacional da Anpocs, Caxambu, 2008.

análise das frações burguesas aliando-as a seus “quadros técnicos e administrativos” (*cadres*), Paul Bouffartigue irá buscar classificar as classes a partir de uma análise das “categorias sócio-profissionais” e Chauvel (2002,2003) desenvolverá uma interessante análise sobre a mobilidade das classes a partir da década de 1990 e o avanço neoliberal, indicando uma tendencial pauperização de setores antes pertencentes às classes médias.

É importante termos como base esses desenvolvimentos teóricos marxistas que utilizam a categoria classe social para compreender a sociedade francesa contemporânea e suas manifestações políticas mais relevantes. Ainda que fosse simplista a tentativa de transferir uma dessas categorias ou lógicas analíticas para a sociedade de classes brasileira, podemos nos inspirar nesses desenvolvimentos teóricos e pensar possíveis comparações entre as classes e suas lutas no Brasil e na França. Esse não é o objetivo central dessa pesquisa e seria necessário um tempo amplo para a compreensão da estrutura de classes no Brasil hoje. Por isso, não desenvolverei esta reflexão, ainda que traga algumas pistas relevantes para o estudo de nosso objeto, o Fórum Social Mundial, e sua composição de classe.

Esse debate se repõe em nosso momento histórico perante as novas formas de resistência da esquerda ao capitalismo neoliberal que nascem nas últimas duas décadas. Como exporemos abaixo mais detalhadamente, nossa tese central busca demonstrar a importância da categoria classe social para a análise dos movimentos sociais e em especial para um movimento que consideramos “herdeiro” dos “novos movimentos sociais” de 1960 e 1970 e que muitos de seus ideólogos e militantes apresentam como a “nova esquerda mundial”: o movimento altermundialista. Nosso objetivo é demonstrar como a composição de classe de uma manifestação específica do altermundialismo, as edições do Fórum Social Mundial realizadas no Brasil, influencia os posicionamentos políticos hegemônicos neste evento.

No Brasil, as pesquisas que consideram as mudanças e a configuração atual da estrutura de classes são muito incipientes e muitas vezes não estão no campo do marxismo, ainda que apresentem elementos interessantes. Iremos analisar a estrutura de classes no Brasil logo adiante e buscar trabalhar com essas análises e os dados que nos fornecem. Contudo, antes buscaremos dar um passo atrás e resgatar de forma rápida as análises dessa classe intermediária partindo das concepções de Marx (s/d) sobre a pequena-burguesia e chegando à conceituação das classes médias e suas frações formulada por Décio Saes, que acreditamos que corresponde de forma mais verossímil à realidade brasileira que pretendemos analisar. É importante que esclareçamos nossas opções teórico-conceituais de forma a poder apontar diferenciações e limites na aceitação das análises teóricas sobre as classes na atual sociedade brasileira que se distanciam do marxismo.

## 2.2 – Um debate histórico-conceitual: (Nova) pequena Burguesia ou Classe(s) Média(s)?

Consideramos importante repetir que Marx não produziu uma obra que de fato desenvolva uma teoria das classes sociais ou que aponte uma concepção teórica do conceito classe social. Nem ao menos chegou a apontar como essa categoria, fundamental para compreensão dos momentos históricos, pode ser metodologicamente utilizada. Porém, estão em suas obras teóricas de maior vulto afirmações como: "A história da humanidade é a histórica da luta de classes" ou mesmo "a luta de classe é o motor da história". Não se pode negar que Marx deixou como legado a comprovação da *relevância crucial da análise das classes sociais e suas lutas para compreensão ampliada da história e da mobilização política*. Queremos assim chamar a atenção mais uma vez para o fato de que esse legado não está em nenhum texto teórico-metodológico, mas em suas obras históricas, nas quais as classes aparecem como elementos dinâmicos e centrais para compreensão de momentos de ebulição política na sociedade francesa

Portanto, consideramos que, para uma análise marxista das classes sociais, devemos superar uma visão determinista da questão de classe. Para tal, é fundamental que indiquemos uma série de circunstâncias históricas que definem a composição e o posicionamento político de determinada classe social. Em obras históricas como “Luta de classes na França de 1848 a 1850” e “O 18 Brumário de Luís Napoleão” Marx nos forneceu uma teoria das classes viva e vibrante, com grande mobilidade e construída a partir do momento histórico em que se insere. Nessas obras analisou o movimento das classes em luta buscando compreender as alianças e as oposições entre as diversas classes e suas frações. Alguns elementos analíticos construídos por Marx nessas obras são extremamente úteis para analisarmos as classes sociais hoje como: o conceito de bonapartismo que explicou como a tomada do poder por Luís Napoleão não ocorreu em oposição, mas em plena conformidade com as frações burguesas que se mantêm indiretamente no poder; o conceito de fração de classe que eliminou a concepção das classes como blocos homogêneos; o caráter oscilante da pequena burguesia na política; a necessidade da classe operária se organizar autonomamente; a definição de lumpen-proletariado; etc.

Em relação à nossa pesquisa, que tem como objeto a composição das classes médias do Fórum Social Mundial, é interessante refletirmos sobre as afirmações de Marx em relação a uma classe intermediária presente na sociedade francesa do século XIX: a “pequena-burguesia”. Essa seria uma classe de pequenos proprietários, que se diferencia politicamente do proletariado justamente pela defesa de sua propriedade. Uma característica principal desta classe seria seu caráter intermediário, isto

é, de transição entre as classes fundamentais em luta. Isso conferiria uma tendência oscilante em relação a seus posicionamentos políticos, se aliando ora à burguesia ora ao proletariado, conforme seus interesses, sempre visando a defesa de suas propriedades.

Temos como exemplo histórico seu posicionamento nas lutas políticas de 1848. Na *Insurreição de Junho* realizada pelo proletariado, a pequena-burguesia se colocou a favor da burguesia temendo a crítica radical do sistema de propriedade e diferenciação social promovida pelas manifestações operárias. Contudo, o papel da pequena-burguesia no Governo foi em seguida eliminado com o fim da Comissão Executiva, dissolvida pela burguesia republicana. Além disso, os apelos dos pequeno-burgueses para eliminação ou amortização de suas dívidas foram negados pela Assembleia. Assim, os republicanos sacrificaram a pequena-burguesia em favor dos interesses da grande burguesia. Portanto, após a eleição de Napoleão em 10 de dezembro de 1848, a pequena burguesia endividada, sem poder de influência política e alijada dos círculos burgueses, buscou uma aliança com o proletariado e contra a burguesia que meses antes apoiou.

Em resumo, nas jornadas de 1848, a pequena-burguesia apoiou primeiramente a burguesia em detrimento do proletariado e, posteriormente, após ver seus objetivos malograrem, colocou-se ao lado do proletariado para lutar contra a burguesia. Além disso, pudemos ver como a *Montanha*, principal organização política pequeno-burguesa, cumpriu um papel fundamental de controle da mobilização operária, sempre buscando garantir a conquista de pequenas reformas acompanhada da manutenção da ordem.

Este caráter reformista da pequena-burguesia foi apontado por diversos outros autores no decorrer do século XX. Em outros momentos históricos, cruciais na história do movimento operário, o papel desempenhado pela pequena-burguesia influenciou enormemente o desenrolar da luta de classes.

Rosa Luxemburg se deparou, em 1918, com a aristocracia operária e uma intelectualidade do Partido social-democrata alemão (SPD), setores pequeno-burgueses. A manutenção da democracia burguesa em defesa de transformações graduais que melhorassem as condições de vida da classe operária em oposição ao desenvolvimento de uma revolução social, colocou-se, segundo Luxemburg (1986), como uma tendência da pequena-burguesia em momentos chave desse processo. “A alternativa: reforma social ou revolução, objetivo final ou movimento é, sob outra capa, a alternativa entre o caráter pequeno-burguês ou proletário do movimento operário” (LUXEMBURG, 1986). A derrota do movimento operário revolucionário em 1918, tragicamente manifesta no assassinato de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, é parte fundamental do desenrolar dos acontecimentos na Alemanha. Esses acontecimentos são também analisados por Leon Trotsky (1986) que afirma que apenas após as



tentativas revolucionárias de 1918 e 1923 na Alemanha poderíamos compreender uma diferenciação mais clara entre pequena-burguesia e proletariado.

Atualmente, esse processo de diferenciação entre a pequena-burguesia e a classe operária chegou a seu termo completo – e é a pequena-burguesia que, temendo ser absorvida no proletariado, procura defender desesperadamente o seu lugar ao sol, ameaçada de soçobrar definitivamente na proletarização (Trotsky, 1986: 11).

Trotsky (1986) esclarece que buscando evitar sua proletarização a qualquer custo, em uma condição adversa como da Alemanha pós primeira guerra, o caráter democrático dessa classe teria se transformado na sua tendência fascista.

Enquanto, em 1848, a pequena-burguesia fazia o proletariado lutar por ela contra a sociedade feudal, em 1933 vê-se mobilizada pelo capital financeiro, como um aríete contra a classe operária organizada: espera assim vencer a crise que corrói o regime e que a leva à miséria, sair da situação desesperada em que se encontra, procurando destruir os fatores de intensificação da implacável luta que enche toda a nossa época, travada entre burguesia e proletariado. Eis o fundamento do fascismo. (TROTSKY, 1986:13)

A defesa da democracia pelo SPD teria aberto as portas para o fascismo. Porém, Trotsky (1986) afirma ainda que o fascismo não é a única forma contra-revolucionária possível, indicando que o reformismo pode ser uma solução mais viável à burguesia em países onde a classe operária não estava suficientemente organizada.

Na ausência de um poderoso partido revolucionário do proletariado, uma combinação de semi-reformas, de frases esquerdistas, gestos ainda mais de esquerda e repressões, pode ser muito mais útil à burguesia do que o fascismo (*idem*:20).

Essas análises de Marx, Luxemburg e Trotsky demonstram a importância da consolidação da pequena-burguesia na dinâmica da luta de classes. Contudo, é necessário ressaltar que essa classe busca somente manter sua condição intermediária, ao mesmo tempo que é incapaz de projetar autonomamente seu futuro. Essa condição a leva, portanto, na ausência de um forte e unificado projeto da classe operária como solução para determinados momentos de crise social, a apoiar historicamente,

ora o reformismo, ora o fascismo. Quanto ao reformismo pequeno-burguês, ainda acrescenta Marx (1980: 226):

O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena-burguesia.

O caráter intermediário e oscilante dessa classe lhe confere uma importância *sui generis*, pois pode tanto ser fundamental no processo revolucionário ao apoiar, mesmo que com ressalvas e limitações, o projeto da classe operária, quanto pode levar a frente projetos conservadores como o reformismo ou o fascismo, colaborando assim para a quase total desorganização do movimento operário.

Adiantando um pouco o debate que pretendemos desenvolver sobre a posição política de alguns setores contemporâneos das classes médias, notamos que essa dimensão histórica é tremendamente importante para observarmos as manifestações políticas atuais, que em alguma medida, também expressam um tipo específico de reformismo. Contudo, necessitamos pensar quais são as continuidades e descontinuidades entre a pequena-burguesia do início do século e as classes médias contemporâneas.

Não há dúvidas quanto ao seu caráter intermediário e sua tendência política geral ao reformismo que realiza uma crítica ao capitalismo, porém sem subverter suas bases e garantindo a estrutura de diferenciação de classes e uma posição de “privilégio” com relação ao acesso aos benefícios sociais. Contudo, essa classe deixa de se fundamentar na defesa da pequena propriedade e passa a se caracterizar pelo *assalariamento*. Seu caráter oscilante também se manifesta, porém de maneira muito mais complexa. A classe média é na verdade uma classe muito ampla, melhor definida quando a colocamos no plural, como *classes médias*. Seu caráter de aliado político oscilante, ora apoiando à burguesia ora o proletariado, deve ser lido de acordo com as condições de vida e trabalho diferenciadas, de acordo com a fração das classes médias a qual nos referimos. Sigamos portanto nossa análise histórico-conceitual para a melhor compreensão dessas duas características, o assalariamento e o fracionamento das classes médias contemporâneas e a relação dessas características com suas posições políticas.

Arriscamos afirmar que a pequena propriedade praticamente sucumbiu perante o astronômico desenvolvimento do capital monopolista. A classe de pequenos proprietários parece ter sido engolida pelo grande capital, o que abriu espaço para a expansão de uma classe assalariada de condições de vida e trabalho intermediárias que podem ser diferenciadas da condição de assalariamento operário. A partir das análises de Karl Marx, Nicos Poulantzas (1975) em "Classes sociais no capitalismo hoje" buscou responder às transformações trazidas pelo capitalismo monopolista para esse setor intermediário por meio do conceito de “nova pequena burguesia”. Sua novidade estaria no fato de já não seria mais composta por pequenos proprietários, mas por trabalhadores assalariados.

Poulantzas (1975) afirma que as classes sociais significam contradições e luta de classes, não existindo *a priori* como tais. E isso justificaria seu esforço para a compreensão e definição de uma classe social aparentemente inexistente ou inexpressiva no século anterior e que, na década de 1970, emerge com relevância para a nova estrutura de classes.

Dizer que essa reprodução primeira das classes sociais depende da luta de classes é dizer também que suas formas concretas dependem da história da formação social. Esta ou aquela reprodução da burguesia e da classe operária, das classes do campesinato, da antiga e da nova pequena burguesia, dependem da luta de classes nessa formação: por exemplo, a forma e o ritmo *específicos* de reprodução, na França, da pequena-burguesia tradicional e do campesinato parceiro, sob o capitalismo, prendendo-se a formas específicas de sua aliança, durante muito tempo, com a burguesia. (POULANTZAS, 1975: 32)

Poulantzas afirma que as classes são determinadas principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, pela esfera econômica. O político e o ideológico, que comporiam a superestrutura, desempenhariam igualmente um papel muito importante. As relações de produção se sobreporiam às forças produtivas e ao processo de trabalho. Contudo, estas seriam compostas pelas determinações tanto econômicas quanto políticas e ideológicas. “*O processo de produção e exploração é, ao mesmo tempo, processo de reprodução das relações de dominação/subordinação políticas e ideológicas.*” (*idem*: 22)

Aqui é importante ressaltar o que Poulantzas compreende como determinações econômicas. Para o autor a esfera econômica é determinada pelo processo de produção, e o lugar dos agentes, sua distribuição em classes sociais, é determinado pelas relações de produção. A distinção de classes não é uma distinção entre ricos e pobres, baseada em grandezas de renda. “*A distinção real, na grandeza de rendas, é somente uma consequência das relações de produção.*” Portanto, não é o salário que define a

classe. “*Se todo operário é assalariado, todo assalariado não é forçosamente um operário, pois todo assalariado não é forçosamente um trabalhador produtivo.*” A hierarquia de salários é um indício importante da determinação de classe, assim como as desigualdades sociais. A partir dessa concepção temos que os operários são a classe que não possui os meios de produção e que é explorada, tem sua mais-valia extraída ao efetivar o trabalho produtivo. Contudo, nem todos os *não* proprietários são operários.

É trabalho produtivo, em cada modo de produção dividido em classes, o trabalho que corresponde às relações de produção desse modo, isto é, aquele que dá lugar à forma específica e dominante de exploração. Produção, nestas sociedades, significa ao mesmo tempo, e num mesmo movimento, divisão de classes, exploração e luta de classes. (*ibidem*: 21)

Essa última questão é tratada mais atentamente por Poulantzas a partir da análise do setor que denomina *nova pequena burguesia*. Com esse conceito o autor busca definir os trabalhadores assalariados não produtivos, que não estão diretamente ligados ao processo de produção de mais-valia, como os gerentes e administradores que estão em contato direto de autoridade e dominação em relação aos operário. Esses trabalhadores assalariados, distantes porém relacionados ao processo produtivo, seriam os *trabalhadores de escritório*, presentes principalmente nas fábricas e no Estado, e com menor peso numérico, os *vendedores e trabalhadores do comércio* vinculados à circulação das mercadorias. Mas afinal, como definir estes trabalhadores para além do fato de que são assalariados indiretamente ligados ao processo produtivo?

Poulantzas afirma que para além das determinações econômicas é necessário considerarmos as determinações políticas e ideológicas. Nesse sentido, deveríamos considerar que politicamente os pequeno-burgueses em geral teriam uma posição hierarquicamente superior aos trabalhadores operários e manuais, de modo que, sua condição de autonomia em relação à realização de seu trabalho e/ou o exercício do mando sobre outro trabalhadores seriam comuns. Exerceriam assim, em geral, funções de supervisão e direção.

Além disto, estes seriam trabalhadores que em geral exerceriam um tipo de trabalho predominantemente intelectual, diferentemente do operário que realizaria um trabalho essencialmente manual. Claro que em alguns setores, como dos trabalhos ligados ao comércio, a nova pequena burguesia se aproximaria do trabalho manual, ainda que mantenha sua marca intelectual. Esse fato traria consequências ideológicas marcantes para a pequena-burguesia. Nesse sentido, o autor nos

fornece uma caracterização interessante, que possibilita que façamos muitos paralelos com as manifestações políticas expressas nos fóruns sociais mundiais. O primeiro ponto característico dessa classe é o fato de os pequeno-burgueses serem permanentemente influenciados, tanto pela ideologia burguesa quanto pela proletária.

Nessa torção-adaptação, da ideologia burguesa às aspirações próprias da pequena-burguesia, esta insere ‘elementos’ ideológicos específicos que dependem de sua própria determinação de classe: classe também explorada e dominada pelo capital, mas de forma completamente distinta da exploração e dominação sofridas pela classe operária. (POULANTZAS, 1975: 314)

Assim, haveria uma certa oscilação já identificada por Marx na análise do conjunto de pequenos-proprietários que Poulantzas denomina de *pequena burguesia tradicional*. Este autor irá também defender que a pequena burguesia sofre fracionamentos sendo que, apesar de ser uma classe explorada, sofreria, dependendo de seu setor ocupacional, uma exploração mais ou menos branda em relação à sofrida pela classe operária. Além disso, independente se uma fração pequeno-burguesa se aproxima e se orienta pela ideologia proletária ou se a maior parte de suas frações tende a reproduzir a ideologia burguesa, existiriam características ideológicas típicas da pequena-burguesia, seja ela *nova* ou *tradicional*. Ressaltamos aqui apenas dois aspectos ideológicos trabalhados pelo autor, que consideramos contribuir para nossa análise futura, de alguma maneira, adiantando nossa tentativa em breve explicitada de caracterizar o que denominamos um *reformismo das classes médias*.

O primeiro e mais fundamental aspecto ideológico pode ser resumido como uma tendência a um *anticapitalismo reformista*. Essa classe é explorada pela sua condição de assalariamento, contudo, deseja manter as hierarquias salariais e sua posição destacada e diferenciada dos trabalhadores proletários. São portanto fortes adeptos da típica sociedade concorrencial e competem constantemente no mercado de trabalho, amparados pela sua condição de média ou alta qualificação profissional. Assim, combinam uma crítica à desigualdade e à injustiça social com o típico *individualismo pequeno-burguês*. Nas palavras do autor:

As reivindicações estão essencialmente ligadas à questão das rendas, concentrando-se com frequência sobre uma *redistribuição de rendas* pela via indireta de uma ‘justiça social’ e uma política ‘igualitária’ da fiscalidade, base constantemente recorrente do socialismo pequeno-burguês. Se bem que hostis à ‘grande riqueza’, os agentes pequeno-burgueses estão, por outro lado, frequentemente ligados à **manutenção de hierarquias salariais**, insistindo na necessidade de uma

**‘racionalização’ mais justa.** Encontra-se aqui o **medo permanente da proletarização**, medo que se exprime em **resistências no sentido de uma transformação revolucionária da sociedade**, em razão da insegurança vivida ao nível dos salários, e sob a forma do fetichismo monetário. (*idem*: 317 – grifos nossos)

O segundo aspecto que ressaltamos é o *fetichismo do poder*, isto é, a consideração do Estado como neutro, que teria o papel de árbitro das classes sociais. O Estado exerceria esse papel “humano” e “racional” na medida em que fosse democratizado, isto é, na medida em que a própria pequena-burguesia tivesse acesso a seus mecanismos de funcionamento, decisão e principalmente a gestão dos bens e serviços públicos.

Por fim, como veremos, estas duas características, o anticapitalismo reformista e o fetichismo do poder, estão muito presentes nas manifestações das classes médias nos fóruns sociais mundiais.

Poderíamos concluir portanto que a definição de Poulantzas da nova pequena burguesia seria suficiente para suprir nossas necessidades teóricas e conceituais?

Ao desenvolver sua concepção da nova pequena-burguesia o autor busca responder àqueles que negariam a especificidade de classe desses novos conjuntos salariais, considerando-os parte de um processo de aburguesamento ou resultado de um processo de proletarização. Também irá negar a existência de uma classe média que estaria “acima” das disputas entre as classes fundamentais em luta, a burguesia e o proletariado, se colocando muitas vezes com um papel de conciliadora de classes. Acreditamos que é muito interessante a tentativa de Poulantzas de situar a pequena burguesia dentro do espectro da luta de classes, influenciando inclusive os rumos dessa luta, ora apoiando a burguesia ora o proletariado. Ao caracterizar essa classe e compreender seu papel nas disputas entre as classes fundamentais antagônicas, o autor nos fornece um arcabouço teórico considerável. Contudo, muitas serão as críticas a essa definição que emergirão nos anos subsequentes.

Erik Ollin Wright (1981) é um dos autores que tece uma série de críticas à Poulantzas. Um dos principais questionamentos se dá em relação às divisões entre trabalho intelectual e manual e mesmo entre trabalho produtivo e improdutivo. Ollin Wright afirma que com o desenvolvimento do capitalismo e do sistema produtivo essas divisões se tornam progressivamente nebulosas. Partindo da teoria poulantziana, se invalidamos a separação entre trabalho produtivo e improdutivo, não haveria meios de definirmos a a pequena-burguesia a partir da análise de fatores econômicos. Essa é uma das críticas de

Ollin Wright que consideramos mais relevante, já que a questão do produtivo ou improdutivo foi e ainda é amplamente discutida e pouco clara nas produções da sociologia do trabalho.

Nesse sentido, é importante considerarmos as críticas desse autor para analisarmos a sociedade contemporânea. Com a reestruturação produtiva e o avanço do sistema toyotista, o trabalho do operário de chão de fábrica é cada vez mais qualificado e caracterizado pela sua condição intelectual, enquanto que o trabalho do comerciário ou do professor parece cada vez mais padronizado, sem autonomia, dependente. Como definir as linhas limítrofes entre trabalho intelectual e manual?

Com o advento do capitalismo neoliberal, passamos por uma forte mercantilização de todas as esferas da vida e, portanto, a educação, a saúde e mesmo a arte são cada vez mais vistas como mercadorias, ainda que muitas vezes imateriais. Como podemos definir o trabalhador que produz esse tipo de mercadoria? Será que não está ele também sofrendo extração de mais-valia?

Não temos a pretensão de responder a essas questões, pois, tal investigação, ainda que essencial para compreendermos toda a estrutura de classes, vai além dos limites desta pesquisa. Não almejamos, ao apresentar este histórico, chegar a uma conclusão sobre qual seria a definição perfeita da classe social que pretendemos analisar, mas apenas levantar os debates já realizados e indicar nossa opção teórica por nos mantermos no âmbito das análises marxistas dessa classe, ainda que as investigações realizadas sejam inconclusas.

É necessário no entanto ressaltar nossa discordância em relação à solução conceitual apresentada por Erik Ollin Wright (1981). Os assalariados não operários ocupariam “situações contraditórias de classe” situando-se em faixas nebulosas de transição entre as três classes identificadas pelo autor: burguesia, proletariado e pequena burguesia como definidas por Marx. Essa opção teórica encobre a atuação relevante desta classe intermediária nascente e sua influência permanente na luta de classes.

Assim, a classe que optamos por denominar “classes médias” seria atualmente não-proprietária, tampouco seria trabalhadora de chão de fábrica e não sofreria extração direta de sua mais-valia, portanto, não seria a pequena-burguesia proprietária definida por Marx e Engels em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e parece ser atualmente mais complexa e ampla que a Nova Pequena Burguesia de gestores e quadros administrativos da década de 1970 descrita por Poulantzas (1975). Importante ressaltar que, apesar da utilização de um termo conceitual proveniente da teoria da estratificação social, não pretendemos analisar essa classe a partir apenas de sua condição mediana ou intermediária em relação à renda, consumo e status<sup>28</sup>. Esta linha teórica tende a conceber as classes de

---

<sup>28</sup> Uma obra de referência sobre a temática das classes médias a partir da teoria da estratificação social é a de Wright Mills, *A Nova Classe Média*.

forma estática e determinada na estrutura social, desconsiderando sua formação histórica a partir da dinâmica da luta de classes.

Consideramos, portanto, que as classes médias não possuem características intrínsecas e a-históricas que repercutiriam em sua atuação política; pensamos ser, portanto, fundamental o estudo historicizado da forma particular como esta classe se articula no intermédio das duas classes fundamentais da reprodução do capital. Compreendemos que é ainda necessário aprofundarmos nossos posicionamentos teóricos, concretos e históricos em relação a afirmar a existência de classes médias no Brasil e identificar seus integrantes econômica e politicamente. Por ora, nos limitamos a indicar a definição proposta por Décio Saes (1985) dessa classe que seria composta fundamentalmente por trabalhadores assalariados do setor de serviços, escolarizados e com ocupações de maior autonomia do trabalhador, tanto em relação ao processo de trabalho quanto em relação aos trabalhadores menos qualificados. A qualificação e mesmo a posição sócio-ocupacional das classes médias tenderiam a se concretizar em empregos que exigem escolaridade e especialização. Suas ocupações seriam predominantemente não-manuais e algumas vezes posições de poder e controle sobre outros empregados. Assim, o autor afirma a importância de considerarmos, para além de os trabalhadores das classes médias serem assalariados, não proprietários e improdutivos (não há mais-valia diretamente extraída pelo capital), sua ascendência sócio-profissional como de fundamental influência para aglutinação política e ideológica. Assim, Saes, resume estes fatores no que denomina “situação de trabalho”:

Por situação de trabalho entendemos o conjunto de elementos capazes de introduzir diferenciações ideológicas no mundo dos trabalhadores ‘não-manuais’: relações de trabalho (posição diante dos agentes das decisões e dos ‘manuais’), forma de remuneração (salário, honorários), nível de remuneração (sobretudo proximidade ou distância em relação aos salários operários), nível de formação necessária (primário, secundário, técnico, universitário). As diferentes articulações entre esses elementos criam uma ‘situação de trabalho’ particular, capaz de engendrar uma disposição ideológica específica. Entretanto, essa disposição só se concretiza com uma conjuntura política cujo aspecto é determinado pelo estado da oposição entre as classes; em outras palavras, a conjuntura política reflete-se de maneira específica em cada grupo médio em função de sua ‘situação de trabalho’. (SAES, 1985: 20)

Não pretendemos analisar a “situação de trabalho” de todos os setores das classes médias presentes no Fórum Social Mundial. Apenas consideramos explícita a posição de classes médias dos



participantes devido ao alto nível de escolaridade e ao fato de suas ocupações estarem situadas no setor de serviços e serem caracterizadas como trabalho predominantemente intelectual e qualificado. Centraremos nossa análise na tentativa de compreensão da conjuntura política da luta de classes nos últimos anos e sua articulação com as organizações políticas em que esses setores estão organizados. Portanto, partimos também de Saes (1985) para indicar que não compreendemos as classes médias como uma única classe coesa, mas como uma classe com diversos fracionamentos, que se posicionam politicamente de forma diferenciada.

Lembrando-nos de que o próprio Marx já destaca em suas obras históricas os diferentes posicionamentos políticos das frações da burguesia, para se analisar as classes médias atuais, que recobre um sem número de ofícios acometidos de diversas formas pelo capitalismo neoliberal, deve-se considerar suas distintas frações. Décio Saes (1985) realiza uma importante reflexão nesse sentido ao justificar a publicação de seu livro sobre as classes médias cinco anos após a conclusão do trabalho.

É que ainda me parece correta a sua tese central: a intervenção da classe média urbana na cena política, ao longo dos sucessivos períodos políticos (oligárquico, populista, autocrático-militar), não se faz sob forma *unitária*, e sim sob forma *fracionária*. Mais ainda: a classe média urbana não é, ao longo dos períodos mencionados, um bloco político monolítico, alinhado com a ‘classe dominante’, mas um agregado de frações politicamente divididas entre a velha classe dominante e a nova classe dominante, ou entre o bloco das classes dominantes e as classes populares. (*idem*: IX)

Como veremos, no Brasil, os profissionais dos setores privados em expansão podem ter sido beneficiados com o neoliberalismo. As altas esferas do setor público teriam sido favorecidas pela manutenção da desigualdade e da concentração de renda, mas prejudicadas por algumas medidas neoliberais, como a reforma da previdência. Já o estrato inferior das classes médias, tanto do setor público, quanto do privado, teria sido fundamentalmente prejudicado com as reformas econômicas neoliberais implantadas a partir da década de 1980, como redução de empregos de alto nível salarial, enxugamento do Estado, privatizações, terceirizações. Estas condições irão influenciar fortemente os posicionamentos políticos desses setores, que não irão se posicionar de forma homogênea. Assim, como observamos na conclusão de Décio Saes após estudos detidos do processo histórico e político das classes médias durante a ditadura militar:

Nossas conclusões finais não são categóricas. Mas acreditamos que a ideia central deste trabalho continua válida: o processo brasileiro de desenvolvimento capitalista periférico não criou uma ‘classe média’ ou duas ‘pequenas burguesias’ (tradicional e nova), mas ao contrário, dividiu os grupos secundários segundo disposições ideológicas e políticas nascidas de modalidades particulares – em correspondência com ‘situações de trabalho’ determinadas – de apreensão dos conflitos políticos fundamentais. (*ibidem* : 216)

### **2.3 - Classes médias no Brasil: proletarização ou milagre da classe C?**

Segundo Décio Saes (1985), o surgimento e ampliação das classes médias no Brasil a partir da década de 1960 é crucial para o desenvolvimento e intensificação de reprodução permanente do sistema capitalista. Contudo, a depender do momento da luta de classes e das posições ocupadas pelos diferentes setores das classes médias, são variados os posicionamentos: “Mais ainda: a classe média urbana não é ao longo dos períodos mencionados, um bloco monolítico, alinhado com a classe dominante, mas um agregado de frações politicamente divididas entre a velha classe dominante e a nova classe dominante, ou entre os blocos das classes dominantes e as classes populares.” (*idem*: IX)

Assim, consideramos que nas últimas décadas as classes médias têm sofrido diferentemente as consequências do capitalismo neoliberal. Alguns setores, mesmo com o advento do neoliberalismo e a reestruturação produtiva, estão muito próximos dos interesses burgueses de manutenção das estruturas sociais atuais e se beneficiam com esse novo modelo de capitalismo. Alguns exemplos são os setores ligados diretamente ao empresariado, exercendo cargos gerenciais na administração, publicidade e marketing, engenharia, economia e finanças; ocupações funcionais para as corporações multinacionais. Enquanto que outros setores como o funcionalismo público, as artes e as ciências humanas, não diretamente funcionais ao mercado competitivo, ou as profissões antes autônomas que se tornaram dependentes e assalariadas, sofrem constantemente com o desemprego, a progressiva precarização das condições de trabalho e a deterioração dos serviços públicos. Estes últimos podem se aproximar concretamente de organizações das classes populares, chegando assim a tecer críticas ao sistema atual e buscar transformações na estrutura da sociedade em que vivemos. Identificamos esse setor mais precarizado das classes médias como aquele presente no Fórum Social Mundial.

Porém, antes de desenvolvermos este raciocínio e apresentarmos dados e referências que corroboram esse processo de pauperização progressiva de setores das classes médias, necessitamos

limpar o terreno e estabelecer as bases de compreensão da estrutura de classes atual de que partimos. Nesse sentido, não podemos nos eximir da discussão em voga na mídia e em estudos acadêmicos recentes que tratam do suposto “milagre da classe C”. Esse fenômeno corresponderia à uma ampliação das classes médias brasileiras a partir da política econômica implementada pelo governo federal petista. Como veremos mais adiante, a relação do Partido dos Trabalhadores com setores importantes das classes médias é extremamente relevante para compreendermos as posições políticas mais marcantes das frações desta classe. No entanto, nesse caso, o suposto inchamento das classes médias anunciado pelo governo e reforçado por diversos meios midiáticos coloca em cheque nossa tese<sup>29</sup>. Afinal, como pode ocorrer simultaneamente a precarização e o inchamento das classes médias? Como se daria esse fenômeno?

Estudos que analisam as classes através de um critério de renda identificam, ao analisar o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)<sup>30</sup>, um aumento considerável de pessoas na faixa de renda de aproximadamente entre 750 e 1800 reais mensais:

Em um ano marcado pela expansão econômica, a classe C ampliou a sua participação e chegou a 53% da população brasileira em 2010, totalizando 101 milhões de pessoas no país. Em 2009, o percentual era de 49%, comenta Mariana Sallowicz, repórter de Mercado da Folha. O motivo foi o aumento da renda e do emprego.<sup>31</sup>

Sílvio Caccia Bava (2011) e Waldir Quadros (2007, 2011) são pesquisadores que se debruçaram sobre a estrutura de classes atual, focados nos critérios de renda, apesar de também identificarem outros fatores que caracterizam uma classe social como poder de compra, categoria profissional, qualificação, costumes, hábitos e modo de vida. Ainda assim, baseiam-se nos dados do PNAD e confirmam as estimativas anunciadas pelo governo de crescimento acelerado da denominada classe C. Este setor que era antes denominado de baixa classe média ou classe média baixa, agora é definido pelos porta-vozes

---

<sup>29</sup>“Obama, Dilma, Lula e FHC disseram neste ano que o Brasil se tornou um país de classe média. A FGV estima que, entre 1993 e 2011, 59,8 milhões de pessoas (uma França) foram agregados ao que denominamos nova classe média --vulgo classe C--, chegando hoje a 55% da nossa população” (*Símbolos de classe*, coluna de Marcelo Neri na Folha de São Paulo, 02/10/2011).

<sup>30</sup> “A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o País, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas. O levantamento dessas estatísticas constitui, ao longo dos 42 anos de realização da pesquisa, um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no Brasil.” - definição do PNAD segundo site oficial do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/>

<sup>31</sup> “Classe C amplia participação e chega a 53% da população”, *Folha de São Paulo*, 22/03/2011.

do governo e pelos principais veículos de informação da grande mídia como a “nova classe média brasileira”.

Esses autores não se guiam pela teoria marxista, a qual busca identificar uma classe principalmente pela posição que os indivíduos ocupam no mundo do trabalho, e não pela renda ou capacidade de consumo. Contudo, como dissemos, a análise das classes médias é extremamente atual e pouco desenvolvida, principalmente no âmbito da teoria marxista, pois apresenta a necessidade dos pensadores que se fundamentam por essa corrente teórica compreenderem de maneira profunda as mudanças que ocorreram na estrutura de classes no Brasil nas últimas décadas. Portanto, não podemos nos eximir de apresentar as pesquisas que tem sido desenvolvidas atualmente a partir de outras perspectivas teóricas, as quais nos auxiliam a refletir como se constituiria e como se posiciona politicamente os diferentes setores das classes médias contemporâneas, ainda que seja este um grande desafio. Certamente aqui apenas conseguiremos apontar algumas ideias para a reflexão sobre a questão, sem a pretensão de apresentar definições conclusivas.

Os pesquisadores mencionados irão discordar que a ampliação da “classe C” representaria a emergência de uma “nova classe média”. Bava (2011) menciona que essa afirmação precipitada daria a entender que o Brasil teria se tornado um país de classe média e que, portanto, a partir da atual política econômica teríamos superado a pobreza e a miséria, retirando o Brasil das altas posições no ranking da desigualdade social entre os países do mundo. Esta é uma falsa impressão já que estaríamos longe de superar o quadro de desigualdade social que assola o país. Assim, esta não seria uma “nova classe média”, mas uma “nova classe trabalhadora”. De fato, teriam ocorrido melhorias nas condições de trabalho e consumo da população, contudo, isso teria apenas proporcionado um avanço para a classe trabalhadora, não levando a um aumento da classe média, que aliás, permaneceria estagnada<sup>32</sup>.

Bava afirma também que a melhoria de renda não significaria uma imediata mudança de classe social. Essa suposta “nova classe média” trabalharia duro, seria superexplorada e teria padrões culturais e mesmo de consumo precários: “O termo 'nova classe média' maquia o sofrimento e a dor da superexploração desse novo regime de trabalho.” (BAVA, 2011: 3) O autor afirma que esse setor seria aquele situado na faixa de renda entre 700 e 1750 reais mensais e incluiria ocupações como “balconistas, professores do ensino fundamental, auxiliares de enfermagem, auxiliares de escritório, recepcionistas, motoristas, garçons, barbeiros, cabeleireiras, manicures, trabalhadores qualificados, etc.” Teriam acesso apenas a escolas públicas ou escolas particulares de mensalidade e qualidade baixas, não teriam plano de saúde a não ser que fosse oferecido pela empresa onde trabalham e

---

<sup>32</sup> “Classe C é a única que continua a crescer, aponta FGV”, *Folha de São Paulo*, Sessão Poder, 27/06/2011.

enfrentariam de modo geral uma precariedade estrutural quanto a habitação, transporte, lazer, cultura, segurança, alimentação, etc.

De fato, observaríamos nos últimos anos um fenômeno de redução de 11,7 milhões de indivíduos antes situados nos estratos miseráveis (abaixo de 350 reais mensais) e a criação de 11 milhões de ocupações formais. Isso resultaria em 22,7 milhões de indivíduos que teriam migrado para outros estratos sociais: 35% para a massa trabalhadora (entre 350 e 700 reais mensais), 46% para a baixa classe média e apenas 15% na média classe média e 5% na alta classe média.

Por tudo isso, fica evidente que se, nas camadas inferiores, a mobilidade social em direção à massa trabalhadora (pobre) e à baixa classe média (remediada) foi realmente espantosa, da baixa classe média para cima, o dinamismo arrefeceu substancialmente. (BAVA, 2011:3)

Esse setor portanto, a chamada “classe C”, seria muito diferenciada da “classe média tradicional” brasileira que seria claramente uma “fração dominada das classes dominantes”. Esta, segundo Bava, teria um interesse direto na reprodução da ordem que as privilegia e sua diferenciação em relação à massa trabalhadora<sup>33</sup>.

Essa análise é compartilhada por Waldir Quadros que também afirma que a classe C ou a baixa classe média viveria com estruturas precárias e teria se beneficiado nos últimos anos, mas não através de uma real melhoria da economia que levasse a um aumento considerável do emprego e dos salários, e sim através de uma ampliação do crédito.

Apesar de ter sido positiva a redução expressiva dos estratos miseráveis, não haveria perspectivas de ascensão real às classes médias. Segundo as pesquisas mencionadas, a classe C teria uma melhora superficial de suas condições de vida, dependente fundamentalmente da expansão do crédito. Isso fica claro se observarmos as diversas notícias que mostram o frenesi das grandes empresas como a de produção e comércio de bens duráveis, a indústria do turismo e mesmo a construção civil com relação a ampliação do consumo desse setor<sup>34</sup> que deve menos aos bancos, mas cada vez mais

<sup>33</sup> “Uma pesquisa realizada pelo Data Popular dá alguma noção do desconforto sentido pelas classes mais elevadas, que agora tem que compartilhar alguns espaços. De acordo os números, 48,4% dos entrevistados disseram que 'a qualidade dos serviços piorou, agora que eles são mais acessíveis' e 49,7% disseram que preferem lugares 'com pessoas de mesmo nível social.' 'Decidimos fazer essa pesquisa quando começamos a perceber as pessoas reclamando, por exemplo, sobre os aeroportos, que estão muito mais lotados agora. E nossas pesquisas têm mostrado que há uma resistência muito forte das classes superiores em aceitar os recém-chegados', diz o presidente do Data Popular, Renato Meirelles.” (*Expansão da classe C causa desconforto entre a 'antiga classe média*, Folha de São Paulo, 09/11/2011

<sup>34</sup> “Classe C já compra quase a metade dos eletrônicos”, Folha de São Paulo, 15/12/2010.

“Classe C lidera ranking de confiança do consumidor”, Folha de São Paulo, 11/04/2011.

“Maior concorrência e classe C fazem empresas mudar estratégias”, Folha de São Paulo, 28/04/2011.

recorre ao crédito nas próprias lojas e empresas que oferecem seus bens e serviços parcelados ou financiados<sup>35</sup>. Portanto, esta melhoria aparente não representa em verdade nenhuma garantia estrutural de manutenção desse processo de ampliação dos benefícios a essa classe a longo ou mesmo a médio prazo. A política governamental nesse sentido parece apenas proporcionar um verniz de melhoria e estabilidade visando o apoio social desse setor que tem se destacado na economia brasileira, esperando, certamente, um melhor desempenho nas futuras eleições devido a aparente melhoria das condições de vida de um amplo setor da sociedade brasileira<sup>36</sup>.

O que pretendemos demonstrar é que a inegável redução expressiva dos miseráveis não leva necessariamente a uma ascensão geral dos indivíduos em toda a estrutura de classes: “Por tudo isso, fica evidente que se, nas camadas inferiores, a mobilidade social em direção à massa trabalhadora (pobre) e à baixa classe média (remediada) foi realmente espantosa, da baixa classe média para cima, o dinamismo arrefeceu substancialmente.” (QUADROS, 2011: 3)

O que observamos portanto é que, apesar do recente ciclo de crescimento econômico e aumento do emprego formal, apenas a camada mais alta das classes médias teria de fato acesso ao conhecido “padrão de vida de classe média”. A classe A, ou classe média alta seria o setor que teria, segundo Quadros, acesso a educação de qualidade, planos de saúde privados, moradia e transporte adequados, alimentação saudável, tratamento dentário e psicológico, acesso a cursos de idioma e outras formas de formação profissional, acesso a cultura, viagens e lazer. Os indivíduos da classe A seriam médicos, engenheiros, microempresários, professores universitários, juristas, diretores, etc e ganhariam pelo menos 3.500 reais mensais. Mesmo a considerada média classe média, com rendimentos entre 1750 e 3.500 reais por mês não conseguiria manter esse padrão de vida, reproduzindo-o de forma inferior e precarizada.

O que observamos é um quadro de ampliação de empregos menos qualificados, mas estagnação do número de indivíduos situados nos setores mais altos da classe média e uma progressiva deterioração de suas condições de vida. Um bom exemplo a partir da teoria da estratificação dessa deterioração é a constatação de que “desde 1998 a renda média dos ocupados encontra-se em patamar inferior ao verificado no início dos anos 1980!” (QUADROS, 2007: 7)

---

“Sony bate recorde de crescimento no Brasil e foca classe C”, Folha de São Paulo, 15/06/2011.

“Classe C já entrou de forma permanente no mercado de turismo”, Folha de São Paulo, 23/10/2011.

<sup>35</sup>“Classe C eleva lucro de banco, mas toma empréstimo em loja”, Folha de São Paulo, 21/08/2011.

<sup>36</sup>“PT vê chance de vencer em cinturão de classe C em 2012”, Folha de São Paulo, 25/07/2011.

“Especialistas avaliam risco que nova classe C impõe ao governo”, Folha de São Paulo, 08/08/2011.

“Governo quer criar 'super abono' para nova classe média”, Folha de São Paulo, 09/08/2011.

Essa situação seria combinada com um processo de progressiva “letargia e encolhimento da classe média” (*idem*: 5). Assim, esse autor descreve o que seria a crise ocupacional que vivenciamos: “letargia nas oportunidades com padrão de alta e média classe média e 'empoçamento' nos patamares da baixa classe média (remediada) e massa trabalhadora (pobre).” (*ibidem*: 9)

Podemos observar, todavia, que esse decaimento progressivo das condições de vida das classes médias já remonta uma década atrás. Segundo Quadros (2003) e Santos (2002), as classes médias teriam sido afetadas pela reestruturação produtiva e pela crise dos anos 1990, perdendo espaço no mercado de trabalho e sofrendo dificuldades para manter seu padrão de vida, sem lograr garantir sua diferenciação das massas populares. Segundo Santos (2002) a reestruturação produtiva teria promovido uma redução de cargos gerenciais e de especialistas nas grandes empresas. Esse contingente teria se transferido para o que denomina de “auto-emprego qualificado”, o qual representa uma condição de instabilidade e precarização que levará a um empobrecimento de amplos setores das classes médias em relação a suas condições de vida dos anos, e mesmo das gerações, anteriores. Segundo o autor, as grandes empresas e a máquina estatal seriam as principais fontes de cargos das classes médias. Assim, com a precarização dos serviços públicos e a reestruturação da empresa capitalista, setores importantes irão se encontrar em uma situação difícil e instável.

É possível divisar, nesse resultado, um debilitamento da capacidade do modelo de desenvolvimento capitalista em curso no país de expandir uma formação nuclear de posições de classe média no universo do trabalho assalariado. O auto-emprego aparece como uma alternativa para os detentores de ativos de qualificação escassa, porém, em um contexto de seletividade, competição e incertezas. (SANTOS, 2002:187)

Por fim, essas pesquisas que em geral se fundamentam em critérios de renda e partem de uma classificação da teoria da estratificação social, acabam por nos fornecer alguns dados objetivos que apenas confirmam nossa análise que constata a piora das condições de vida de importantes setores das classes médias, o que tem afetado seus postos de trabalho e suas condições de garantir sua qualificação e a não precarização do seu trabalho, temendo em grande medida um processo já em curso de avançada pauperização, e até mesmo, proletarização de alguns setores médios. Quadros, a partir de sua perspectiva teórica, também chega a uma conclusão semelhante:

Para encerrar, é oportuno reforçar que a má performance dos dois segmentos melhor situados da classe média significa um terrível processo de estreitamento dos canais de ascensão social, inédito na história contemporânea brasileira. Seguramente, este desempenho tem um efeito fortemente corrosivo nas estruturas sociais, instalando e exacerbando, entre outras patologias, o mais completo 'vale tudo' na luta por um lugar ao sol. (QUADROS, 2007:11)

Em Pochmann *et al* (2006), por mais que a divisão feita pelo autor não capte as possíveis desigualdades dos diversos setores presentes nas classes médias, é apresentado através de análises estatísticas a queda tendencial das condições de vida desses setores sociais.

Em nossos dias, a classe média sofre com as transformações da economia brasileira e tem dificuldades de reproduzir-se. Seus empregos tradicionais se esvaem, sua posição é questionada a todo o momento e as novidades tecnológicas a obrigam a malabarismos de adaptação impensáveis há poucas décadas atrás (POCHMANN *et al*, 2006: 41).

Mas quais seriam então as consequências dessa situação material e concreta de precarização vivida por amplos setores das classes médias para sua atuação política? Seria apenas a luta encarniçada por um lugar ao sol e a intensificação da concorrência para garantir sua posição social? É o que pretendemos identificar de forma mais detalhada ao analisarmos a atuação de determinados setores das classes médias nos fóruns sociais mundiais ocorridos no Brasil.

Consideramos que são portanto frações específicas das classes médias que passariam por esse processo de pauperização identificado pelos autores supracitados. Esses setores comporiam a principal base social do *altermundialismo*. Contudo, se considerarmos que as classes médias presentes no *altermundialismo* se encontram entre seus setores mais prejudicados pelo capitalismo neoliberal, ainda assim é necessário avaliarmos os diferentes posicionamento políticos ali encontrados, sendo que a característica oscilante e ambígua é marca histórica dessa classe intermediária. Dessa maneira, ainda que estejam aí presentes setores precarizados das classes médias, esses não agem politicamente de forma homogênea. Enquanto algumas organizações compostas em grande parte pelas classes médias tomam posições mais radicais se aproximando dos movimentos de base popular, outras tendem, ao contrário, a defender propostas mais atenuadas, buscando uma mudança cautelosa. Muitos dos movimentos ligados às classes médias, por mais que sofram com o neoliberalismo, não veem necessidade de subverter radicalmente as estruturas sociais, principalmente se para isso tiverem que



sacrificar algumas conquistas e distinções fortalecidas pela ideologia meritocrática<sup>37</sup>, típica dessa classe social e suas frações.

Coloca-se como fundamental portanto analisarmos como a composição de classe do Fórum Social Mundial, enquanto uma expressão contemporânea relevante das lutas da esquerda mundial, tem relação com os posicionamentos políticos e diretrizes do evento. Por fim chegamos à nossa tese central de que os posicionamentos políticos, reivindicações e formas de organização do Fórum Social Mundial estão intimamente ligados a sua composição social, em especial, a sua composição de setores das classes médias precarizados. Este é um tema raramente abordado pelos estudiosos do Fórum e em geral considerado desimportante. O que desejamos demonstrar é a importância crucial desta característica, mas de forma alguma pretendemos afirmar que esta seria a única característica relevante para a compreensão do FSM como um todo.

Ressaltamos que para realizarmos uma análise concreta da relação entre classe e mobilização política optamos por nos centrar apenas nas edições de FSM que ocorreram no Brasil, trazendo assim, ao máximo que podemos a questão da classe para uma conjuntura específica das classes médias brasileiras. Isso se justifica também em relação ao forte protagonismo do Comitê Organizador Brasileiro para a realização do primeiro fórum e mesmo dos fóruns subsequentes.

Assim, sentimos a necessidade de apresentar os dados acima que estão intimamente atrelados, devido a própria metodologia estatística para sua produção, à teoria da estratificação social. Ainda que estes dados apresentem limites e muitas vezes não se encaixem com a proposta marxista de compreensão das classes a partir de sua posição no processo produtivo, consideramos que a análise das classes médias atuais demandam uma certa complementaridade teórica, que provém em parte de nossas análises das manifestações políticas de setores das classes médias, mas que pode ser complementada pelo dados apresentados. Estes muito nos auxiliam na compreensão material dessa classe, ainda que sintamos falta de fontes que trabalhem com a questão ocupacional de forma mais aprofundada e como critério de divisão entre as classes sociais. Qual a “situação de trabalho” das frações que a teoria da estratificação social denomina como alta, média ou baixa classes médias ou mesmo que denomina-se como classes A, B ou C? Como isso pode influenciar e como de fato influencia seus posicionamentos políticos? Esta é uma questão ainda em aberto, porém um campo de pesquisa interessante que alguns pesquisadores marxistas tem buscado empreender em outros países e que tem potencialidade para se desenvolver entre os pesquisadores que tem se arriscado a iniciar trabalhos de doutorado recentes e

---

<sup>37</sup>Sobre a “meritocracia” como uma ideologia típica das classes médias ver: Armando Boito Jr., *Sindicalismo e classe média no Brasil*, IFCH-Unicamp, Primeira Versão, fev-2004.

interessantes sobre as classes médias brasileiras como Andriei Gutierrez (2011) e Sávio Cavalcanti, sendo que a última tese esta em vias de ser defendida.<sup>38</sup>

Partindo da tradição analítica marxista consideramos que, além de esse debate contribuir para as reflexões acerca das análises dos movimentos sociais contemporâneos, é também uma pequena contribuição à reflexão sobre a complexificação da estrutura de classes e da luta travada entre capital e trabalho nas últimas décadas no Brasil. É importante notarmos o papel cada vez mais relevante das classes médias, sejam algumas de suas frações atenuadoras das lutas entre as classes fundamentais, representantes políticos dos interesses burgueses, reprodutoras da sociedade de consumo ou importantes apoiadoras das lutas sociais populares.

Para compreendermos as diferenças dessas posturas políticas de setores diferenciados das classes médias, para além de considerarmos sua **“situação de trabalho” contemporânea**, consideramos que seria fundamental compreender sua **construção histórica** e o **momento que vivenciam na luta política dentro do âmbito da luta de classes**. É neste último elemento, de fato o mais aparente e palpável para uma pesquisa acadêmica de curto prazo, que nos focaremos ao analisar a atuação específica dessa classe nas edições brasileiras do Fórum Social Mundial nos anos 2000. Contudo, consideramos que os outros dois elementos, posição no processo produtivo expandida à “situação de trabalho” e processo histórico de constituição da classe, seriam fundamentais para compreendermos de forma mais ampliada o papel das classes médias na luta política no Brasil contemporâneo. Consideramos este um dos limites de uma dissertação de mestrado, pois certamente uma análise da totalidade social prescinde desses outros elementos que infelizmente aqui aparecem apenas de forma pontual e auxiliar. Esperamos desenvolver esses aspectos em uma pesquisa futura, mas também contribuir, ainda que de forma incipiente para pesquisas que tem se colocado esse mesmo desafio: desvendar a estrutura de classes brasileira e a dinâmica da luta de classes contemporânea.

---

<sup>38</sup> Análises marxistas muito interessantes sobre a estrutura de classes contemporânea tem sido desenvolvidos pelos pesquisadores Nicolas Iñigo Carrera (1989) na Argentina e Paul Bouffartigue (2005) na França.

### **Capítulo 3**

#### **Conjuntura política, classes e o PT no surgimento do Fórum Social Mundial**



### 3.1 - O Comitê Organizador: hegemonia travestida de pluralismo

O Fórum Social Mundial surgiu como um espaço de aglutinação de diversos movimentos e organizações sociais que lutam contra o capitalismo neoliberal. Muitas foram as manifestações de massa que ocorreram desde 1999 em Seattle durante as reuniões das organizações multilaterais, sendo que a maior ocorreu em Gênova em 2001 durante a reunião do G8, quando cerca de 300 mil manifestantes saíram as ruas. Muitos militantes e intelectuais afirmavam a necessidade do movimento perder seu caráter de estrita negação do sistema econômico-político e passar a ter um caráter propositivo. Assim, o FSM foi idealizado em uma reunião na França em um escritório do *Le Monde Diplomatique* onde estavam presentes Oded Grajew da Cives<sup>39</sup> e Bernard Cassen da ATTAC<sup>40</sup>. Essas organizações já participavam do movimento altermundial e buscaram reunir outros representantes de organizações brasileiras e articular a realização do evento em Porto Alegre, onde o governo do PT ganhava notoriedade por sua experiência com o Orçamento Participativo. Nas palavras de Oded Grajew:

“Na época, inclusive, era presidente do Instituto Ethos, que promove a responsabilidade social empresarial. Reuni no meu escritório do Ethos sete amigos e dirigentes de organizações sociais brasileiras para compartilhar a ideia do FSM e todos gostaram. Formamos o grupo de oito organizações brasileiras encarregadas de colocar em pé o primeiro evento. Fomos a Porto Alegre para verificar a infraestrutura. Fui buscar recursos com duas fundações internacionais (tive inclusive de viajar para conseguir esses apoios), o que viabilizou a instalação de um escritório e uma secretaria executiva.” (Grajew, 2010)<sup>41</sup>

Segundo Whitaker (2005), representante da CBJP<sup>42</sup>, instituição que compõe o Comitê Organizador do evento, o primeiro FSM ocorreu em janeiro de 2001 reunindo cerca de dez mil participantes, quatro vezes mais do que o esperado pelos organizadores. A importância do Fórum cresce com as manifestações de Gênova pois um manifestante de apenas dezenove anos morre em confronto com a polícia. Isso indicaria que as forças repressoras se fortaleciam e se preparavam de

<sup>39</sup> CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania.

<sup>40</sup> ATTAC - Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos

<sup>41</sup> “**Davos deveria decretar sua falência intelectual**”, diz Oded Grajew - Entrevista à Deutsche Welle, **03/02/2010, publicada do site do Instituto Ethos. Acessada em março de 2010 em: <http://www1.ethos.org.br/>**

<sup>42</sup> A CBJP é a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, sendo esta uma sessão da CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

forma cada vez mais ousada para reprimir violentamente as manifestações altermundiais. Assim, um Fórum de debates e reunião dos movimentos de forma institucionalizada, articulado com o governo local e nos países do Sul, que até o momento tinham uma participação marginal no altermundialismo, parecia ser a melhor opção para a continuidade e desenvolvimento desse movimento. No primeiro Fórum, os idealizadores do evento criaram uma Carta de Princípios que definiu as diretrizes do evento. Em seus princípios fundadores encontramos a tentativa de criação de um espaço que contemple uma grande pluralidade de visões, posicionamentos políticos, formas de organização e bandeiras de luta. Está claro este objetivo em duas das definições presentes na “Carta de Princípios”<sup>43</sup>:

8. O Fórum Social Mundial é um **espaço plural e diversificado**, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9. O Fórum Social Mundial será sempre um **espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios**. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta. (*grifos nossos*)

O que unificaria toda essa diversidade é o descontentamento com as formas de vida atuais e a necessidade de se travar uma luta contra o capitalismo neoliberal. Podemos ver isso explicitado nos princípios 1 e 4:

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que **se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo**, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

(...)

---

<sup>43</sup> A Carta de Princípios do Fórum Social Mundial foi redigida, discutida e aprovada por seu Comitê Organizador e posteriormente modificada e aprovada pelo Comitê Internacional em 2001. Pode ser encontrada no site oficial do Fórum: [www.forumsocialmundial.org](http://www.forumsocialmundial.org)

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial **contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais**. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos. (*grifos nossos*)

Pelo que constatamos, um elemento essencial para a grande maioria dos pesquisadores, intelectuais e participantes do Fórum é seu caráter plural e diversificado. Como afirmamos anteriormente, o evento reúne uma gama muito ampla de organizações. Essa característica marcante do Fórum é constantemente exaltada por seus organizadores.

Na metodologia do FSM, dentro da Carta de Princípios, sendo um processo auto-organizado, cada organização desenvolve suas atividades, se manifesta e se articula de forma totalmente livre e independente. Ninguém é mais importante do que o outro e nenhum tema exclui a relevância de outros. **A valorização da diversidade é um dos pilares dos nossos princípios.** (GRAJEW, 2010 – entrevista a Deutsche Welle)

Assim, cabe perguntar: como seria possível analisar as proposições, reivindicações e posicionamentos de um espaço tão diversificado e com várias linhas políticas?

Ao identificarmos os principais debates entre as entidades que compõem seu Comitê Organizador (CO) e mesmo, de forma mais geral, as posições de intelectuais e representantes que compõem o Comitê Internacional (CI) notamos que existem nuances dentro dessa aparente diversidade pulverizada no Fórum que nos dão pistas sobre as posições políticas fundamentais ali presentes. O Comitê Organizador teria a função de definir questões operacionais e estruturais na realização de cada edição de cada Fórum, enquanto o Comitê Internacional desenvolveria discussões, reflexões e debates sobre seus rumos e linhas gerais. Contudo, seria difícil negar a influência das entidades presentes no CO sobre os princípios e debates políticos que norteiam a realização do evento. Essa influência é ainda mais forte em relação ao Comitê Organizador Brasileiro, já que este foi ativo na organização de ao menos seis dos onze fóruns que ocorreram até o momento.<sup>44</sup>

<sup>44</sup> Informações sobre os Comitês que promovem a organização do Fórum podem ser encontradas em Santos (2005) e Whitaker (2005).

Whitaker (2005) afirma que além de no CO as decisões serem profundamente democráticas já que são tomadas por consenso, este grupo não assumiria um papel de direção em relação ao Fórum, pois, cada vez mais as atividades que ocorrem no evento seriam autogestionadas pelos próprios movimentos e cada vez menos organizadas pelo Comitê.

São Fóruns [os mais convencionalmente e popularmente conhecidos], no entanto, muito diferentes do Fórum Social Mundial pelo fato de que, neste último, seus organizadores não têm nenhum papel diretivo: não determinam, de cima para baixo, quem deve participar nem como deve participar. É uma atuação diferente daquela de organizadores de congressos, encontros, assembleias, convenções e outros fóruns. Posicionam-se como simples 'facilitadores' da criação de um espaço aberto – uma grande espaço de encontro, de dimensão mundial, regional ou local – e oferecem a todos os movimentos sociais, sindicatos e diferentes tipos de associação e organização social não-governamental que se interessam em nele se encontrar. (WHITAKER, 2005:45)

Segundo Whitaker essa deveria ser a tendência crescente no FSM. O CO teria apenas um papel organizativo, sem definir os debates presentes no Fórum ou os palestrantes convidados. Afirma também que o Conselho Internacional teria um caráter meramente consultivo e não executivo: “O Fórum acaba por se tornar um momento intenso de vida em rede, sem chefes nem comandos, com a garantia da absoluta autonomia de cada entidade, movimento ou pessoa.” (*idem*: 53) Contudo, admite que até aquele momento, após o quarto FSM, não haveria consenso no CO quanto à Carta de Princípios. E chega, contraditoriamente, a mencionar que o CO teria um peso político considerável na definição dos rumos do FSM naquele momento.

Os 'organizadores' dos Fóruns representam as entidade que decidiram realizar os Fóruns. Eles têm, portanto, um **papel político no processo decisório**, sem poder assumir 'profissionalmente', como um trabalho remunerado, o cumprimento desse papel. O tempo que eles dedicam às reuniões organizativas e às tarefas que delas decorrem é por assim dizer 'cedido' ao Fórum pelas entidades a que estão integrados. É a contribuição dessas entidades à sua realização. (*idem*: 82)

Boaventura de Souza Santos, membro do CI e importante intelectual de referência para os militantes do FSM, afirma que o CO teria sim ao longo do tempo centralizado as decisões referentes ao FSM, definindo seu sistema de funcionamento e as formas de encaminhamento das propostas discutidas no evento. Afirma que “Embora, de acordo com a Carta de Princípios, ninguém represente o



FSM, na prática o SI<sup>45</sup> tem assumido essa qualidade, e isso tem constituído uma fonte de tensões.” (SANTOS, 2005:46) O que Santos demonstra é que há na verdade uma centralização das decisões no CO e a consolidação de uma organização bastante hierarquizada, “de cima para baixo”, sendo que as conferências que mais chamam atenção no FSM são aquelas com palestrantes selecionados e convidados pelos Comitês. Assim, consideramos que podemos centrar nossa pesquisa na compreensão da relação entre as características dos movimentos que integram o Comitê, em especial sua composição social e programa político com foco em suas reivindicações, e as tendências políticas predominantes no FSM.

Nos dez anos que se passaram alguns pontos de acordo e consenso dos comitês se tornaram motivo de divergências e polêmicas. Essas discordâncias se iniciam no I Fórum Social Mundial, em 2001, quando o documento “Apelo para a mobilização” é lançado por uma centena de movimentos e encabeçado por MST, ATTAC e CUT, com o objetivo de conclamar os movimentos sociais para a mobilização nas ruas e a criação de um programa conjunto de luta em nome do Fórum Social Mundial. Esse documento causou uma crise no Comitê Organizador brasileiro e Whitaker (2005), opositor ao documento, afirma que seria fruto de uma visão equivocada de que a Carta de Princípios seria apenas referência provisória para essas organizações, que ainda esperavam adaptá-la ao que seriam as reais exigências da luta mundial contra o capitalismo. Segundo Whitaker, a Carta de Princípios buscaria trazer à tona “intuições que vinham sido experimentadas pelos movimentos sociais dos últimos trinta anos, depois das diversas mobilizações antiautoritárias do final dos anos 1960, em especial em 1968. Naqueles tempos já pareciam esgotadas as possibilidades de realização de mudanças por meio da tomada do poder do Estado pelos partidos, único instrumento para o qual era canalizada toda atuação política.”

Esses instrumentos seriam tão autoritários quanto o sistema que se pretendia abater. Ao lançar o “Apelo à Mobilização”, na visão de Whitaker, esses movimentos estariam reproduzindo uma maneira ultrapassada de fazer política, o que não seria condizente com a proposta do FSM e o que estaria explicitado na Carta de Princípios.

Essas divergências vieram novamente à tona em 2006 quando o movimento altermundialista deu sinais de enfraquecimento. E tomaram corpo em 2007 quando o FSM de Nairóbi, na África, reuniu menos da metade dos participantes do Fórum anterior. Nesse momento, uma série de críticas foram levantadas pelas entidades e intelectuais participantes dos Comitês. Alguns afirmaram que o FSM já

---

<sup>45</sup> SI é o Secretariado Internacional que é uma versão ampliada do Comitê Organizador Brasileiro após incorporar organizações indianas para a realização do Fórum em Mumbai, Índia em 2004.

tinha cumprido seu papel e chegara o momento de sair de cena, de forma que a ação direta contra o neoliberalismo passasse a ser o foco do altermundialismo. Contudo, o Fórum de 2009, em Belém (PA), realizado depois do advento da crise econômica mundial, interrompeu as possíveis tendências desmobilizadoras reunindo cerca de 130 mil participantes.

O Fórum surgiu como espaço de alternativas ao sistema vigente, com foco, em todas as suas edições, nas críticas à economia neoliberal. Quando esse sistema de fato entrou em crise e pareceu perder sua legitimidade, nada mais compreensível que os diversos grupos de esquerda se voltem para o espaço do Fórum, buscando as alternativas de construção de um sistema econômico “mais humanizado”. A crise foi um tema com grande centralidade no Fórum de Belém, porém, as vozes dissonantes se colocaram com ainda mais força contra a atual estrutura do FSM. Podemos dizer que o ponto central das polêmicas levantadas no Fórum de 2009 e mais detidamente discutidas na edição de Porto Alegre do Fórum de 2010<sup>46</sup> foi o princípio de que não poderia haver qualquer espécie de deliberação em nome do FSM.

O que pretendemos apontar portanto é que apesar do espaço do Fórum ser extremamente fragmentado e pulverizado, existem duas posições políticas marcantes no evento, presentes no interior de Comitê Organizador e que refletem portanto na sua organização concreta, isto é, como o evento é concebido, de que forma é organizado e o quais são suas consequências, portanto o que se constrói concretamente a partir desses encontros anuais.

No *Seminário Internacional 10 anos*<sup>47</sup> do FSM que ocorreu em janeiro de 2010, em Porto Alegre (RS), David Harvey identificou cinco grupos como principais participantes do encontro, são eles: 1) ONGs, 2) economia solidária, 3) novo estatismo e partidarismo de esquerda, 4) movimentos sociais de necessidade e 5) movimentos sociais de identidade. A esses grupos elencados por Harvey, acrescentamos um: 6) o empreendedorismo social. Consideramos que todos esses grupos estão representados no Comitê Organizador e no Comitê Internacional do Fórum.

Como podemos observar, nem todos são representantes das classes populares. Isso ocorre porque além destas, muitos setores das classes médias foram afetados pelas políticas neoliberais – tais como as privatizações e a reestruturação produtiva do setor privado e público que levaram à redução de

---

<sup>46</sup>Em 2010 o FSM ocorreu no Brasil de maneira descentralizada. Na região da grande Porto Alegre (RS) ocorreram eventos que tinham fundamentalmente o objetivo de avaliação do próprio Fórum. E em Salvador (BA), uma semana após a edição de Porto Alegre, ocorreu uma edição do FSM voltada ao debate e manifestação dos movimentos e instituições contra o capitalismo neoliberal.

<sup>47</sup> As análises que seguem do FSM partem dos textos publicados na Revista Fórum, nos artigos publicados no blog oficial do “Seminário Internacional 10 anos: Desafios e propostas para um outro mundo possível” que ocorreu em janeiro de 2010 no Fórum Temático de Porto Alegre e de minha participação como observadora nos Fóruns de 2009 e 2010.

postos de trabalho, bem como de direitos trabalhistas. Essas classes médias assalariadas, tendencialmente pauperizadas, irão se mobilizar em organizações que estão presentes no espaço do Fórum Social Mundial, e mesmo ao lado de movimentos populares e sindicais como a CUT, o MST e a Via Campesina, para manifestar-se contra a desumanização crescente e a destruição das bases do bem-estar que antes gozavam. Assim, muitos movimentos surgiram com o propósito específico de combater o neoliberalismo, já outros retomaram suas bandeiras de luta, dando-lhes novos significados de forma a combater esse modelo, como é o caso de alguns “movimentos de identidade”, como os indígenas por exemplo. Novas experiências de trabalho e organização social assumiram um espaço central no evento, como a Economia Solidária. E ONGs que oferecem os mais variados serviços e atividades, com ideologias e propostas diversas se uniram às discussões sobre gênero, meio ambiente, pobreza e distribuição de renda.

Entretanto, sustentamos que haveria uma fratura de concepções políticas no Fórum Social Mundial. Constatamos no decorrer da pesquisa que existem sérias divergências no interior dos comitês, em especial do Comitê Organizador Brasileiro. São nessas duas posições, uma hegemônica e outra minoritária, que pretendemos nos aprofundar, demonstrando a relação entre a posição política desses grupos e as classes sociais que representam. De um lado estão as organizações representantes das classes populares como CUT e MST e do outro lado, com uma outra concepção política, estão organizações compostas por setores das classes médias afetados pelo neoliberalismo como Cives, CBJP e ABONG e por fim como organizações oscilantes, com um posicionamento que classificáramos como dúvida nessa polarização temos a ATTAC e o IBASE.

O altermundialismo se configura como um movimento plural e extremamente fragmentado. A presença de grupos muito diversificados no Fórum Social Mundial é um exemplo claro dessa pluralidade. Porém, apesar da aparente impossibilidade de análise dos movimentos devido à multiplicidade de grupos e questões presentes, a partir de alguns dados e de nossa própria observação, sustentamos a tese de que o movimento é majoritariamente composto pela fração pauperizada das classes médias, tanto numericamente quanto com relação a sua hegemonia na direção do evento. Apesar de os integrantes do evento negarem a existência de líderes, materialmente estes acabam sendo aqueles grupos que o coordenam. Por mais que este se apresente como aberto a opiniões externas quanto a sua organização, há um comitê centralizado que em última instância decide sua formulação geral.

Esse fracionamento do Fórum em dois blocos políticos foi também identificado de maneiras diversas, ainda que essa percepção não seja fruto de uma pesquisa mais detalhada, por Almeida Neto

(2003) e Sokol (2003). Este último autor publicou um artigo crítico ao Fórum Social Mundial, considerando que este evento seria dominado por sua cúpula organizadora que, com o lema de “humanizar a globalização”, se utilizaria de alternativas ao mundo atual como o Orçamento Participativo (que o autor ironicamente chama de “enrolativo”), a Taxa Tobin e o Desenvolvimento Sustentável. Afirma que essas “alternativas” colocadas pela organização do Fórum seriam medidas de caráter paliativo, não chegando a ser nem ao menos reformistas, pois medidas de reforma conseguiriam perpetrar alguma transformação mínima na organização do sistema. E as medidas propostas no FSM seriam enganosas pois estariam plenamente de acordo com a lógica capitalista neoliberal. Para esse autor, portanto, o Comitê Organizador hegemonizaria o evento, não deixando espaço para qualquer tipo de participação ampla e representação de posições contrárias ou diferentes do que as propostas por essa comissão central. A questão de classe é apontada no próprio título do artigo, que afirma que o FSM não defenderia os interesses dos trabalhadores, mas de outras classes sociais, as quais identificamos como as classes médias. Sokol não atenta, contudo, para o fato de que existem organizações que representam os interesses das classes trabalhadoras e que estão presentes no CO. Porém, apesar de participarem da organização do Fórum compreendemos que são minoritárias e incapazes de impôr uma outra linha política que a proposta pela fração hegemônica no Comitê.

Almeida Neto (2003) afirma a existência de dois fóruns sociais que aconteceriam simultaneamente: um Fórum oficial baseado em discussões entre ONGs e intelectuais em defesa da social-democracia, da generalização da cidadania e da humanização do sistema capitalista e da globalização, e um segundo Fórum que reuniria os movimentos de luta antiimperialista, integrantes de ação de luta contra o neoliberalismo e o próprio capitalismo. Afirma que esse Fórum “oficial” proporia medidas insuficientes como a Taxa Tobin (“uma taxa que incidiria sobre as transações cambiais especulativas”) que seria aplicada somente em uma parte do movimento de capitais deixando livre outras formas de especulação como os títulos da dívida pública e as ações da bolsa de valores. Os representantes desse Fórum, em sua maioria, buscariam apenas democratizar o Estado burguês, mascarando a condição de exploração sofrida pelos trabalhadores. Almeida Neto apresenta assim as dificuldades recorrentes da fragmentação do movimento altermundialista, pois haveria duas correntes ideológicas centrais como citado anteriormente. A principal delas seria reformista, oficial e institucional e organizadora do Fórum defendendo medidas como a Taxa Tobin, a cidadania, a economia solidária e um capitalismo justo e humano. Esta seria composta por uma elite da esquerda reformista de ONGs e intelectuais. Essa corrente enfraqueceria a segunda que pretendia fazer um embate direto com o sistema capitalista e não apenas com seu modelo neoliberal composta por um setor

mais radical de integrantes de movimentos sociais importantes como o MST, partidos da esquerda revolucionária e ativistas independentes.

O que desenvolvemos em seguida é uma análise dessas duas correntes a partir dos movimentos que compõem o CO, analisando primeiramente suas visões sobre o que seria e qual seria a função do FSM, em seguida, as principais reivindicações políticas que apresentam no evento e, por fim, as diferentes propostas organizativas dessas duas frações. Porém, não pretendemos apenas descrever essas duas posições, mas buscar identificar a relação entre esses diferentes posicionamentos e a composição de classe dessas organizações políticas.

### **3.2 - O que é o FSM e qual seu objetivo**

Há um longo debate na literatura sobre considerar ou não o FSM como um movimento social. Identificamos que há algum consenso no debate de que seria impossível reunir a pluralidade de reivindicações, posições políticas e formas organizativas presentes no Fórum em um único movimento social. Há até mesmo o questionamento se poderíamos afirmar que o altermundialismo seria um movimento social, sendo considerado por muitos de seus intelectuais/participantes como um “movimento de movimentos”(Klein, 2003).

Podemos identificar todavia uma divergência no interior do Comitê Organizador quanto ao que deveria ser e qual deveria ser a função do Fórum. Enquanto as organizações das classes médias defendem que deveria ser apenas uma “praça pública” para trocas de experiências, as organizações populares consideram que deveria ser um espaço de articulação concreta das lutas sociais.

Os representantes da CBJP, Cives e ABONG defendem que o FSM deveria ser apenas um espaço de encontro, uma praça pública de debates e troca de ideias, que fortaleceriam o espírito da luta contra o neoliberalismo e fomentariam articulações locais e em forma de rede que impulsionariam os movimentos ali presentes. Francisco Whitaker, membro da CBJP, é um dos mais fortes defensores da estrutura atual do FSM. Para ele, o Fórum seria fundamentalmente um espaço de encontro e troca de ideias. A força desse espaço seria sua pluralidade, sua multiplicidade de grupos, sua variedade de posições políticas. Posicionando-se veementemente contra uma proposta que buscasse articulações de luta mais objetivas, afirmando que este não é o “espírito” do FSM e que desrespeitaria a Carta de Princípios:

É inteiramente contrário ao que seria o “outro mundo”, pelo qual lutamos, que nos encontros do FSM todos pensassem o mesmo, conhecessem somente o mesmo, neles entrassem iguais e saíssem ainda mais iguais, desejo que muitas vezes penetra até em partidos políticos e movimentos que lutam pela mudança. Criando “praças” que não se fechem com participantes que rezem todos a mesma cartilha, o FSM permite a expansão do movimento altermundialista. (WHITAKER, 2010)

Aparentemente não há discordâncias em relação à compreensão do Fórum como um espaço de debates plural que promove a reunião de diversas entidades, associações, movimentos, organizações que lutam contra o neoliberalismo.

A polêmica vem à tona quando se busca definir a função desse espaço de discussões, essa “praça pública”, como diria Whitaker. Este membro da CBJP compreende o Fórum como um espaço no estrito senso. Sendo apenas um espaço de encontro não poderia se organizar em torno de bandeiras de luta, o que seria a função de um movimento, como o altermundialista por exemplo. Dessa forma, o FSM, para Whitaker, seria um instrumento do altermundialismo.

Essa é uma compreensão que está fundada em uma visão positiva dos efeitos do Fórum até o momento. Não é necessário mudar seus princípios e formas de funcionamento se fazemos uma avaliação geral positiva de sua repercussão. Para Whitaker, o Fórum tem tido sucesso em cumprir sua função, que é travar uma luta ideológica contra o neoliberalismo e fortalecer o altermundialismo. Muitos propagaram essa visão ao afirmar que o Fórum teria sido importante para descredibilizar ideologicamente um sistema que agora entraria de fato em crise.

Já aqueles que discordam da ideia de que o Fórum teria cumprido satisfatoriamente suas funções e que clamam por mudanças em seu funcionamento, observam uma batalha difícil de ser travada, na qual os governos de direita e as grandes empresas capitalistas ainda manteriam sua hegemonia. Susan George, da ATTAC, afirma que, apesar da importância do Fórum como forma de resistência, o que teríamos amplamente é o desejo de manutenção e fortalecimento do capitalismo neoliberal.

Ainda que as reuniões do Fórum Social Mundial sejam sempre ocasiões marcadas pela esperança, nenhum de nós encontrará razão para celebrar quando olharmos para o ano que passou. O ponto alto foi a Catástrofe de Copenhague – cujo resultado trouxe péssimas perspectivas para a raça humana – mas ele também testemunhou duas reuniões do G-20 pavorosamente convencionais, cujo claro objetivo era voltar ao modo de negociação anterior, no menor tempo possível. A solução do G-20

consistiu em salvar o FMI da extinção oferecendo o equivalente a \$750 bilhões em dinheiro de contribuintes sem impor absolutamente nenhuma condição. (GEORGE, 2010)

Compartilhando dessa visão, representantes de algumas entidades de base popular defenderam que o Fórum tivesse uma função para além do altermundialismo. Como afirmou João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST, em entrevista à mídia local, o Fórum seria um espaço de reflexão e preparação, e não de fato o espaço de construção do outro mundo. Esse outro mundo só poderia ser construído através da ocupação das ruas, da luta de massas. Assim, o Fórum não teria uma função apenas de preparar a ação direta no âmbito do altermundialismo, mas de construir unidade entre as diferentes formas de luta que frequentam o Fórum, sejam estas organizações filantrópicas organizadas por intelectuais das classes médias, ou movimentos sociais de massa.

Stédile afirmou que apesar da crise financeira internacional, que pôs em xeque alguns pilares do modelo neoliberal, o mundo ainda vive sob a "hegemonia do capital", com maioria de governos de direita e domínio ideológico dos meios de comunicação. "Eles [capitalistas] vão adequando seus métodos, se apropriando de outros modelos. Eles eram contra o Estado, mas agora na crise usaram o Estado para salvar os caixas dos bancos e das empresas. (...) O Fórum é uma espécie de concentração, de vestiário, mas não é lá que se decide o jogo. O jogo se decide dentro do campo, com a coordenação de forças e a participação popular."<sup>48</sup>

Nesse sentido, João Antonio Felício da CUT, em sua fala na mesa de abertura do *Seminário Internacional 10 anos*, afirmou que correríamos um sério risco de retrocesso dos governos progressistas na América Latina. A vitória do candidato presidencial conservador no Chile apontaria para o perigo do retorno da hegemonia neoliberal. Por isso, seria necessário que fossemos mais contundentes e construíssemos um movimento de massas que teria a função de pressionar os governos latino-americanos. Bernard Cassen, um dos fundadores da ATTAC e membro do Fórum Mundial de Alternativas, afirma que os Fóruns teriam se tornado nos últimos anos mais propositivos, contudo, não foram modificadas suas regras de funcionamento elaboradas em junho de 2001.

Mesmo o caráter de praça pública igualmente aberta à participação de todos pode ser questionado como possível descrição do Fórum. Afinal, estão presentes na Carta de Princípios

---

<sup>48</sup>“Stédile defende radicalização do Fórum Social Mundial” - Jornal O Globo, 25/01/2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/01/25/stedile-defende-radicalizacao-do-forum-social-mundial-915699375.asp> (acessado em 31/03/2011)

restrições à participação de partidos políticos. Também seu caráter democrático deve ser relativizado, pois nem todos os participantes podem decidir sobre seu funcionamento. Apenas um pequeno grupo de representantes de uma parcela dos movimentos participa dos comitês responsáveis pela organização e diretrizes do evento.

Pontuamos aqui algumas divergências presentes no CO em relação ao funcionamento e organização do FSM. Entretanto, consideramos que o debate em torno da questão organizativa seria uma forma de se explicitar posições divergentes que estão baseadas em questões fundamentais como os objetivos, reivindicações e estratégias das organizações presentes nesse Comitê. Caso algum dos lados apresentados levasse a debate as questões que de fato embasam suas divergências acreditamos que não seria possível a manutenção de um Comitê com organizações tão diversas em relação a base social, objetivos e princípios. A forma organizativa é apenas a consequência dos objetivos políticos de cada organização e aparece como centro do debate no Comitê Organizador pela necessidade das organizações apresentarem suas divergências, mantendo a coexistência de posições radicalmente distintas dentro de um mesmo Comitê. Portanto, no próximo capítulo explicitamos as concepções políticas defendidas pelos grupos hegemônicos presentes no Fórum, de forma a apontar a relação dessas concepções com sua composição de setores das classes médias.

### **3.3 - Lula, o PT e o Fórum Social Mundial**

O Fórum, desde seu surgimento, contou com uma grande influência conjuntural do Partido dos Trabalhadores. Quando sua primeira edição foi realizada em Porto Alegre, em janeiro de 2001, uma parcela considerável das organizações de esquerda brasileiras estava envolvida na campanha que levaria à posse de Lula em 2003 como presidente do Brasil. Portanto, grande parte das organizações que se articularam para promover o I FSM tem fortes ligações políticas e ideológicas com o PT.

Isso se explicita no fato de o Fórum ser realizado primeiramente e por vários anos seguidos na cidade de Porto Alegre, sendo que Tarso Genro do PT era então prefeito de Porto Alegre e Olívio Dutra, político histórico que participou dos primórdios do Partido dos Trabalhadores, era governador do Estado do Rio Grande do Sul. Os governos petistas municipal e estadual garantiram grande parte da estrutura necessária ao evento. Contudo, a justificativa central dada pelos organizadores em relação ao porque do local escolhido foi a de que na cidade de Porto Alegre vinha sendo realizada uma experiência de ampliação da participação democrática da população através do Orçamento



Participativo. Esta experiência, na qual representantes de diversos bairros chegaram a influenciar a destinação de 46% da verba do município, deveria ser referência para as outras organizações e movimentos de esquerda que participassem do Fórum Social Mundial.

Lula, primeiramente candidato e depois presidente eleito, fez diversas visitas aos Fóruns seguintes, tornando-se a grande estrela do evento e reunindo multidões em discursos realizados em palanques de estádios. Esse padrão se mantém até a atualidade, sendo que, a atual presidenta Dilma Rousseff realizou no último Fórum, de 2012, um discurso para mais de cinco mil pessoas.

Esse atrelamento do FSM ao governo petista e ao partido dos trabalhadores não se deve somente à afinidade dos organizadores do evento com esse partido, mas também a uma afinidade ideológica entre o que se esperava realizar com a vitória da presidência da república e as propostas fundantes do fórum. Essa identificação se daria pelo fato de ambos os projetos terem supostamente como centro uma postura antineoliberal. O PT se contrapunha durante sua campanha de 2002 ao PSDB, partido privatista e neoliberalizante. Essa conjuntura levava a um certo consenso em relação a importância da presença de Lula nos Fóruns como político que emergiu da classe trabalhadora e que seria um importante ícone da esquerda que lutava contra o capitalismo neoliberal.

Também não é a toa que as únicas organizações de base popular presentes no Fórum sejam a CUT e o MST. Essas duas organizações que emergiram na década de 1980 com o objetivo de organizar os trabalhadores do campo e da cidade na conquista por direitos, estão estreitamente ligadas ao surgimento do PT, sendo esta, a alternativa de atuação política e de elaboração de um projeto unificador destas organizações que se manteriam no âmbito reivindicativo.

Porém, não é a toa que o PT estava e está garantindo as estruturas para a realização do Fórum. As condições de projeto e atuação política do partido muito se diferem das do início da década de 1980. Agora, nos anos 2000, é inegável que a perspectiva eleitoral, isto é, a vitória nas urnas, está consolidada como o principal objetivo do PT. Neste sentido, acreditamos que o Fórum tenha cumprido, principalmente em 2003, um importante papel para a eleição de Lula.

Segundo dados apresentados por André Singer (2009), a base eleitoral de Lula, desde 1989 até 2002, tinha forte presença nas classes médias intelectualizadas, tendo grande dificuldade em penetrar nas massas mais pauperizadas da população brasileira, como logrará na sua reeleição em 2006. O projeto político petista até 2002 estaria de acordo, segundo Singer, com as posições políticas das classes médias, que buscariam a redução da desigualdade e portanto uma melhora de suas condições de vida, sem a subversão da hierarquia social, de forma a garantir sua posição de classe superior a das classes populares mais pauperizadas.

A hipótese que desejamos sugerir neste artigo é que a emergência do lulismo expressa um fenômeno de representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização. Por isso, aos esforços despendidos até aqui para analisar a natureza do lulismo, achamos conveniente acrescentar a combinação de ideias que, a nosso ver, caracteriza a fração de classe que por ele seria representada: a expectativa de um Estado o suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida. (SINGER, 2009:94)

Essa relação estreita entre o Partido dos Trabalhadores e setores das classes médias é parte de toda a história do PT e é explicitada, no artigo de Singer (2009), a partir de uma declaração do próprio Lula:

Se no primeiro turno de 1989 já havia uma nítida tendência de crescimento do apoio a Collor com a queda da renda, levando a uma concentração do voto nele entre os mais pobres, no campo oposto (“classe média”) ocorria uma dispersão de votos entre Lula, Brizola, Covas e Maluf, não caracterizando, ainda, a polarização, que viria a ocorrer no segundo turno. Em entrevista concedida depois daquele pleito, Lula afirmava: *A verdade nua e crua é que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos da sociedade [...]. Nós temos amplos setores da classe média com a gente — uma parcela muito grande do funcionalismo público, dos intelectuais, dos estudantes, do pessoal organizado em sindicatos, do chamado setor médio da classe trabalhadora”* (idem:87)

Segundo Singer, a base eleitoral de Lula seria alterada apenas nas eleições de 2006. Com o escândalo do mensalão e a crise política enfrentada pelo partido, muitos eleitores das classes médias deixariam de votar no PT na eleição seguinte, enquanto que as políticas compensatórias como o Bolsa Família atrairiam muitos votos das classes populares pauperizadas.

Essas questões são importantes porque denotam as ambiguidades presentes em um projeto político que deixou de ser claro nos âmbitos de esquerda. Muitos se perguntam atualmente o que aconteceu com o PT, que parece progressivamente implantar medidas de benefício ao capital e, mesmo ao capital internacional, como é o caso dos 12 bilhões cedidos ao agronegócio pelo BNDES em 2009. Ao mesmo tempo promove-se políticas sociais compensatórias conjunturais e que estão aquém das

expectativas de grande parte das organizações de esquerda brasileiras. Essas e outras medidas do governo petista promoveram uma massa de militantes de esquerda insatisfeitos com o programa de governo. Essas posturas críticas mais radicalizadas são contudo pouco observadas no âmbito do Fórum Social Mundial, que parece, ainda hoje, caminhar lado a lado, ainda que com alguma independência formal, da política petista.

Em 2010, Lula tem uma postura extremamente ambígua, e aparentemente aceita ainda que com críticas, pela organização do FSM. Após sua visita ao Fórum em Porto Alegre, Lula foi até Davos participar do Fórum Econômico Mundial. O Fórum Social é realizado anualmente na última semana de janeiro, justamente com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial, sendo que este último seria um dos órgãos de implantação das medidas neoliberais. Lula participou dos dois eventos de forma quase igualitária, com uma postura de diálogo com os críticos e os defensores do capitalismo neoliberal.

O que observamos aqui, mas que pretendemos não nos aprofundar para não fugirmos do nosso objeto de pesquisa central, é uma relação íntima entre o Fórum, o governo petista, uma base social composta por setores altamente intelectualizados das classes médias e movimentos de base popular que estão historicamente vinculados ao Partido dos Trabalhadores. Sentimos uma grande dificuldade em fazer uma análise mais aprofundada dessa complexa relação, pois o debate tem sido intenso nos espaços políticos e acadêmicos sobre os rumos que tomaram tanto o PT, quanto a CUT e o MST, enquanto organizações de defesa histórica da classe trabalhadora. Dificilmente aqui conseguiríamos apresentar todo o debate e chegar a uma postura conclusiva em relação a condição política atual dessas organizações. Contudo, o que podemos certamente aqui apontar é que é no mínimo curioso que essas organizações se proponham a estar unificadas em um evento com organizações das classes médias com posturas políticas de caráter reformista e mesmo conciliador com a ordem do capital, como apresentamos de forma mais atenta no capítulo seguinte. Ainda que se proponham a dialogar com a sociedade e com setores de classe diferenciados, e mesmo que apresentem uma postura crítica às posições dessas organizações, observamos uma aproximação que é no mínimo ambígua e parece despertar setores da classe trabalhadora mais radicalizados que tem tecido fortes críticas às posições políticas dessas organizações na última década. Arriscamos afirmar que o que observamos no Fórum Social Mundial seria uma curiosa aproximação entre o reformismo das classes médias e o reformismo das classes populares presente nessas organizações. Essa aproximação teria como mediação a principal referência política de ambos os setores: o partido dos trabalhadores.

Os rumos da esquerda brasileira que emerge na década de 1980 sob a égide do programa democrático popular é um tema que necessita ser seriamente explorado em estudos posteriores, pois sua compreensão é essencial para o futuro das organizações que pretendem superar o reformismo, seja ele das classes médias, seja das classes populares.

A presença do petismo nos Fóruns Sociais Mundiais é um fato inegável e que de alguma forma denota uma aproximação de projeto político, ainda que nossa pesquisa possua limites que impedem a revelação concreta dessas relações. Consideramos que damos um primeiro passo nesse sentido, ao explicitar o programa político que prevalece no Fórum no capítulo seguinte. Resta a importante tarefa de compará-lo e relacioná-lo com o programa e ações de governo petistas na última década.

## **Capítulo 4**

### **As classes médias brasileiras e seu posicionamento político nos Fóruns Sociais Mundiais**

Não podemos negar que o FSM foi e ainda é importante para o fortalecimento de alguns setores da esquerda e mesmo para o desenvolvimento de alguns setores que eram ainda incipientes em 2001, quando ocorreu o I Fórum. Muitas das principais reivindicações levantadas durante o evento tem um caráter progressista que visa a redução das desigualdades sociais, das injustiças, da pobreza, da destruição do meio ambiente, questões essas fundamentais em nossa sociedade moderna. Nosso objetivo central é, portanto, analisar mais a fundo quais são essas reivindicações e apontar suas limitações relacionando-as com a composição de classe dessas organizações e do FSM.

A posição hegemônica presente no Comitê Organizador do Fórum Social Mundial tem como objetivo a realização de reformas que se encontram, segundo nossa avaliação, nos limites do capitalismo e, muitas vezes, dentro dos limites de seu modelo neoliberal. Afirmam que a posição das organizações que tem se oposto a linha hegemônica presente no Fórum levaria a transformações bruscas da realidade, típica tendência da “velha esquerda” marxista e operária organizada em partidos e sindicatos. E esta concepção, segundo o setor hegemônico, estaria ultrapassada e deveria ser superada pela perspectiva da “nova esquerda” que busca uma transformação gradual, local e cotidiana. Contudo, o debate sobre a suposta velocidade da transformação apenas encobre a verdadeira questão: quais os tipos de mudanças sociais que se pretende realizar, e mais, mudanças que servem especialmente e com mais propriedade a quais setores sociais?

A luta contra o neoliberalismo é de fato relevante para mobilizar a sociedade contra esse sistema econômico e mesmo para buscar enfraquecer a burguesia financeira mundial. Nesse sentido, não podemos deixar de notar a relevância do movimento altermundialista e do próprio FSM na luta contra algumas consequências deste modelo econômico. Representa algum avanço e fortalecimento das organizações populares que questionam o capitalismo o fato de setores das classes médias pauperizados, ainda que minoritários se consideramos essa classe como um todo, estarem se organizando e questionando o atual sistema econômico neoliberal. Contudo, isso leva muitos intelectuais e ativistas a afirmarem que o surgimento do altermundialismo e a posterior criação do Fórum Social Mundial seriam as maiores e mais importantes mobilizações das últimas duas décadas, sendo a linha de frente crucial da luta anticapitalista e em busca da transformação do mundo em que vivemos.

O Fórum instaura uma sucessão de eventos que conformam um processo mundial. Nesses eventos, centenas de milhares de ativistas de todas as partes têm se encontrado em um ambiente de troca e emulação, que deixa uma marca indelével em seus participantes. Eles estão conectando as

resistências, construindo as alternativas ao neoliberalismo e tendo um papel protagonista na organização da esquerda do século XXI. (LEITE, 2003: 12)

Como veremos adiante, defende-se inclusive que o FSM estaria derrotando o capitalismo neoliberal e aconselhando a política econômica de governos de países centrais e dependentes.

É este tipo de concepção com que pretendemos dialogar e mesmo questionar. Apesar do FSM de fato acumular forças para as lutas sociais, não tem de fato apontado para uma luta concreta, objetiva e eficiente contra o capitalismo neoliberal. Lutar frontalmente contra o capitalismo neoliberal significaria apontar objetivos como: a retomada da regulamentação do mercado de trabalho, a reestatização das grandes empresas de setores estratégicos privatizadas nas últimas décadas, a reestatização dos serviços públicos em setores como telefonia, comunicações e transportes, a reivindicação de saúde e educação pública, gratuita e de qualidade para todos, a regulação do mercados financeiros e das transações econômicas internacionais, etc. Nenhuma dessas reivindicações aparecem no âmbito das organizações hegemônicas no Comitê Organizador, o que faz inclusive que praticamente não notemos a presença dessas questões nos debates presentes nas edições brasileiras do Fórum Social Mundial.

Quando buscamos compreender como essas organizações se posicionam quanto ao capitalismo de modo geral, isto é, seus posicionamentos quanto a esse modo de produção, percebemos que as organizações, representantes das classes médias pauperizadas, defendem reivindicações que se mantem nos limites no sistema capitalista e, conseqüentemente, buscam promover um evento que não tem como objetivo criar organizações ou formas de luta que pretendam subverter as estruturas desse sistema, isto é, subverter a exploração do trabalho como base estrutural da produção e do consumo de bens e mercadorias.

Como vimos anteriormente, o que constatamos com essa pesquisa é que a forma como o Fórum está organizada, sua concepção geral e seu propósito seriam conseqüência principalmente dos objetivos políticos das organizações que hegemonizam seu Comitê Organizador. O fato de o Fórum não possuir um programa político claro de luta contra o capitalismo neoliberal não é uma questão de incompetência de seus organizadores ou uma questão estrutural devido às dimensões do evento. É conseqüência do posicionamento político de uma classe social organizada que não necessita lutar contra o sistema do capital para alcançar o “outro mundo” que almeja, mas se satisfaria com a amenização de algumas conseqüências do capitalismo neoliberal, conseqüências essas que afetam *especialmente* um setor da sociedade: as classes médias.

Esta tendência não é uma mera questão conjuntural ou de opção política individual, mas que está fortemente relacionada com a composição de classe desses movimentos e organizações. Por mais que as organizações defensoras dessa posição política clamem estar ao lado da "sociedade civil", efetivamente não há defesa explícita e incondicional da melhoria das condições de vida das classes populares. De modo que, ainda que haja uma disputa entre as frações precarizadas das classes médias e a burguesia, as reivindicações dessas frações explicitadas no altermundialismo tendem a não lesar profundamente essa classe. E ainda que algumas das reivindicações das organizações das classes médias beneficiem também setores das classes populares, isso se dá de maneira secundária e residual, no sentido de que a maior parte das suas questões, as mais caras e urgentes, não são reivindicadas pelas classes populares e as que de fato são, beneficiam essencial e primordialmente os setores médios. Assim, há uma certa hierarquia nas reivindicações das organizações de classes sociais distintas. Enquanto para o MST a principal reivindicação é a terra, para a Marcha Mundial das Mulheres é garantir o direito das mulheres e o fim do machismo.

Há portanto uma hierarquia colocada pelas próprias organizações, ainda que muitas vezes não seja possível identificar explicitamente se uma reivindicação seria mais ou menos relevante ou urgente do que a outra. Mulheres que sofrem violência física devem ser defendidas com urgência assim como as famílias que sofrem com a falta de trabalho e moradia. Aliás, pensamos que um dos grandes desafios das organizações de esquerda populares hoje seria o de encontrar formas de aliar reivindicações como estas, de forma que as questões de “identidade” e de “necessidade” se complementassem como reivindicações de uma mesma classe.

O que pretendemos atestar aqui é que as organizações compostas pelas classes médias, em geral, irão focar suas reivindicações em questões que afetam diretamente aos setores mais precarizados dessa classe, ainda que também influenciem as classes populares, e, muitas vezes, não contemplarão reivindicações que beneficiariam mais diretamente às classes populares e não às classes médias.

Como veremos adiante as reivindicações da ABONG, Cives e CBJP, organizações de composição das classes médias, defendem bandeiras como redistribuição de renda, justiça social e política igualitária que levariam a uma “humanização do capital”. Assim, poderia garantir a participação nos processos de decisão política e uma ascensão de sua qualidade de vida, levando a manutenção das hierarquias salariais, ao mesmo tempo que se coloca contra as grandes riquezas. Ainda que se proponha por vezes um caráter anticapitalista ao FSM, as medidas reformistas prevalecem. Algumas destas são: Taxa Tobin (taxação das especulações financeiras), a regulação do sistema financeiro internacional, a auditoria da dívida externa dos países em desenvolvimento, a penalização de



empresas que desrespeitam o meio ambiente e os direitos trabalhistas, entre outras. Este reformismo estaria profundamente relacionado à condição de classe intermediária que se revolta por ser uma classe explorada, porém deseja ascender ou garantir sua posição na hierarquia e não acabar com o sistema de hierarquização.

Poderíamos considerar contudo que as organizações compostas pelas classes populares seriam imediatamente revolucionárias devido simplesmente a sua composição de classe? E, se fosse esse o caso, como poderíamos explicar o fato de que a CUT e mesmo o MST defendam medidas de reforma e não imediatamente revolucionárias como a jornada de quarenta horas semanais e a reforma agrária? Não seriam estas medidas tão reformistas quanto as propostas pela ABONG e pela CBJP que buscam a redução das desigualdades e da pobreza?

Nesse sentido, necessitamos diferenciar o que seria um reformismo popular e operário do reformismo das classes médias. E isso, podemos indicar a partir da análise concreta das reivindicações desses dois grupos. Nesse sentido, faremos aqui uma pequena reflexão sobre as organizações de base popular que estão presentes no Comitê Organizador do Fórum Social Mundial. Ainda que, essa seja uma breve análise dessas complexas e históricas organizações no campo da esquerda, que tem passado inclusive por muitas transformações nas últimas décadas. Apenas faremos aqui uma pequena reflexão para em seguida nos aprofundarmos nas organizações que são o objeto de nossa pesquisa, aquelas que representam setores das classes médias.

O MST tem como reivindicação central a Reforma Agrária. Esta reivindicação ainda que tenha um caráter de reforma, toca em um dos elementos centrais da constituição do capitalismo brasileiro: a estrutura agrária. Esta que, no período neoliberal, se fortaleceu como um dos pilares da economia brasileira através da expansão do agronegócio e a consequente exportação de *commodities* que sustenta cerca de 40% do PIB e de nossa balança comercial. Esse quadro se soma a uma das maiores concentrações fundiárias em todo o mundo e uma massa de trabalhadores em condições precárias de vida e de trabalho no campo e nas grandes cidades. Ao tocar na questão da estrutura fundiária, o MST questiona a história e a atualidade do capitalismo dependente brasileiro. Portanto, a realização da reforma agrária acarretaria na geração de empregos para milhares de integrantes das classes populares, sendo portanto uma medida que favorece essencialmente a esta classe. Também beneficiaria de forma secundária às classes médias por ser uma reforma agrária que se propõe à produção agroecológica, sem agrotóxicos e portanto, sem causar danos à saúde dos consumidores e ao meio ambiente. Nesse sentido, podemos identificar um campo de diálogo entre as classes populares e as classes médias nas reivindicações do MST. Isso se torna explícito no próprio âmbito do Fórum Social Mundial, onde o

MST tende a ressaltar a bandeira contra os agrotóxicos e em defesa do meio ambiente, deixando a segundo plano o debate sobre a reforma agrária como forma de luta contra os agentes do capital no campo e como solução para a pobreza e o desemprego no campo e na cidade<sup>49</sup>.

Reafirmamos a luta contra os monocultivos predatórios, os desmatamentos, o uso de agrotóxicos que gera a poluição dos rios e do ar. Seguiremos na luta contra o latifúndio e em defesa da biodiversidade e dos recursos naturais como forma de preservação do meio ambiente, dos ecossistemas, da fauna e flora integradas com o homem.<sup>50</sup>

Observamos atualmente a emergência de um complexo debate sobre a composição social do MST. Muitos intelectuais irão afirmar que esse movimento social é composto fundamentalmente por camponeses<sup>51</sup>. Contudo, há um vasto debate no campo da questão agrária sobre a existência de um campesinato brasileiro. Além disso, no Estado de São Paulo, podemos observar diversas experiências de constituição de assentamentos e acampamentos próximos às grandes cidades e que tem como base social aparente a população urbana desempregada ou com empregos precários. Esses assentamentos/acampamentos foram denominados pelo MST de “Comunas Urbanas” e “Comunas da Terra”<sup>52</sup>. Aqui não poderemos ir a fundo nesse debate e definir claramente qual a base social do MST. Contudo, está claro que, mesmo que assumamos a perspectiva da composição social camponesa<sup>53</sup>, esta base social vive um intenso processo de precarização de suas condições de vida que muito aproximam esse camponês sem-terra, esteja ele no campo ou nas periferias das grandes cidades, da miserabilidade enfrentada pelo trabalhador rural assalariado. Assim, denominar esse movimento de pequeno-burguês como Marx considera os camponeses na França do século XIX, como apresentado em *O 18 Brumário*

<sup>49</sup> Há uma ressalva a se fazer em relação à participação minoritária de alguns indivíduos provenientes das classes médias em movimentos de base popular como é o caso do MST. Consideramos que a aparentemente crescente participação de jovens universitários, advogados, engenheiros e médicos neste movimento social tem um papel secundário, ainda que relevante, nessa organização. O movimento dos trabalhadores sem-terra é direcionado à suprir as necessidades das classes populares como terra, trabalho e moradia, além de ser dirigido fundamentalmente por indivíduos provenientes dessas mesmas classes. Neste sentido, apesar de haver a participação e o apoio concreto de indivíduos provenientes das classes médias, as diretrizes do movimento são colocadas pelas classes populares, sendo que esta é a principal massa de participantes do MST. Isso nos traz a reflexão da importância do papel das classes médias em movimentos de base popular, podendo inclusive impulsionar e desenvolver as lutas desses movimentos, estando, porém, submetidas e dirigidas pelas necessidades das classes populares.

<sup>50</sup> Trecho do documento da Assembleia dos Movimentos Sociais encontrado no artigo “FSM: movimentos apresentam agenda comum de lutas” - 01/02/2010 – site do MST - [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

<sup>51</sup> Para conhecer mais sobre as Comunas da Terra e sua base social urbana ver o interessante trabalho de Yamilla Goldfarb, Bernardo Mançano e Ariovaldo Umbelino, *Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos de reforma agrária.*, São Paulo Online, v. 5, p. 1-30, 2006.

<sup>52</sup> Sobre a linha que defende a 'recampanização do campo brasileiro' ver as obras de Bernardo Mançano e Ariovaldo Umbelino, importantes pesquisadores da questão agrária no Brasil.

*de Luís Napoleão*, seria precipitado. Temos como hipótese de que os trabalhadores que compõem a base social do MST, estariam muito mais próximos do operário de chão de fábrica organizado pelo movimento sindical, do que das classes médias, ainda que precarizadas, que hegemonizam o Fórum Social Mundial.

Como veremos, tanto o MST quanto a CUT, tem cada vez mais limitado e arrefecido suas lutas aproximando-se e mesmo coligando-se ao governo federal petista, ainda que mantenha sua base social composta pelas massas trabalhadoras, teria abandonado a perspectiva da transformação social radical. Isso fica explícito em uma *Carta* escrita e publicizada por um grupo de militantes históricos que deixaram o MST :

A questão fundamental para nós não é só criticar a burocratização, institucionalização, o abandono das lutas de enfrentamento, a política de alianças, que aparecem como um problema nas organizações, mas sim identificar o processo que levou estas organizações políticas a assumirem essa postura. A crítica restrita ao resultado leva a refundar o mesmo processo, cometendo os mesmos erros. O problema em questão não é que houve uma traição da direção ou um abandono/rebaixamento do projeto político; um erro na escolha das táticas ou dos aliados. A questão fundamental é a contradição entre o objetivo e os caminhos escolhidos para atingir tais objetivos: propúnhamos o Socialismo como objetivo, mas o projeto estratégico que traçamos ou ajudamos a trilhar não nos leva a esse objetivo. Tal estratégia política não é nova na luta de classes: sua origem está na social-democracia europeia de há mais de um século, adaptada às condições históricas do Brasil numa versão rebaixada, que foi reproduzida nas últimas décadas pelo PT e CUT e recentemente por MST/Via Campesina, MTD e CP. Atualmente, se apresenta na forma do Projeto Democrático Popular e Projeto Popular para o Brasil.<sup>54</sup>

O que essa Carta expressa é uma forte crítica ao rebaixamento das lutas realizadas pelas organizações que se fundaram em torno de um mesmo programa político: o programa democrático e popular. Esse programa aglutinou três organizações históricas das classes trabalhadoras que estão presentes, ainda que diferentemente no Fórum Social Mundial: a CUT, o MST e o PT.

A principal bandeira da CUT nos últimos anos tem sido a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários. É explícito que essa reivindicação e outras em relação

---

<sup>54</sup>“Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas” publicada em novembro de 2011. Pode ser encontrada em: [www.passapalavra.org.br](http://www.passapalavra.org.br)

a condições de trabalho, ampliação de direitos na legislação trabalhista e combate ao trabalho precarizado e escravo visam essencialmente atender às necessidades do trabalhador do chão de fábrica. E ainda que sejam medidas econômicas, no âmbito das relações com o capital, tratam de uma questão que envolve o coração do capitalismo: o processo produtivo. Isso se explicita no trecho abaixo retirado de um artigo publicado no site da CUT sobre o Fórum Social Mundial temático em Salvador/ BA em janeiro de 2010:

Para a CUT, o evento serviu ainda para aprofundar as discussões em torno de uma agenda de interesse da classe trabalhadora. Pudemos discutir sobre a importância da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários, sobre a ratificação das convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho, que tratam respectivamente da negociação no setor público e o fim das demissões imotivadas. Além disso, fortalecemos a necessidade urgente da agenda do trabalho decente, com o combate ao trabalho escravo e o combate às terceirizações.<sup>55</sup>

Contudo, o que observamos é um processo de degradação dessa central sindical, que tendencialmente perde suas combatividade para se transformam em um sindicalismo de negociação com a patronal, o chamado “sindicalismo propositivo”. Assim, o processo de abandono progressivo do enfrentamento direto com o capital e o governo que identificamos no MST, seria ainda mais explícito com o sindicalismo cutista<sup>56</sup>.

Ainda assim, não podemos esquecer que os trabalhadores representados por essa organização estão inseridos no coração do sistema produtivo, nas artérias do capital e podem, reafirmo, não necessariamente irão, mas podem, com sua organização e mobilização subverter as bases desse sistema econômico, ainda que, nesse momento histórico essas organizações tenham perdido sua combatividade e se deixado cooptar por perspectivas de reforma do sistema capitalista.

As classes populares carregam consigo a necessidade extrema, a miséria, a pobreza, a falta quase que total dos bens elementares à sobrevivência como alimentação e moradia. Mas ainda que esta condição esteja longe de garantir uma perspectiva revolucionária às organizações dessas classe, essa condição material objetiva reproduz diariamente a potencialidade de radicalização, a subversão de toda

---

<sup>55</sup>“O Fórum Social Mundial Temático Bahia e os trabalhadores”, escrito por Martiniano José Santos Costa, presidente da CUT-BA, 04/02/2010. Encontrado no site oficial da CUT: [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)

<sup>56</sup>Uma ampla reflexão sobre esse processo é desenvolvida por Paulo Tumolo em *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*, Campinas: Editora Unicamp, 2002.

a estrutura econômica e política, o que de fato garantiria uma melhoria real e total de suas condições atuais de subsistência.

As organizações populares no Brasil, incluindo a CUT e o MST, tem se mostrado extremamente enfraquecidas e com propostas políticas muitas vezes negociáveis e com relativo baixo nível de radicalidade. Contudo, devemos considerar o papel de questões históricas e conjunturais que colaboraram com esse processo como o recuo das mobilizações da classe operária em todo o mundo a partir da década de 1980, o avanço da social-democracia na Europa, a realização do projeto petista no Brasil com a cooptação das lideranças populares e sindicais, a criminalização dos militantes e dos movimentos sociais populares, o fortalecimento da burguesia financeira internacional, as ofensivas militares reacionárias a serviço do capital promovidas pelo governo norte-americano, entre outros. E mesmo dentro dessas organizações populares podemos encontrar atualmente focos de resistência ao reformismo, que defendem as reformas apenas na medida em que acumulem forças para a luta por uma transformação social de fato. Ainda que estes focos não logrem tornar-se hegemônicos a curto ou médio prazo, têm um papel importante de tensionamento interno às organizações para o aprofundamento e a radicalização das lutas de forma a elevar essas reivindicações econômicas ao âmbito político, a luta por uma revolução socialista<sup>57</sup>. Ou ainda podemos observar importantes setores da esquerda que deixam essas organizações na perspectiva de construir novos instrumentos de luta da classe trabalhadora e se colocam um novo desafio: como articular as reivindicações de reforma com um projeto revolucionário, sem se deixar cooptar ou absorver pelo reformismo que tanto assolou as organizações de esquerda desde a experiência social-democrata alemã do início do século XX.

O que pretendemos ressaltar aqui portanto, não é o suposto caráter revolucionário das organizações populares, em detrimento de um reformismo exclusivo das classes médias, mas a sim a diferenciação entre esse reformismo de base popular e um reformismo das classes médias. Desejamos apontar essa diferença a partir de dois elementos: pelo tipo de reivindicação e pelas propostas organizativas apresentadas pelas organizações dessas duas classes sociais.

As reivindicações das classes populares carregam em si as potencialidades de crítica ao cerne das estruturas do capitalismo, relacionadas a exploração do trabalho pelo capital, no campo e na cidade, condição muito diferenciada da colocada pelas reivindicações das classes médias, como veremos mais adiante em detalhe.

---

<sup>57</sup>No caso do sindicalismo, além do fato de alguns sindicatos cutistas tomarem uma postura mais combativa, muitos passaram a participar da Intersindical ou mesmo deixaram a CUT e migraram para a Conlutas. Esses dois organismos sindicais, Intersindical e Conlutas, defendem posturas mais radicalizadas de rompimento com o governo e reivindicações que apontam para o caráter formativo das lutas e a busca de longo prazo pela revolução socialista.

Observaremos também algumas características organizativas específicas de organizações com bases sociais distintas. O reformismo operário e popular, ainda que apresente reivindicações e formas de luta pouco combativas e pouco radicalizadas, possuem uma clara plataforma reivindicativa, a defesa da necessidade de uma organização bem estruturada que inclua uma certa hierarquia de posições militantes, além de contar com suas próprias forças, ainda que necessite de organizações e classes aliadas, para empreender suas lutas. Isso muito se difere do reformismo das classes médias que na questão organizativa é caracterizado pelo reunionismo, o voluntarismo, a crítica às formas organizativas minimamente centralizadas, a defesa do espontaneísmo, além da dependência de outras classes e organizações para realizar suas reivindicações, apresentando-se como defensora de interesses universais.

Mesmo os setores mais pauperizados das classes médias não necessitam questionar a estrutura atual de produção e consumo para promover uma melhoria de suas condições de vida. Esses setores são altamente escolarizados e qualificados, e trabalham na maior parte das vezes em cargos em que predomina o trabalho intelectual. Ainda que seu trabalho esteja cada vez mais precarizado, burocratizado e socialmente desvalorizado, sua condição de classe os diferencia das classes populares, garantindo uma posição com algum privilégio e reconhecimento na estrutura da estratificação social. O caráter da reforma é portanto diferenciado. São reformas que buscam a inclusão de setores prejudicados pelas consequências do capitalismo neoliberal e que buscam sua reinclusão política e econômica e a participação dos supostos benefícios da sociedade capitalista e da democracia burguesa. Ou mesmo questões que minam o bem-estar das classes médias, mas não estão diretamente relacionadas com sua subsistência material.

Vejamos portanto como as reivindicações da ABONG, CIVES e CBJP estão relacionadas com sua composição social de setores das classes médias. Pretendemos analisar neste próximo capítulo as organizações que compõem o Comitê Organizador, sendo duas delas representantes das classes médias, a ABONG e a CBJP, e uma delas que representa diretamente uma certa fração do setor empresarial, a CIVES. Iremos apresentar em linhas gerais os objetivos de cada organização de forma a focar na sua participação nos Fóruns Sociais realizados no Brasil e no Comitê Organizador Brasileiro. E buscaremos relacionar seus principais objetivos e reivindicações com sua composição de classe.

A CJG e o IBASE são organizações que, apesar de estarem presentes no Comitê Organizador, possuem posições políticas pouco explícitas, aparentemente se limitando a realizar um papel prático-organizativo do Fórum. Assim, por falta de documentos e referências que expressem a posição política dessas organizações foi necessário conferir-lhes um papel marginal. Ainda assim, consideremos que

seu silêncio as coloca ao lado das posições hegemônicas presentes no evento, amplamente explicitadas pelas outras três organizações acima citadas, nas quais centraremos nossa análise abaixo.

#### **4.1 – Existem classes sociais? : a sociedade civil e a criação de consensos**

Nossa análise se inicia com a ABONG, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Essa organização tem um papel fundamental na organização e na operacionalização estrutural do FSM. Nas edições brasileiras do FSM, a ABONG cumpriu um papel central auxiliando na preparação e organização das atividades do FSM e na proposição de temas de debate, servindo como pessoa jurídica do evento, processando o pagamento de inscrições, realizando o controle de prestação de contas, análise de contratos jurídicos e elaborando e encaminhando propostas de sustentação financeira, além de operar a comunicação e o registro das entidades, e a coordenação do registro sobre as oficinas realizadas.

Segundo documentos presentes no site da ABONG, esta organização representa um universo de mais de 270 ONGs “que têm como princípio a ampliação da cidadania, a constituição e expansão de direitos, a justiça social e a consolidação de uma democracia participativa.<sup>58</sup>” Muitas das ONGs associadas à ABONG estão envolvidas na organização de um grande número de seminários e oficinas no Fórum. No FSM 2002, mais de 50 associadas participaram com delegados das diversas atividades.

Durantes os Fóruns a ABONG também promoveu, em articulação com outras organizações, uma série de debates em seminários como *A ilusão do desenvolvimento e as alternativas de mudança social para os países do Sul* no FSM 2002 que, segundo nos informa as notícias publicadas em seu site, debateu “os bloqueios e obstáculos impostos pelo mercado ao desenvolvimento dos Estados e o papel das ONGs na luta pelo direito ao desenvolvimento”. No FSM 2003 promoveu o seminário *Outro diálogo é possível na Cooperação Norte/Sul* tendo por base experiências de diálogo entre estas partes e os novos modelos de cooperação, o seminário *Democratizar a Democracia* e o *II Seminário Mundial de Políticas Sociais*, cujo tema foi “A Sociedade Civil e a Construção de Políticas Sociais no Cenário Mundial”<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup>A ABONG no Fórum Social Mundial 2002, Informes Abong, janeiro de 2002. Disponível em: <http://abong.org.br/informes.php?id=2334&it=2335> (acessado em 25/03/2011)

<sup>59</sup>III Fórum Social Mundial terá início dia 23, Informes Abong. Disponível em: <http://www.abong.org.br/informes.php?id=2099&it=2102> (acessado em 25.03.2011)

O posicionamento da Associação em relação ao FSM perpassa por ressaltar sua importância para a luta contra a “globalização neoliberal” que excluiria uma maioria de indivíduos dos benefícios promovidos pelo desenvolvimento econômico e social. Defendendo portanto uma prática que leve à conquista de direitos e à consequente inclusão dessa maioria, que passaria a usufruir dos benefícios produzidos pelo sistema econômico-político atual.

Nos quatro anos da sua existência, o FSM passou por mudanças. No primeiro biênio, fixou-se como uma forte presença na **crítica ao modelo de globalização e das suas políticas neoliberais**. Ao se contrapor ao Fórum Econômico de Davos, fez ver ao mundo que enquanto os poderosos do capital se reuniam na Suíça para aprofundar um **modelo de exclusão e destruição**, os movimentos sociais e populares, os sindicatos, as igrejas, as ONGs... enfim, pessoas de todo o planeta se encontravam no Sul, em Porto Alegre, para **denunciar que mais gente vem sendo excluída dos benefícios do desenvolvimento social e econômico**, e mais e mais a natureza tem sido destruída, para que uma minoria aumente sua renda e seu poder de dominação sobre uma **maioria cada vez mais desprovida de direitos**. Nos anos seguintes, o FSM procurou propor alternativas, discutindo **novas ideias e experiências de práticas sociais, que colocam o ser humano e seus direitos como prioridade nas políticas e pelas quais os bens naturais devem ser cuidados e reproduzidos**, de forma a garantir para as futuras gerações o direito a **um mundo sustentável e justo**.<sup>60</sup>

Partimos da hipótese que a luta contra o modelo neoliberal do capitalismo recrutaria organizações compostas por setores das classes médias em processo de pauperização devido a implantação desse modelo. Na dissertação de mestrado “A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT”, Sandra Zarpelon indica a composição de “classe média” das ONGs e o papel dos integrantes dessa classe na definição do sentido político dessas organizações:

Podemos considerar as ONGs como fonte de emprego para a classe média pois, com a diminuição dos quadros da burocracia – clássica fonte de emprego para técnicos da classe média -, as organizações não-governamentais oferecem um atrativo a mais.

As posturas filantrópicas típicas de setores das classes médias brasileiras que buscam ajudar os “pobres” através do voluntariado teriam se transformado e passariam agora a ser exercidas por

<sup>60</sup>OPINIÃO: Um novo modo de fazer o FSM – Participe!, Informes Abong. Disponível em: <http://www.abong.org.br/informes.php?id=1752&it=1753> (acessado em 25.03.2011)



profissionais das classes médias que chegariam até mesmo a “fazer carreira” nesse tipo de atividade assistencial. Assim, em nossa concepção, o trecho da citação anterior que afirma que “ mais gente vem sendo excluída dos benefícios do desenvolvimento social e econômico” se referiria especialmente ao fato de que setores das classes médias, que antes usufruíam desses benefícios e tinham seus direitos garantidos, passam a sofrer com as medidas neoliberais que levam à deterioração dos serviços públicos, redução e precarização do emprego no setor público, desemprego em áreas de alta qualificação, enfim, uma piora geral nas condições de vida de setores que antes gozavam de relativa estabilidade.

Temos como primeiro apontamento que denotaria a composição de classe dessas organizações o fato de que a menção à crescente exclusão e à necessidade de inclusão social de setores atualmente excluídos dos benefícios do capital estaria em verdade referenciando-se aos contingentes das classes médias que se encontram em acelerado processo de pauperização. Contudo, temos certo de que essa afirmação seria frontalmente rechaçada pelas organizações que analisamos. E isso se daria devido ao que consideramos ser **a primeira característica marcante das concepções e consequentes reivindicações das organizações compostas pelas classes médias: a negação da existência contemporânea de classes sociais e, portanto, a negação de sua própria existência como classe.** Seria portanto uma característica específica de organizações das classes médias a negação ou o encobrimento da existência de classes sociais. Apesar de muitas vezes setores das classes populares também ignorarem ou negarem seu pertencimento de classe, isto se daria devido ao poder ideológico das estruturas da sociedade burguesa. No caso das classes médias, sua posição nebulosa, intermediária e sua contemporaneidade no que se refere especialmente ao seu alargamento e crescimento numérico altíssimo das últimas décadas, auxiliam a encobrir seu pertencimento a uma classe social, deixando nebulosa inclusive a relação de oposição entre as duas classes sociais fundamentais, o proletariado e a burguesia, na medida em que está intermediada por uma ampla gradação de setores sociais que compõem as classes médias.

Como vimos nas citações anteriores a ABONG e as ONGs que a compõe se apresentam como representantes da sociedade civil, de uma maioria desprovida dos benefícios sociais produzidos pelo desenvolvimento capitalista. As ONGs seriam o verdadeiro bastião da luta contra a desigualdade entre os poderosos que concentram toda a riqueza e os “de baixo”, a sociedade civil ameaçada pelo grande capital financeiro. Sérgio Haddad, presidente da ABONG, chama a atenção para a relevância das ONGs no FSM 2010 como representantes da sociedade civil na luta contra a desigualdade.

Para Sérgio Haddad, presidente da Abong e membro do CO e do CI, 'mais uma vez, as ONGs nacionais e internacionais mostraram presença muito marcante no FSM, não só pelas apresentações de seus representantes em várias mesas e painéis, mas também pelas diversas oficinas realizadas, nas quais puderam ser vistas a vitalidade e a credibilidade que as organizações não-governamentais têm como **atores importantes da sociedade civil**, em particular na lógica de reforçar a ideia de um novo mundo sem desigualdades, respeitando e valorizando as diversidades.<sup>61</sup>

Devido ao caráter intermediário, fragmentado e até mesmo ambíguo das classes médias, consideramos que organizações compostas por essa classe tendem a negar a existência de classes sociais e principalmente negar uma possível separação entre as classes médias e as classes populares. A expressão “sociedade civil” aqui utilizada é muito diferente das concepções propostas por Marx ou Gramsci, pois representaria de forma geral todos os atores da sociedade que não sejam grandes bancos, aglomerados econômicos ou instituições estatais. Transformando portanto a sociedade em uma grande massa de oprimidos pela ganância de poucos, sem a identificação desses grupos como pertencentes a distintas classes sociais em luta. Essa tendência também se denota quando percebemos as constantes referências ao “ser humano” e à ideia de “humanização do capital”, em detrimento das concepções utilizadas pelas organizações populares como “classe trabalhadora”, “trabalhadores do campo e da cidade”, “proletariado rural e urbano” ou mesmo “campesinato”, que identificam portanto claramente que sua organização é formada por setores de determinada classe social. Isto está claro nas posições da CUT e do MST, organizações que se apresentam como representantes e defensoras de uma classe social específica. A ideia de “humanidade” é também um artifício das classes médias que encobre mais uma vez a divisão da sociedade em classes.

Uma das principais e mais graves consequências da negação da existência das classes é a negação da existência da luta de classes. Não existiriam aparentemente setores sociais em conflito na sociedade, mas uma falta de conscientização da população em relação a melhor maneira, o melhor projeto de se gerir os bens, as riquezas e os recursos naturais. Nesse sentido, torna-se central a perspectiva do diálogo, da cooperação e da educação como os únicos meios necessários para a transformação do mundo atual. **Este seria o segundo marco característico das organizações compostas pelas classes médias: seu papel de conciliador de classe.** Contudo, essa conciliação, nada faz além de garantir a manutenção da dominação das classes capitalistas. Isso se manifestaria também

---

<sup>61</sup>Definidos os 10 objetivos de ação do Fórum Social Mundial 2009, Informes Abong. Disponível em: <http://www.abong.org.br/informes.php?id=742&it=746> (acessado em 25.03.2011)

quando essas ONGs se utilizam do referencial teórico da ação comunicativa habermasiana para fundamentar sua atuação e sua participação no Fórum Social Mundial.

Ao tomarem como base de suas argumentações as teorias habermasianas da ação comunicativa e da esfera pública, os defensores do modelo de atuação das ONGs e do terceiro setor apostam na possibilidade da construção de consensos, de redução de conflitos e interesses de classes a um denominador comum. Retomando o referencial teórico habermasiano, num plano geral, ocorre a substituição da luta de classes pela construção de uma teoria da racionalidade ocidental, como elemento central das análises. (LÖWY *apud* ZARPELON, 2003:15)

Esse seria portanto para essa organização o papel fundamental do Fórum Social Mundial: ser um espaço de construção de consensos, de conciliação, debates e convencimento. Isto está explicitado neste trecho do artigo “A ABONG no FSM”<sup>62</sup>:

A ABONG é uma das oito entidades que integram o Comitê Organizador do Fórum Social Mundial de Porto Alegre (RS), espaço de articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária centrada no ser humano. Espaço também de **aprofundamento da reflexão, do debate democrático de ideias, de formulação de propostas e troca livre de experiências.**”

O Fórum Social seria um “processo mundial de encontro e articulação, centrado no ser humano e não nas necessidades e interesses do capital”<sup>63</sup>. Como indicamos anteriormente, o *ser humano* é o ator central do Fórum para a ABONG, como se o evento fosse uma manifestação universal, em defesa de toda a humanidade que harmonicamente poderia se reorganizar, não considerando o fato de a humanidade estar dividida em classe sociais que se encontram em luta permanente.

Essas concepções da ABONG se repetem continuamente em seus discursos e são amplamente reproduzidas em espaços do Fórum e pelas organizações mais presentes em sua formulação e organização objetiva. A defesa incontestada da *sociedade civil*, a luta em *defesa da humanidade*, a visão de que o fórum seria um espaço de *diálogo*, nos revelam portanto duas características que consideramos específicas das classes médias, sua auto-negação como classe, a negação das classes

---

<sup>62</sup>A ABONG no FSM, Informes Abong. Disponível em: [http://www.abong.org.br/lutas\\_e\\_acoes.php?id=412&it=821](http://www.abong.org.br/lutas_e_acoes.php?id=412&it=821) (acessado em 25.03.2011)

<sup>63</sup>OPINIÃO: Rumo ao FSM 2007, em Nairóbi, Informes Abong. Disponível em: <http://www.abong.org.br/informes.php?id=1167&it=1168> (acessado em 25.03.2011)

sociais em geral, e a conseqüente negação da luta de classes. Como vimos, a primeira conseqüência que observamos dessa posição é a compreensão de que o Fórum e as organizações que o compõe teriam o papel de difundir suas questões realizando um permanente diálogo com a sociedade civil, sem admitir os conflitos e as disputas aí presentes entre os interesses de classes distintas. Isso não só escamoteia a realidade concreta, como acaba por reafirmar a estrutura social perversa e desigual em que nos encontramos, afinal, a solução que desejamos pode ser alcançada com um simples diálogo permanente que racionalmente levaria a uma defesa da humanidade.

Uma das conseqüências mais perversas dessa concepção está explícita na própria composição do Comitê Organizador. Na medida em que não há classes e toda relação pode ser fundada no diálogo, participa desse Comitê, ao lado de organizações da classe trabalhadora, como a CUT e o MST, uma organização empresarial, a CIVES – Associação dos empresários pela cidadania. Esta última característica, a conciliação de classes, será desenvolvida no próximo item.

Em seguida, trabalharemos o que defende e representa essa organização no âmbito do fórum e na sua relação com os setores das classes médias mobilizadas. Seguiremos com a análise da ABONG, na medida em que esta organização se articula e se posiciona com as outras organizações das classes médias e suas reivindicações. Uma questão de grande relevância para definição do papel atual das ONGs na sociedade brasileira é sua relação e a relação das classes médias organizadas com o Estado. Esse elemento será analisado atentamente mais adiante.

#### **4.2 – Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Sustentável: para quem?**

A CIVES – Associação dos Empresários pela Cidadania - uma organização que reúne empresários de diversos setores buscando desenvolver a noção de “responsabilidade social” e “cidadania” na atuação das empresas, seria um elemento importante na composição deste grupo político hegemônico no Comitê Organizador brasileiro. Nas palavras de um de seus coordenadores Dilermando Allan Filho:

A CIVES tem como objetivo contribuir para a mobilização do setor empresarial em ações de cidadania, conclamando os empresários a assumirem o seu papel na discussão política dos problemas que enfrentamos no país e fazendo com que apresentem propostas inovadoras.<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup>Essa entrevista está disponível em : <http://www.miniweb.com.br/atualidade/entrevistas/Dilermando/dilermando.html> (acessado em 23/03/2011)

O principal representante dessa organização no Fórum Social Mundial e um dos idealizadores e realizadores do evento é Oded Grajew. Além de ser fundador e atual coordenador de honra da Cives, Grajew é conhecido por ser Presidente Integrante do Movimento Nossa São Paulo e presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos, além de ter sido assessor especial do Presidente da República no primeiro mandato do Governo Lula. A Cives e o Instituto Ethos possuem objetivos muito semelhantes, por isso, é importante que conheçamos também os propósitos dessa segunda instituição, pois é a partir da “responsabilidade social empresarial” que podemos identificar os fundamentos da participação de Grajew no Comitê Organizador Brasileiro.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos, que busca “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.”

Em artigo sobre Grajew, descrito como quem passou “de empresário a empreendedor social”<sup>65</sup>, o mesmo descreve a “consolidação de valores e práticas como a compra consciente, a sustentabilidade e a responsabilidade social” como um marco na evolução da defesa dos direitos do consumidor nos últimos anos. Dal Marcondes, um dos diretores do Instituto Ethos afirma:

Se fosse possível resumir como deveria ser a economia que vai alimentar os netos de nossos netos, seria muito bom poder dizer que será um modelo baseado no trabalho, na liberdade de expressão, nos direitos humanos e no respeito ao meio ambiente!<sup>66</sup>

O Fórum Social Mundial seria um dos grandes impulsionadores desse processo. Grajew aposta na discussão sobre a sustentabilidade ambiental e o esgotamento do modelo econômico neoliberal como os principais assuntos desse encontro<sup>67</sup>.

Primeiramente podemos nos perguntar o que seria a “sustentabilidade”, isto é, a produção de um “desenvolvimento sustentável”. Compreendemos que essa reivindicação, apesar de sua relevância

---

<sup>65</sup> “Mudança de postura - Oded Grajew” - Redação do site *Consumidor Moderno* - Edição 145 - Março 2010. Disponível em: [http://consumidormoderno.uol.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1680:mudanca-de-postura-odeb-grajew&catid=80:145&Itemid=73](http://consumidormoderno.uol.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1680:mudanca-de-postura-odeb-grajew&catid=80:145&Itemid=73)

<sup>66</sup>Marcondes, Dal. “O FSM 2009 e a economia do amanhã”. Notícias - Instituto Ethos. Disponível em: [http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1881/servicos\\_do\\_portal/noticias/itens/o\\_fsm\\_2009\\_e\\_a\\_economia\\_do\\_amanha.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1881/servicos_do_portal/noticias/itens/o_fsm_2009_e_a_economia_do_amanha.aspx) (acessado em 30/03/2011)

<sup>67</sup>“O Fórum Social na visão de seu criador” – Notícias - Instituto Ethos. Disponível em: [http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1857/servicos\\_do\\_portal/noticias/itens/o\\_forum\\_social\\_na\\_visao\\_de\\_seu\\_criador.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1857/servicos_do_portal/noticias/itens/o_forum_social_na_visao_de_seu_criador.aspx) (acessado em 25.03.2011)

como crítica ao atual modelo de desenvolvimento profundamente predatório, se mantem dentro do âmbito do atual sistema de produção capitalista e, até mesmo, o reforça. Muitos críticos do Fórum Social Mundial e da noção da sustentabilidade já levantaram a questão: sustentável para que e para quem? Poderíamos pensar que a sustentabilidade seria também uma forma de manutenção, de permanência do sistema de produção, consumo e exploração atuais, de forma que os recursos naturais durem mais ou se renovem, o que de fato, é necessário também para a reprodução do capital. E por fim uma sustentabilidade social, que busca amenizar os efeitos perversos imanentes à lógica do capital, reduzindo a fome, a pobreza, a miséria, o desemprego, etc.

Para promover essa sustentabilidade são apresentadas duas propostas : a conscientização de toda a sociedade, especialmente dos empresários que teriam grande poder de investimento e influência para promover iniciativas nesse sentido, e a pressão do Estado para o desenvolvimento de políticas públicas que atuassem nesse sentido.

Assim como no caso da ABONG e, como veremos, da CBJP, no site do Movimento Nossa São Paulo encontramos também uma síntese dessa concepção da conscientização e solução de problemas através do diálogo:

Acreditamos que o diálogo é o único meio legítimo de realização da persuasão, superação de divergências e resolução de conflitos. Buscaremos identificar e atender aos legítimos interesses das várias partes interessadas – pessoas ou grupos de pessoas e organizações afetadas pela nossa atuação – de maneira equânime, transparente e sem subterfúgios, garantindo-lhes veracidade e objetividade nas informações.<sup>68</sup>

Essas organizações concebem que essa capacidade de diálogo teria influenciado os governos de diversos países que teriam deixado de implantar as medidas neoliberais, o que teria protegido suas economias da grande crise internacional de 2008/2009.

Em dez anos, na avaliação de Grajew, o fórum conseguiu emplacar ideias que se transformaram em políticas públicas e chegou a apresentar as fórmulas para que países saíssem da crise financeira internacional. “*Vários países que se salvaram da crise seguiram propostas e recomendações do fórum, como o controle do sistema financeiro e o fortalecimento da economia no mercado interno*”, citou.<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> [www.nossasaopaulo.org.br](http://www.nossasaopaulo.org.br)

Assim, Grajew aposta na possibilidade de se controlar a busca desenfreada por lucro no capitalismo, já que, a responsabilidade social possibilitaria que de forma filantrópica os empresários abrissem mão de parte de seus ganhos em benefício da responsabilidade social e ambiental. Contudo, é importante ressaltar que a lucratividade não deixa de ser uma preocupação central, como podemos observar nos trechos abaixo que são parte de documentos que definem as atuações do Instituto Ethos:

O Instituto Ethos propõe-se a disseminar a prática da responsabilidade social empresarial, ajudando as instituições a:

1. compreender e incorporar de forma progressiva o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável;
2. implementar políticas e práticas que atendam a elevados critérios éticos, contribuindo para o alcance do **sucesso econômico sustentável em longo prazo**;
3. assumir suas responsabilidades com todos aqueles que são atingidos por suas atividades;
4. demonstrar a seus acionistas a relevância de um **comportamento socialmente responsável para o retorno em longo prazo sobre seus investimentos**;
5. identificar formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum;
6. **prosperar**, contribuindo para um desenvolvimento social, econômica e ambientalmente sustentável.<sup>70</sup>

Esses objetivos seriam alcançados a partir do diálogo, com campanhas e, certamente, com alguma crença no aumento dos lucros de longo prazo. Tanto o Cives quanto o Ethos defendem a possibilidade das empresas serem guiadas por uma política de responsabilidade em relação aos seus trabalhadores, ao evitar possíveis danos ao meio ambiente na produção e mesmo na composição dos produtos que oferecem no mercado e por fim, ter uma política de responsabilidade com os consumidores de seus produtos. Contudo, é parte integrante e inalienável do capitalismo a busca pelo lucro. Se necessário, para garantir sua lucratividade, os empresários podem arrochar salários, terceirizar, subcontratar, degradar o meio ambiente e garantir um consumo desnecessário e poluente. E esta não é uma questão de boa ou má vontade dos acionistas, mas uma necessidade imposta pelo próprio sistema do capital.

<sup>69</sup>“Oded Grajew: Dez anos depois, “outro mundo ainda é possível” - Informe da Agencia Brasil – Disponível em: <http://jakobskind.blogspot.com/2010/01/brasil-forum-social-mundial-oded-grajew.html> (acessado em 11/2010)

<sup>70</sup>Disponível em: [http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/367/o\\_instituto\\_ethos/quem\\_somos/missao/missao.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/367/o_instituto_ethos/quem_somos/missao/missao.aspx) (acessado em 25/03/2011)

Marx e Engels mostraram que a única finalidade da produção capitalista não é a produção de coisas para atender às necessidades humanas, mas a sede constante de lucros para manter a acumulação de capital. (...) A sede de lucro não é uma questão de livre escolha dos capitalistas, mas lhes é imposto como condição de sua sobrevivência. A fim de assegurar seus lucros, e assim manter o seu status como capitalistas, os capitalistas têm constantemente que inovar e investir, a fim de reduzir seus custos de produção. O capitalista que pode produzir mais barato que seus concorrentes pode ganhar uma maior taxa de lucro e tirar seus concorrente do mercado, assim cada capitalista tem de correr adiante, afim de ficar parado.<sup>71</sup> (Clarke *in* Saad-Filho & Johnston, 2005:54, *tradução minha*)

Interessante notarmos como as organizações das classes médias antes citadas se aproximam muito mais dessa perspectiva do que daquelas propostas pelas organizações populares. As classes médias tendem a defender o lema da sustentabilidade, de forma a buscar um mundo sustentável para a totalidade de população mundial, desconsiderando portanto, que a sustentabilidade garante, em verdade, a sobrevivência do capital e da sociedade de classes, verdadeira causadora das desigualdades sociais.

Por fim, ressaltamos que a presença de uma organização empresarial ao lado de organizações da classe trabalhadora como o MST ou a CUT denota claramente uma perspectiva de conciliação de classe. As classes sociais são raramente mencionadas nos espaços do FSM, principalmente pelas organizações representantes das classes médias aqui analisadas. Nesse sentido, trabalhadores, empresários e integrantes das classes médias (professores universitários, intelectuais, especialistas) poderiam se reunir em um mesmo encontro e, por mais que este respeite as diferenças, poderiam construir conjuntamente um outro mundo possível que superaria o capitalismo neoliberal.

O FSM em Belém, uma cidade que carrega um nome tão repleto de simbolismos, poderá ser um marco na renovação e no fortalecimento de nossas esperanças para o nascimento de um mundo solidário, justo, sustentável, democrático e pacífico.<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup>“Marx and Engels showed that the sole purpose of capitalist production is not the production of things to meet human needs, but the constant thirst for profits to maintain the accumulation of capital. (...) The thirst for profit is not a matter of the free choice of capitalists, but is imposed on them as a condition of their survival. In order to secure their profits, and so maintain their status as capitalists, capitalists have constantly to innovate and invest, in order to reduce their production costs. The capitalist who can produce more cheaply than his competitors can earn a higher rate of profit and drive his competitors from the market, so every capitalist has to run ahead in order to stand still.” (Clarke *in* Saad-Filho&Johnston, 2005:54)

<sup>72</sup>Oded Grajew, “Fórum Social Mundial na Amazônia”, **Folha de São Paulo**, enviada em 26 de janeiro de 2009.



Essa aproximação entre as posições dessa organização empresarial e as organizações compostas pelas classes médias fica ainda mais clara quando nos debruçamos sobre o debate em relação ao papel do Estado no processo de construção do outro mundo possível.

### 4.3 - A crise do capital e o novo estado de bem-estar social

O segundo objetivo da CIVES, o desenvolvimento de políticas públicas, é buscado mais explicitamente por uma terceira organização na qual Grajew possui uma atuação central, o Movimento Nossa São Paulo. Esse Movimento, lançado em 2007, tem como meta “promover iniciativas que possam recuperar para a sociedade os valores do desenvolvimento sustentável, da ética e da democracia participativa.” Assim o Movimento pretende “comprometer a sociedade e sucessivos governos com uma agenda e um conjunto de metas a fim de oferecer melhor qualidade de vida para todos os habitantes da cidade. Nosso propósito é transformar São Paulo em uma cidade segura, saudável, bonita, solidária e realmente democrática.<sup>73</sup>”

Essa tentativa de ampliar a atuação estatal lembra em grande parte a busca pela constituição de um novo estado de bem-estar social. Isto fica claro quando Grajew, no Fórum de Belém em 2009 em uma entrevista coletiva a imprensa teceu comentários elogiosos à Barack Obama, incidente que incomodou outros participantes e ideólogos do evento, críticos a essa concepção. Grajew afirmou em coletiva de imprensa, em nome do Fórum, que Barack Obama seria muito bem-vindo ao evento. Grajew foi recorrentemente criticado por alguns palestrantes, sendo que a relevância desse debate é notória considerando que este fato foi reproduzido na Revista Fórum. Aí podemos identificar uma discordância entre Eric Toussaint e Oded Grajew.

*'É uma crise do sistema capitalista, não do modo liberal capitalista. E identificar isso é um ponto fundamental para definir uma estratégia de ação', argumentou [Eric Toussaint]. Por conta disso, ele discordou de Oded Grajew, que declarou a um jornal do Pará que o presidente recém-empossado dos EUA poderia participar do Fórum Social Mundial e seria bem-vindo. '[Segundo Toussaint] Parece que existe uma confusão total sobre a caracterização do Governo Obama, do tipo de crise que enfrentamos e da solução que a humanidade precisa', pondera. 'Se um outro mundo possível é com Barack Obama, então não há outro mundo.'*<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> Documentos oficiais presentes no site do movimento. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/quem> (acessado em 25/03/2011)

<sup>74</sup> *Qual deve ser a do FSM na(s) crise(s)*. Revista Fórum, edição 71, fevereiro de 2009.

Importante compreendermos que o FSM 2009, além de sofrer um aumento numérico explosivo em relação aos anos anteriores, contou com amplos debates acerca da crise mundial e as possíveis saídas para a crise, de maneira a pensá-las como caminhos para construção do “outro mundo possível”. Assim, a discussão sobre o intervencionismo estatal como forma de contenção da crise foi um ponto que suscitou polêmicas. Oded Grajew, “apoiado por algumas ONGs que compõem o Comitê Internacional” apoiaria a institucionalidade estatal e a ampliação de uma espécie de “novo estado de bem-estar” como saída à crise, como acusou Emir Sader, participante do Conselho Internacional.

Essa posição de Grajew seria consequente com uma interpretação da crise como fator menor e momentâneo, não estrutural, mas apenas conjuntural. Portanto, as organizações sociais deveriam trabalhar em consonância com os Estados, de forma que pudessem influenciar a construção desse modelo de inspiração neokeynesiana. Chegou até mesmo a ser cogitada a realização da edição de 2011 do FSM nos Estados Unidos, com o necessário apoio de Obama. A outra opção seria realizá-lo no Senegal ou na África do Sul, ambos países do continente africano. O FSM 2011 acabou por ocorrer em Dakar, no Senegal, principalmente devido ao argumento de que deveria ocorrer sempre em países do Sul, além das possíveis dificuldades da entrada massiva de estrangeiros nos EUA. Ainda assim, é curiosa essa tentativa de realização de um Fórum Social Mundial na principal potência capitalista devido a presença do governo democrata de Barack Obama. Essa parece uma iniciativa especialmente interessante para setores empresariais brasileiros que estão também representados no Fórum.

Em contraposição a Grajew, diversos intelectuais que participaram do FSM como Emir Sader, Boaventura de Souza Santos, François Houtart, entre outros, compreendem a crise como uma crise estrutural do capitalismo. Esses afirmaram repetidas vezes em suas palestras durante o FSM 2009 que a busca por mais regulação estatal é a posição daqueles que querem “salvar o capitalismo”: “Eu pergunto: reformar para quê? Para que as empresas automobilísticas voltem a produzir carros poluentes e a dominar a vida de cidades inteiras?”(HOUTART, 2009).<sup>75</sup> Compreendem que a intervenção estatal seria incapaz de reparar todas essas crises, pois estas seriam inerentes à estrutura de produção e consumo que sustentam o sistema capitalista.

Nesse ponto, podemos observar uma postura típica das classes médias devido à posição objetiva de seus integrantes na produção social de suas próprias vidas: **a defesa de um Estado ampliado, de serviços públicos de qualidade e de um terceiro setor fortalecido**. Os integrantes dessa classe social não pretendem eliminar as hierarquias sociais, que afinal garantem que esses indivíduos se diferenciem

---

<sup>75</sup> François Houtart IN: Revista Fórum, n° 71, ano 8, p. 11.

dos trabalhadores manuais e pouco qualificados. Contudo, para esses setores garantirem uma melhor qualidade de vida necessitam de saúde, educação, cultura e lazer a partir das estruturas estatais e políticas que possibilitem a atuação do terceiro setor, justamente este que emprega amplas camadas das classes médias intelectualizadas e pouco valorizadas socialmente.

Assim, a atuação social do Estado e os incentivos ao terceiro setor garantem a melhoria dos serviços públicos, o que é essencial para um setor das classes médias pauperizado com grandes dificuldades em adquirir serviços privados. Também sustenta a continuidade das atividades do terceiro setor que garante o emprego de amplos setores das classes médias, bem como, a redução das desigualdades sociais e consequentemente da violência urbana que assola os integrantes dessa classe, garantindo uma “São Paulo mais bonita e menos violenta”. Ainda que muitas dessas reivindicações de fato melhorem em alguma medida as condições de vida das classes populares, é impossível que rompam de fato com o sistema de exploração e desigualdade nos países de capitalismo dependente.

Uma organização que compõe o Comitê Organizador que também faria uma defesa da retomada do Estado de bem-estar social seria a ATTAC - Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Auxílio dos Cidadãos. Esta é uma importante instituição presente no Comitê Organizador do FSM que, apesar de apresentar uma postura ambígua, muitas vezes apoiando as posições da CUT e do MST no FSM, possui reivindicações que estão no âmbito das reformas características de sua composição de setores das classes médias. Contudo, apesar de compor o Comitê Brasileiro e possuir uma seção brasileira, a ATTAC- Brasil, esta organização é fundamentalmente francesa. Este fato confere uma característica *sui generis* a esta organização pois as reivindicações das classes médias francesas parecem possuir atualmente uma maior radicalidade e permear de fato a sociedade francesa em geral, considerando que as diferenças sociais básicas entre as classes médias e as classes populares não são tão grandes, o que faz com que uma mesma reivindicação mobilize duas classes sociais diferenciadas. Já as reivindicações das classes médias brasileiras permanecem em grande medida distantes da realidade e necessidades das classes populares em uma sociedade de extrema segregação social. Neste caso, organizações composta pelas classes médias ou por setores populares tendem a ter posições muito diferenciadas.

Contudo, por mais que observemos posturas críticas da ATTAC e mais próximas das tomadas pelas organizações populares no que confere à organização do FSM, podemos observar a clara defesa de medidas reformistas extremamente limitadas e que não apontam para uma transformação social de maior monta em suas reivindicações.

A reivindicação original da ATTAC era a implantação da Taxa Tobin, sendo esta uma taxa, que varia entre 1% e 0,1%, que seria cobrada a cada a movimentação do capital no mercado financeiro, sendo que o dinheiro arrecadado seria destinado a um fundo mundial contra a pobreza, bem como a políticas emergenciais de interesse coletivo. Apesar da porcentagem ser tão baixa, o alto volume das transações levaria a quantias significativas de arrecadação. Dados da associação estimam uma arrecadação de 100 bilhões de dólares anuais, sendo o imposto fixado em termos mais baixos de 0,05%, enquanto que a soma gerada por uma taxa fixada em 0,1% seria suficiente para erradicar a pobreza extrema no mundo (ATTAC *apud* ARIAS, 2011).

Além da implantação da Taxa Tobin, a ATTAC reivindica o perdão à dívida externa dos países de terceiro mundo, a reforma do FMI e do Banco Mundial, outras formas de controle e regulação do mercado financeiro e, a reivindicação a que se deu grande ênfase nos últimos Fóruns Sociais Mundiais, a da defesa dos “bens comuns”. É nesta última reivindicação que pretendemos nos centrar por ter sido aquela com maior destaque nos últimos Fóruns Sociais Mundiais. Esta reivindicação busca proteger bens que são considerados de domínio público, como água, educação e saúde, da lógica destrutiva e de busca incessante por lucro do mercado capitalista.

Esta organização está focada em impedir o avanço do neoliberalismo e lutar pelo retorno do Estado de bem-estar social amplamente desmontado por essa nova roupagem do neoliberalismo. Assim, a luta econômica que teria levado ao decaimento das condições de vida na França deveria estar aliada a luta política pois o neoliberalismo também teria levado a perda de decisão política às grandes multinacionais. Segundo Arias (2011):

Segundo tal análise, o Estado perdera a autonomia e as nações a sua soberania, estando todos à mercê dos interesses econômicos dos grandes grupos financeiros: “As instituições democráticas e os **Estados soberanos encarregados do interesse geral**<sup>76</sup>” foram, com o neoliberalismo, substituídos por uma “lógica estritamente especulativa” (ATTAC, 2002). É urgente criar “**novos instrumentos de regulação e controle**, no plano nacional, europeu e internacional” (ATTAC, 1998). Esses novos instrumentos de regulação têm, segundo a plataforma da associação, o objetivo último de: “reconquistar os espaços perdidos pela democracia em proveito da esfera financeira”, trata-se, nas palavras da ATTAC (1998): “de nos apropriarmos juntos novamente do futuro do nosso mundo!”. Frequentemente citada, essa frase expressa claramente que a fase neoliberal representa mais do que déficits no campo econômico, representa perdas no poder de decisão, representa déficits no campo político.

---

<sup>76</sup> Grifos nossos.

A reivindicação que trás ambas as discussões à tona é justamente a luta pelo *bem comum*. Esses bens, que antes eram de responsabilidade do Estado de bem-estar social europeu, seriam progressivamente privatizados e abarcados pela lógica do mercado. Daí o lema “o mundo não é uma mercadoria” cair como uma luva na campanha da ATTAC, a qual busca indicar os bens que deveriam ser estatizados ou socializados, sendo mantidos protegidos da lógica do mercado.

Arias (2011) nos chama atenção para o fato da ATTAC selecionar de alguma maneira quais os bens deveriam estar fora do mercado, deixando portanto, todo o resto da vida social, inclusive a exploração da força de trabalho a mercê do mercado capitalista. Ainda que estas questões envolvam setores das classes populares, é importante lembrarmos que a precarização destes setores prejudica não apenas os usuários de diversas classes sociais que necessitam desses serviços, mas dos profissionais que ocupam os cargos do funcionalismo público.

Mesmo que a ATTAC identifique como principal adversário uma “fração de classe” – proprietária das “grandes corporações transnacionais” organizadas sob a lógica do “sistema financeiro” – a associação não reconhece nos seus participantes a expressão de uma classe, ou de parte dela. De fato, a ATTAC fala em “cidadãos” e reúne entre os que assinam a sua plataforma e estatuto. Tampouco propõe a superação da condição de classe, qualquer que seja esta, e não vê nisto qualquer impeditivo para a construção do outro mundo que afirma ser possível.

Segundo Arias, encontramos as marcas das classes médias nos textos e documentos da ATTAC:

(...) a presença massiva de setores das classes médias tem muito a dizer sobre a sua linha interpretativa e sobre a sua proposta de mudança – ambas fortemente marcadas pela visão de mundo de um grupo social fortalecido e destacado pelo Estado de bem-estar social europeu e que conheceu com o neoliberalismo um movimento contrário.

Assim, por mais que a organização defenda bens-comuns que beneficiam diversas classes sociais, mobiliza essencialmente integrantes das classes médias, em especial funcionários públicos, trabalhadores de setores de alta qualificação e intelectuais. A ATTAC se apresenta como defensora das classes mais pauperizadas, contudo, estas classes estão raramente presentes nas manifestações altermundialistas e nos fóruns sociais mundiais, e suas reivindicações são contempladas na medida em que beneficiem primeiramente às classes médias. Não há nenhuma reivindicação na ATTAC com

relação à regulação do trabalho, à defesa dos trabalhadores de baixa qualificação e sua alta exploração pela sede insaciável do mercado.

Por fim, compreendemos que ainda que alguns intelectuais da ATTAC defendam durante os Fóruns Sociais Mundiais as manifestações populares de rua e a necessidade de o FSM ter um caráter deliberativo ao lado de organizações como MST e CUT, não podemos negar sua composição de setores das classes médias europeias, o que podemos identificar a partir de suas reivindicações centrais. Ainda que certamente estejamos arriscando uma certa imprecisão objetiva, sendo que a ATTAC representa as classes médias francesas que, como afirmamos, aparentemente se mostra muito mais próxima das demandas populares na França em relação à enorme distância entre as classes médias e as classes populares no Brasil.

Por fim, esse exemplo da ATTAC, bem como os posicionamento da CIVES, da CBJP e de grande parte das organizações das classes médias presentes no Fórum, nos indica uma característica marcante das classes médias mobilizadas na conjuntura atual: **a luta pela reconstituição do Estado de bem-estar social ou o chamado Estado neokeynesiano.**

Como veremos em seguida, mesmo quando a bandeira é a ampliação da democracia, essa participação democrática permite a inclusão política de setores muito específicos da sociedade brasileira. Estes seriam setores altamente escolarizados e politizados compostos fundamentalmente por frações das classes médias. Isso se relaciona com o Fórum na medida em que, para essas organizações, sua função seria a de construir alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais. E isso se daria através de processos locais de conscientização e pressão da sociedade civil em relação ao poder público.

De outro lado, o FSM também se inspira nos esforços que vêm ocorrendo em todo o mundo no sentido de buscar alternativas que coloquem o desenvolvimento humano e a democracia participativa como fatores prioritários de governos e cidadãos.<sup>77</sup>

Assim, as reivindicações relacionadas à participação política e à tomada de decisões em relação às estruturas estatais e a gestão pública, são fatores importantes que complementam essa esperança na reconstituição do estado keynesiano. Esse elemento é o que pretendemos analisar agora: como se explica a relação as organizações compostas pelas classes médias e o Estado e como isto está presente no Fórum Social Mundial.

<sup>77</sup>Brasil sediará I Fórum Social Mundial em 2001, Informes Abong. Disponível em: <http://www.abong.org.br/informes.php?id=2901&it=2902> (acessado em 25.03.2011)

#### 4.4 – Estado sem classes, democracia participativa e a recusa da tomada do poder

Muitos intelectuais e pesquisadores apontaram as ONGs como mais um elemento de consolidação da concepção neoliberal. Ainda que as ONGs critiquem e afirmem lutar contra a versão neoliberal do sistema capitalista, sua prática cotidiana e o papel que exercem na sociedade parecem reforçar a estrutura neoliberal.

O neoliberalismo também conseguiu subverter conceitos democráticos tradicionais, como 'sociedade civil' e introduzir novos conceitos conservadores como 'capital social' no léxico democrático. Durante os regimes autoritários do Sul e do Leste durante a década de 1970, foi no domínio da sociedade civil (...) onde os cidadãos se organizaram e mobilizaram para a democracia. Desde então, a 'sociedade civil' tem sido mobilizada pelo projeto neoliberal em sua cruzada contra o "grande governo". Todos os atores não-estatais são incentivados a suplantar ou tomar as rédeas do Estado, de ONGs (organizações não-governamentais) a sindicatos.<sup>78</sup> (Munck *in* Saad-Filho&Johnston, 2005:66, *tradução minha*)

Todavia, pensamos ser relevante apontarmos a perspectiva de Ana Cláudia Teixeira (2002) de que haveria dois tipos de relação entre as ONGs e o Estado no Brasil. O primeiro seria o de caráter assistencialista no qual haveria uma transferência das responsabilidades do Estado para as ONGs e outras organizações da sociedade civil. Este primeiro tipo teria ganhado força durante o governo FHC que haveria empreendido políticas explicitamente neoliberais<sup>79</sup>. Este modelo estaria em harmonia com a concepção habermasiana de que as organizações da sociedade civil devem buscar fortalecer seus espaços públicos de atuação, se protegendo do mercado e do estado, sem buscar interferir na dinâmica dessas estruturas permeadas pela racionalidade instrumental capitalista.

O segundo tipo seria uma busca pela criação e consolidação de espaços de interlocução entre Estado e sociedade civil como o programa do Orçamento Participativo e os Conselhos Municipais. Nesse caso, as organizações não governamentais fariam um papel de pressão e fiscalização das ações

---

<sup>78</sup> “Neoliberalism also managed to subvert traditional democratic concepts such as 'civil society' and introduce new conservative concepts such as 'social capital' into the democratic lexicon. Under the authoritarian regimes of the South and East during the 1970's, it was in the domain of civil society (...) where citizens organized and mobilised for democracy. Since then, 'civil society' has been mobilised by neoliberal project in its crusade against 'big government'. All non-state actors are encouraged to supplant or rein in the state, from NGOs (non-governmental organizations) to the trade unions.” (Munck *in* Saad-Filho&Johnston, 2005:66)

<sup>79</sup>Para uma concepção a partir da linha psdebista que guiou as políticas do governo FHC em relação ao terceiro setor ver Franco (1999).

estatais, influenciando portanto o rumo das políticas públicas chegando até mesmo a elaborar projetos de ação social em conjunto com os órgãos estatais. Ainda que Teixeira defenda esta postura de partilha ao invés da de transferência de responsabilidades entre Estado e ONGs, aponta também para as dificuldades que esta relação acarreta, ressaltando o alto nível de dependência que se cria dessas organizações em relação ao aparato estatal. Esta relação próxima de compartilhamento das responsabilidades seria aparentemente implantada a partir do primeiro mandato do governo Lula e seria considerado um modelo republicano de participação democrática radical. (GENRO, 1995)

Muitas das ONGs presentes no FSM possuem uma perspectiva crítica em relação ao mero assistencialismo e buscam pressionar o Estado para o desenvolvimento das políticas assistenciais, todavia não podemos ignorar que essas organizações em geral cumprem o papel que o Estado deveria cumprir, de desenvolvimento da educação e da saúde, de combate contra a pobreza, de defesa dos direitos das mulheres, jovens e crianças, etc. E mesmo quanto às pressões ao Estado exercidas pela ABONG, o que podemos ver atualmente é uma campanha para que o Governo Dilma garanta um orçamento governamental fixo a ser destinado às ONGs, que deixariam de depender da disputa de editais para desenvolver seus projetos e atividades regulares. Esta parece ser a reivindicação central e mais recorrente dessa associação como pudemos observar em diferentes documentos em sua página na internet ([www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)).

Zarpelon (2003) afirma que a ampliação das ONGs na década de 1990 é acompanhada de um certo distanciamento dessas organizações em relação aos movimentos sociais, justamente pela questão do financiamento estatal. O que explicitaria mais claramente a separação entre as ONGs e os movimentos seria a necessidade premente de financiamento das primeiras, “critério último de sua existência”, sendo que o que define os movimentos sociais seria sua proposta política, vontade prática de luta e organização de seus militantes, ainda que os recursos tenham uma importância significativa.

Como vimos, uma das reivindicações centrais da ABONG é a definição de “um marco regulatório de acesso, uso e prestação de contas de recursos públicos por entidades sem fins lucrativos no Brasil”<sup>80</sup> e esse compromisso teria sido firmado entre a ABONG e a nova presidente do país. Assim, nesse caso as reivindicações das ONGs não parecem centrar-se na ampliação das atividades públicas de responsabilidade social a partir do Estado, mas direcionam-se principalmente na pressão pelo repasse de verbas estatais para que as ONG's promovam essas políticas em parceria estatal.

---

<sup>80</sup> “Uma regulação de acesso e utilização de recursos públicos para organizações sem fins lucrativos no Brasil”, Informes ABONG. Disponível em: [http://www.abong.org.br/lutas\\_e\\_acoes.php?id=49&it=52](http://www.abong.org.br/lutas_e_acoes.php?id=49&it=52) (acessado em 31/03/2011)



Por outro lado, as ONGs, apesar de apregoarem que ampliam a democracia, não criam canais para o controle da ação do Estado, muito menos das suas próprias ações. A ênfase de sua atuação, portanto, é a prestação de algum tipo de serviço de caráter público, não o controle, ou o incentivo ao controle e à fiscalização popular de serviços prestados pelo Estado. (ZARPELON, 2003:23)

O que observamos aqui é uma outra forma de privatização velada dos serviços estatais, travestidas pela ideia de que se estaria garantindo uma “participação democrática da sociedade civil” na utilização dos recursos estatais. Na prática as ONGs possuem uma organização muito semelhante à empresarial ou às fundações sem fins lucrativos, com a vantagem de receber um considerável subsídio do Estado, o que permite que ofereçam serviços gratuitos ou a baixos custos.

Inicialmente podemos identificar portanto indícios da relação entre a reivindicação por recursos estatais e a composição de setores das classes médias do terceiro setor, que como indicou Zarpelon, se apresenta como um importante fornecedor de cargos aos profissionais dessa classe menos valorizados socialmente como cientistas sociais, assistentes sociais, artistas de diversas áreas, educadores, pedagogos, etc. Para garantir esses empregos, é necessário que as ONGs tenham um orçamento permanente repassado pelo Estado, como tem reivindicado a ABONG ao governo Dilma.

Mas, para além dessa reflexão que fazemos sobre o caráter específico da reivindicação que remete à garantia de empregos às classes médias pauperizadas que compõem essas organizações, podemos ver mais uma marca das classes médias na sua compreensão em relação ao Estado. Uma consequência que se tira da não existência das classes e da luta de classes é de que o Estado também não seria um estado de classes, mas um Estado “instrumento neutro” que pode ser utilizado de formas diferenciadas dependendo do grupo social que o controle. **A visão do Estado como instrumento universal de defesa do bem comum seria a terceira característica histórica marcante das organizações de classes médias.**

Seria portanto, resumidamente, uma visão quase caricata do Estado, que concebe que ao mudar o governo ou a gestão dos recursos estatais, mudaríamos também a natureza do próprio Estado como um todo.

Apesar dessa visão mítica do Estado como defensor do bem comum também estar presente no imaginário das classes populares, para as classes médias essa concepção está em plena harmonia com sua posição de classe e sua concepção geral da sociedade: uma sociedade sem classes em que grupos esparsos disputam concepções de mundo e podem utilizar para seu fortalecimento as estruturas do poder político que estão à disposição da população em geral, essa massa amorfa, a sociedade civil.

Nesse sentido, se encaixa perfeitamente a possibilidade de recomposição de um estado de bem-estar social, a importância magistral da democracia participativa e da luta pela cidadania, que fica explícita não apenas pela ABONG, mas também pelas posições de uma segunda organização que compõe o Comitê Organizador – a CBJP.

A CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz – é um órgão de estudos e ação subsidiário da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - composto majoritariamente por leigos que busca “assegurar a presença dos cristãos frente à questão social, a partir da perspectiva ética do Evangelho”. Ela desenvolve suas atividades, necessariamente, no mesmo campo em que atua o conjunto de pastorais e organismos da Igreja voltados para os problemas sociais.<sup>81</sup> Os principais objetivos dessa organização são a defesa dos direitos humanos, tendo cumprido um importante papel na defesa dos presos políticos durante a ditadura militar, e a luta contra as desigualdades sociais, a pobreza e a fome.

No FSM 2009 a CNBB centrou-se na defesa dos direitos humanos com forte participação em uma tenda denominada “Irmã Dorothy” promovendo em conjunto com as Pastorais Sociais e a Cáritas um seminário sobre mártires que morreram em busca da paz, da justiça e da igualdade social denominada *A Igreja e seus mártires em defesa dos direitos humanos na Amazônia*<sup>82</sup>. Também no FSM 2009 foi criada a *Rede Internacional Ecumênica de Justiça e Paz* para denunciar casos de violação de direitos humanos em todo o mundo. No FSM 2010 uma das principais atividades da Comissão foi a divulgação da Campanha Nacional contra a violência e o extermínio da juventude. A Campanha é a principal atividade das Pastorais para o período 2010-2011 tendo como objetivo mobilizar grupos de jovens “na luta por direitos e por cidadania a partir do slogan: *Juventude em marcha, contra a violência*<sup>83</sup>”.

Podemos identificar aqui a relação de parceria com o Estado na medida em que a CBJP aparentemente pretende chegar a seus objetivos a partir de campanhas e através da relação com os órgãos estatais para que empreendam ações nesse sentido.

---

<sup>81</sup> Estas informações estão disponíveis na Carta de Princípios da organização que está disponível em seu site oficial e mais especificamente no endereço: [http://www.cbjp.org.br/conheca\\_cbjp/carta\\_principios.htm](http://www.cbjp.org.br/conheca_cbjp/carta_principios.htm) (acessado em 13-07-2010)

82 **Essas informações estão disponíveis no site da entidade, mais especificamente em:**  
<http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/caridade-justica-e-paz/782-fsm-seminario-sobre-martires-e-pastorais-da-juventude-participam-do-forum-social-mundial>

83 **Pastorais da Juventude participam do Fórum Social Mundial** – disponível em:  
<http://www.cnbb.org.br/site/imprensa/noticias/1306-pastorais-da-juventude-participam-do-forum-social-mundial> 25 DE JANEIRO DE 2010 15:21 CNBB

Na prática, e ao abrigo dos atos de criação das Comissões Justiça e Paz, interpretados como acima, é campo próprio da CBJP realizar estudos aplicados sobre desafios de caráter estrutural, ligados aos destinos da Nação. Mas esses estudos deverão sempre ser realizados segundo as exigências evangélicas e do ensino social da Igreja. **Destaca-se aí em especial o papel do Estado**, enquanto organização política da sociedade, bem como o papel das relações do Estado com a própria sociedade, e ainda a significação das **políticas públicas na construção do bem comum**.<sup>84</sup> (*Carta de Princípios da CBJP*)

Podemos notar que tanto nas reivindicações colocadas pela ABONG quanto pela CBJP, ainda que sejam questões importantes e relevantes na sociedade atual, partem sempre de uma perspectiva de harmonização social e humanização do capitalismo, buscando a manutenção do sistema de produção e consumo, sendo que estes deveriam ser controlados e submetidos às necessidades humanas em um mundo controlado e estruturado para sustentar as necessidades do capital. E isso se daria através de uma parceria com o Estado ou uma maior participação na gestão dos recursos públicos.

A "democracia radical" ou "democracia participativa" é uma reivindicação central e recorrentemente levantada nas edições do FSM pelas organizações hegemônicas: ABONG, CIVES e CBJP. A luta pela intensificação da democracia também está explicitada nos documentos oficiais que descrevem cada uma dessas organizações. A concepção que está aí implícita é a de que a sociedade capitalista poderia ser controlada pela intensificação e pela radicalização da democracia. Santos (2005) considera esse processo como uma transição das democracias de baixa intensidade para democracias de alta intensidade. Isso se daria através de mobilizações da sociedade civil que buscariam formas de participação direta nas decisões políticas, principalmente no que se refere ao gasto do orçamento público. O orçamento participativo é o exemplo central apresentado na bibliografia analisada. Os conselhos municipais e as conferências estaduais e nacionais de saúde, cultura, educação, comunicação, etc, seriam também formas de ampliação da participação dos cidadãos nas decisões políticas. Essa radicalização democrática teria forte relação com a concepção dessas organizações em relação a como se daria o processo de transformação rumo a uma nova sociedade, isto é, quais seriam os meios para a construção do outro mundo possível.

Ainda que a CNBB defenda reivindicações como fim da pobreza e da fome, claramente necessidades fundamentais das classes populares, as medidas e as discussões que prevalecem no Fórum, assim como as posições em relação à própria organização do evento, estão estreitamente

---

<sup>84</sup> Trechos da Carta de Princípios.

ligadas às posições das organizações das classes médias ou de cunho empresarial. E, ainda que, no âmbito da religião católica historicamente possamos identificar setores progressistas e até mesmo revolucionários que já estiveram muito ligados às organizações populares como a Teologia da Libertação, estes setores são hoje minoritários dentro da Igreja Católica. Esta tem expressado posições tendencialmente mais reacionárias no decorrer das últimas décadas. E é esta expressão hegemônica do catolicismo que julgamos estar presente no Fórum a partir da representação da CNBB.

Retornando às questões que pretendemos analisar, é importante notarmos que a primeira saudação aos integrantes do I Fórum Social Nordeste baseou-se no tema Diversidade e Radicalidade Democrática. A mesa foi composta por Sérgio Haddad, diretor de relações internacionais da Abong, secretário executivo da ONG Ação Educativa e membro do Secretariado Internacional do Fórum Social Mundial que afirmou:

Aqui, as pessoas se unem para dizer que querem outro mundo e essa força transformadora está na sociedade civil. Elas se adicionam à atuação dos partidos e querem contribuir com o poder público. (...) Esse espaço também se constitui em possibilidade de aglutinação das agendas, contribuindo assim para a ampliação do conceito de democracia que conhecemos, formulando o conceito da democracia radical que queremos.<sup>85</sup>

Por um momento arriscamos a nos questionar sobre quem participa dos mecanismos da democracia participativa tão reivindicada por esses setores. Não seriam esses representantes da sociedade civil fundamentalmente provenientes das classes médias precarizadas que tem perdido poder econômico e também poder político ao serem alijados ou passarem a ocupar cargos precarizados das estruturas do Estado?

Os indivíduos capazes de compreender e opinar sobre a estrutura orçamentaria ou legislativa de um município necessitam ter uma formação educacional relativamente elevada e condições de se apresentar e se expressar livremente nos espaços formais das instituições políticas. Essas são capacidades características de setores das classes médias, mesmo sendo setores que agora passem por um processo acelerado de precarização e pauperização.

Retornando à questão central levantada quanto ao caráter neutro do aparato estatal e às pressões que as organizações das classes médias buscam fazer para se fortalecer com o auxílio do próprio Estado, chegamos a uma segunda conclusão, **se o Estado não é um Estado de classes, isto é, um**

<sup>85</sup> “Reconhecer a diversidade para a construção da radicalidade democrática”, Informes Abong, disponível em: <http://www.abong.org.br/informes.php?id=3086&it=3088> (acessado em 30/03/2011)

**Estado que defenderia os interesses da burguesia, não haveria motivos para se almejar a tomada do poder político.** Faria sentido apenas dialogar e pressionar para disputar seus recursos e o teor dos projetos implementados pelo poder público.

A partir dessa concepção compreendemos mais pormenorizadamente o sentido da famosa tese de Holloway (2003), difundida mundialmente por ser referenciada na experiência zapatista, que afirma que devemos "mudar o mundo sem tomar o poder". Assim, qualquer organização que buscasse a tomada de poder o faria por motivos mesquinhos e não pelo bem comum, já que está aberto o acesso às benesses que podem ser promovidas pelo Estado, que poderiam ser alcançadas com diálogo e alguma pressão da sociedade civil organizada.

Membro do Conselho Internacional do Fórum e do Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo Fórum Social Mundial (GRAP), Francisco Whitaker, pondera "O FSM reforçou que é preciso haver outra cultura política, que supere a luta pelo poder". O Fórum de Belém, no ano passado, lançou temas como bem viver, que foram aprofundados nas discussões realizadas agora em Porto Alegre. "É preciso haver entendimento de que certos bens da humanidade não podem ser transformados em mercadoria, privatizados", conclui Whitaker.<sup>86</sup>

Essa tese de John Holloway, aparentemente difundida e aceita pela maioria dos participantes do FSM, funda-se na crítica à dominação, defendendo que o governo deveria ser realizado por toda a comunidade local e o uso da força deveria ser substituído pela democracia. Criticam-se organizações que reproduziriam hierarquias e relações de dominação capitalistas, sendo que a ditadura do proletariado seria apenas uma inversão duvidosa de posições. A transformação que deveria ser buscada pelas organizações presente no FSM seria gradual e ocorreria através das relações cotidianas e, de alguma maneira, já estaria ocorrendo.

Essa transformação local e cotidiana já estaria em curso, o que explica a proclamação dos "lemas" dos FSMs 2008: " FSM 2008: façamos já um outro mundo!" e 2009: "O outro mundo está acontecendo". Uma representante da ABONG explica essa concepção em entrevista concedida à sessão de notícias do site dessa mesma organização:

---

<sup>86</sup> "FSM Sistematiza as Grandes Questões e Contribuições para o seu Processo" - disponível em: <http://fsm10.procempa.com.br/wordpress/?p=2802> (acessado em 04/04/2011)

Informes: Na última reunião do CI, ocorrida no final de janeiro em Nairóbi, ficou-se de decidir na Alemanha sobre o slogan geral para o processo FSM em 2008. Houve consenso sobre este tema?

Taciana: Na realidade, foi lançado não um outro slogan, mas um chamado: Façamos já um outro mundo!, para mostrar que não só um outro mundo é possível, mas que ele tem sido feito e gestado há muito tempo. Com este novo chamado, mostramos, sim, que já estamos fazendo este outro mundo possível, apesar de todas as forças conservadoras e reacionárias, que impedem a transformação da sociedade no sentido da igualdade e da justiça.<sup>87</sup>

Portanto, a busca pela tomada do poder de Estado como momento de transição para uma sociedade socialista seria uma posição profundamente rechaçada por essas organizações.

É necessário ressaltar entretanto que algumas organizações presentes no FSM ainda se denominam socialistas e acreditam que a construção de um outro mundo é a construção do socialismo. Porém, esses grupos são absolutamente minoritários e não hegemônicos no espaço Fórum. A tendência hegemônica no evento é de *substituição do ideal socialista pelo ideal democrático*.

Em Santos (2005:112) é apresentada explicitamente a substituição da busca pelo socialismo pela intensificação democrática: "Se o socialismo tem hoje um nome, ele só pode ser o de democracia sem fim". Esta concepção baseia-se na ideia de que o socialismo seria um projeto fechado de sociedade, já previamente determinado e padronizado, que não comportaria em si as diversidades presentes nas comunidades locais. Portanto, há uma radicalização da crítica à autoridade e a um processo de transformação baseado em relações de poder e hierarquia, identificado com o projeto de transformação da sociedade marxista-leninista.

Através da prática democrática, essas comunidades e grupos locais deveriam buscar construir independentemente seu "outro mundo possível" respeitando radicalmente as diversidades locais.

O presidente emérito do Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social, Oded Grajew, também um dos primeiros articuladores do Fórum, citou Gandhi: 'o importante é o caminho'. O elemento democrático do evento foi um dos destaques. 'O FSM, ao contrário de outras instâncias, não obriga ninguém a deixar de acreditar em nada. Esse processo vem mudando culturas que antes eram colocadas acima do interesse coletivo', avaliou.<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> Entrevista com Taciana Gouveia, integrante da diretoria executiva da Abong e representante da Associação no CI-FSM. Disponível em: <http://www.abong.org.br/informes.php?id=1016&it=1018>

<sup>88</sup> "Fórum Social Mundial é aberto em Porto Alegre com reflexão sobre seus objetivos", Adital, 25/01/10. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&boletim=1&cod=44467> (acessado em 04/04/2011)

Em Santos (2005) são apresentados alguns dados de uma pesquisa promovida pelo IBASE durante o V FSM, realizado em Porto Alegre. Um dos dados é apresentado em um gráfico com as porcentagens de aprovação dos participantes do Fórum entrevistados com relação ao meio pelo qual o "outro mundo" deveria ser construído: 94% dos participantes aprovam o reforço da mobilização da sociedade civil, 79% aprovam a democratização dos governos, 63% a democratização dos organismos multilaterais, enquanto que apenas 8% aprovam a ação direta com uso da força.

Mesmo durante as manifestações, anteriores à criação do Fórum, houve diversos conflitos entre a maioria pacifista que defendia ações como *sit-ins*<sup>89</sup>, tendo sido muitas vezes agredida por policiais nesses casos, e uma minoria que clamava a necessidade da utilização de formas de defesa da violência policial e que chegavam a incentivar ataques à propriedade privada. É verdade que este tipo de ação é apenas defensiva ou não atinge o cerne da estrutura do sistema, porém se já havia grandes conflitos com relação ao ataque à propriedade, no momento de se elaborar formas de luta conjuntas, em um evento de reunião e debate, qualquer proposição de ação coletiva com uso da violência é rechaçada por essas organizações hegemônicas no CO. Já o "diálogo" para ser a resposta para qualquer problema social.

O argumento apela para o senso comum e se difunde pela grande mídia: o FSM seria um desperdício de tempo e de dinheiro, porque fica só na conversa, sem tomar qualquer medida de ordem prática. De fato, é isso mesmo: **o Fórum - como o próprio nome indica - é um enorme aparelho de conversa entre pessoas, grupos, movimentos e instituições** que rejeitam a ordem mundial fundada nas leis do mercado e buscam uma ordem mundial fundada na solidariedade humana e na harmonia ecológica. E por que, então, não seria importante essa conversa? **Se é conversando que a gente se entende, o entendimento mundial deve, sim, passar por muita conversa.** A verdadeira questão está não na quantidade de tempo tomado pela conversa, mas na sua qualidade. (...) **O FSM, que hoje se inicia, é um espaço privilegiado para esse diálogo planetário, principalmente neste momento em que a crise debilitou a ideologia capitalista.**<sup>90</sup>

A partir dessa concepção podemos compreender a defesa constante da necessidade de empreendermos uma luta ideológica contra o neoliberalismo. Aliada a essa questão estaria a

<sup>89</sup> Manifestação não violenta de protesto em que os manifestantes ficam sentados normalmente bloqueando uma rua, entrada ou passagem importante. Tática utilizada nos protestos do altermundialismo com o objetivo de impedir o acesso das "autoridades" às reuniões das agências multilaterais.

<sup>90</sup>

Pedro A. Ribeiro de Oliveira, "É preciso conversar", CNBB, 27/01/2009, Belém do Pará. – Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/afro-brasileira/1989-e-preciso-conversar>

importância da pressão da sociedade civil em relação ao Estado para realização de reivindicações como as apontadas anteriormente. Os governantes não aplicariam tais medidas por vontade própria, mas devido à força social que os pressionasse. Economias nacionais deveriam estar submetidas à sociedade civil e suas necessidades. Dessa maneira, a tendência que prevalece no FSM seria a luta para o início de um processo de inclusão através de práticas democráticas.

Nesse sentido, essas organizações parecem ignorar que a “sociedade civil” é heterogênea, permeada pelos conflitos de classe e mesmo uma extensão do Estado capitalista. Aparentemente ignoram o poder repressor do Estado e as estruturas que garantem que as classes dominantes mantenham sua posição no poder, impedindo que outras classes ou movimentos tenham qualquer tipo de poder de decisão. A famosa afirmação da necessidade do "agir local para mudar global" não se realiza pelo fato de os movimentos não estarem verdadeiramente enraizados nas comunidades locais, como é apresentado em Santos (2005). Além disso, lutas fragmentadas se deparam com a incapacidade de enfrentar o aparato repressor criado pelo capital. Não haveria avanços materiais concretos da luta, sendo que as únicas alternativas indicadas neste sentido seriam extremamente vagas e se limitariam à indicação da necessidade de lutas locais e desconectadas entre si.

Segundo Boron (2003), o maior problema da defesa de uma democracia radical é o caráter não-classista e conciliatório dessa proposta, características que buscamos demonstrar como típicas das manifestações políticas das classes médias:

Portanto, qualquer projeto que se proponha para a construção de uma 'democracia universal' – uma democracia em que opressores e oprimidos convivam pacificamente – não parece ser um guia suficientemente seguro para orientar a ação dos agentes sociais de mudança e da transformação estrutural da América Latina. (BORÓN, 2003: 213)

Essas organizações defendem portanto que seria possível a transformação da realidade apenas através de mobilizações da sociedade civil e intensificação da democracia. Acredita-se na possibilidade da transformação apenas através do discurso. O Fórum clama por um outro mundo possível, mas não constrói sequer um programa comum de luta a longo prazo para os movimentos que o compõe, alegando que assim respeitaria a diversidade presente no evento. Não há a construção de nenhuma forma concreta de luta e a ideologia dominante defende essa característica como necessária para a construção de um mundo em que se rompa com as relações de poder.



Como, porém, levar ao advento desse novo mundo apenas com frases que clamam por justiça, igualdade, inclusão e democracia, sem qualquer espécie de ação concreta? Como já afirmamos anteriormente, parece que ignoram a existência de uma estrutura forte, desenvolvida, violenta e cruel para a manutenção da realidade como conhecemos. O ideal democrático burguês seria apenas mais uma das ferramentas que compõe essa estrutura.

#### 4.5 - A questão organizativa: as classes médias e a defesa da diversidade não-classista

A polêmica organizativa no âmbito do Comitê Organizador ficou explícita nos últimos Fóruns, e em especial na edição de 2010 em Porto Alegre, a qual pretendia ser um espaço de avaliação do evento. As diferentes reivindicações e perspectivas de como se deveria construir o outro mundo possível aparecem na posição dessas organizações em relação à organização e funcionamento do evento. Ressaltamos portanto que a forma organizativa nada mais é do que uma consequência das reivindicações e das diferentes posições políticas entre as organizações. O debate sobre o futuro do Fórum concretiza a polêmica até agora apresentada entre dois tipos de movimentos e organizações presentes no CO: um deles composto por setores das classes médias e outro pelas classes populares.

As discordâncias entre esses dois grupos estão presentes desde o primeiro FSM, mas começam a ser mais visíveis em 2005, tomando corpo em 2007 quando a edição de Nairóbi reúne menos da metade dos participantes presentes no Fórum anterior. Nesse momento, várias críticas ao evento foram levantadas. Alguns afirmaram que o FSM já tinha cumprido seu papel e que chegara o momento de sair de cena, de forma que a ação direta contra o neoliberalismo passasse a ser o foco do *altermundialismo*. O Fórum de 2009, em Belém, realizado após o advento da crise econômica mundial, interrompe essa tendência desmobilizadora reunindo cerca de 130.000 participantes. Mas o debate sobre o futuro do evento permanece. O cerne da polêmica, detidamente discutida em Porto Alegre no Fórum de 2010, é o 6º item da Carta de Princípios, o qual impede qualquer espécie de deliberação em nome do FSM. Vejamos:

Os encontros do Fórum Social Mundial **não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial**. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. **@s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem**

**a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum.** Ele não se constitui portanto em instância de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem. (*grifos nossos*)

Defendendo a manutenção da estrutura atual descrita na Carta de Princípios, encontramos as ONGs representadas pela ABONG, o Empreendedorismo Social presente através da Cives, setores da Igreja Católica representados pela CBJP e, mesmo não fazendo parte do CO, apoiam este posicionamento parte significativa das organizações da Economia Solidária e parte dos Movimentos de Identidade, como a Articulação Feminista Marcosul. Identificamos nesse grupo algumas tendências políticas gerais muito próximas a da autodenominada “nova esquerda” como: a defesa da diversidade cultural, a transformação social a partir do cotidiano, as tendências pacifistas, o discurso espontaneísta. Suas críticas se direcionam contra a hierarquia, a disciplina, e qualquer espécie de centralização.

Segundo Whitaker, da CBJP, a deliberação no FSM: "Significaria introduzir dentro desse movimento a luta pelo poder de representá-lo, de falar em nome dele. Assim nós matariamos o FSM". Neste sentido, Grajew, da CIVIS, afirma que: "Estamos trabalhando em algo muito difícil: a mudança das culturas. A competição e a hierarquização patriarcal estão na mente ocidental há séculos. É uma mudança muito difícil e que tentamos implementar há 10 anos, mas é a única que pode nos levar a um desenvolvimento sustentável".<sup>91</sup>

Em defesa da mudança do caráter do evento, o que passaria a expressar deliberações comuns em seu nome, encontramos os “movimentos sociais de necessidade” como o MST, aqueles que defendem um estatismo de esquerda (com base popular de massa) como é o caso da CUT e mesmo de alguns intelectuais da ATTAC. Estas organizações clamam pela necessidade da criação de um programa unificado de luta, apesar de considerarem a importância da diversidade e heterogeneidade do *altermundialismo*. Segundo eles, o outro mundo possível só ocorrerá com os movimentos de massa ocupando as ruas e lutando por mudanças estruturais.

Durante o 10º Fórum Social Mundial, movimentos sociais e sindicais brasileiros – e alguns estrangeiros defenderam a transformação do FSM em uma entidade que lute pelos ideais e propostas discutidas no encontro. A sugestão dividiu o Fórum, que funciona há 10 anos como um espaço aberto de articulações. 'Ninguém aqui defende pegar em armas, mas se não fizermos grandes mobilizações de massa, não haverá como enfrentar mais nada. Temos que começar a marcar gols',

---

<sup>91</sup> “Em 10 anos, Fórum Social Mundial está mais vivo do que nunca”, diz cofundador, DEUTSCHE WELLE. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5192489,00.html>

disse João Felício, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidade cofundadora do Fórum.<sup>92</sup>

Em apoio à posição de Francisco Whitaker e crítica à posição dos movimentos de base popular, a ABONG publicou um texto em seu sítio na Internet. De acordo com o texto, as críticas ao atual funcionamento do Fórum representariam um retrocesso na construção até agora fundada nessa nova cultura da pluralidade. Vejamos:

Após uma década de ação mobilizatória, percebe-se cada vez mais a tentativa dos partidos políticos e de algumas organizações/movimentos de intervirem no Fórum Social Mundial, para que o mesmo se direcione pela construção de uma plataforma de luta e de temas nos moldes da esquerda tradicional. Ora, se observarmos as experiências organizativas que resultaram na realização do Fórum Social Mundial, perceberemos que a articulação da sociedade civil difere daquela dos partidos políticos e dos governos, pois vem se construindo em redes não hierarquizadas, sem líderes nem pirâmides (embora ainda haja experiências e tentativas nesse sentido), de distribuição de responsabilidades – ultrapassando, pois, os limites da democracia representativa e suas “delegações” de poder, bem como suas lutas internas.<sup>93</sup> (ABONG)

Curioso notar como a organização em redes é um contraposto a qualquer espécie de classificação de prioridades na luta política. Todos seriam iguais, todas as lutas teriam a mesma relevância e urgência. Os diversos grupos, apesar das discordâncias, poderiam continuar atuando, mantendo o diálogo com sua rede plural e multifacetada. Não é negada a importância da unidade, mas é negado qualquer instrumento ou forma concreta que incentive de fato a criação de uma posição política minimamente compartilhada pelas organizações presentes no FSM; pois, quando não há uma proposta de definição de prioridades, não é necessário o debate sobre as diferentes reivindicações dos grupos aí presentes, o que poderia gerar uma compreensão das lutas entre os movimentos. Oded Grajew, da Cives, eleva ao máximo essa fragmentação das lutas:

A promoção da diversidade, um dos pilares da carta de princípios, fez cada organização e cada cidadão se sentir valorizado. Ninguém é mais importante que o outro, nenhum tema tem a

---

<sup>92</sup>“Em 10 anos, Fórum Social Mundial está mais vivo do que nunca”, diz cofundador, DEUTSCHE WELLE. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5192489,00.html>

<sup>93</sup>Disponível em [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br).

precedência. O “outro mundo possível”, onde a solidariedade e a cooperação superam a competição e o conflito, foi aplicado na nossa metodologia. (GRAJEW, 2010)

Contudo, é importante considerarmos que a Assembleia dos Movimentos Sociais costuma se reunir ao fim do evento na tentativa de construir uma agenda comum. Contudo, é ainda uma atividade frágil, de um grupo específico de movimentos, que está longe de ter a força sobre o evento como um todo. Além disso, a multiplicidade de conclusões dos debates é tão grande que as organizações não têm condições reais de conhecer as questões defendidas pelos que aí debateram. Segundo Cassen, membro da ATTAC, o FSM emitiria centenas de propostas (chegando a mais de 350 apenas no Fórum de 2005) sem qualquer espécie de hierarquia ou articulação entre elas.

Todo lo que derogaba el principio de “horizontalidad” (las propuestas tienen un estatus equivalente) y todo lo que aparecía como “vertical” (por ejemplo, una plataforma que unificara diferentes propuestas complementarias pero dispersas), fue combatido por una fracción influyente de los organizadores brasileños de los Foros y dirigentes de ONG que veían allí el inicio de un programa político... y hasta el intento de creación de una nueva Internacional! (CASSEN, 2010)

O autor afirma também que essa fórmula teria sido inicialmente muito positiva por ter permitido que as linhas políticas mais diversas como de ONGs assistencialistas, do sindicalismo reformista e dos movimentos feministas, indígenas, ecologistas caminhassem em conjunto com movimentos com propostas mais radicais para lutarem contra o neoliberalismo. Contudo, o momento atual seria outro, exigindo a construção de uma agenda unificada. A dificuldade em se aceitar a busca pela unidade está fundada, em realidade, em diferenças políticas que muitos movimentos não desejam superar.

Essa exaltação ilimitada da pluralidade dispersa causaria um desperdício de energia de massa crítica e propositiva que, ao fim de cada fórum, pareceria esvanecer-se:

O terceiro tema é o dos sujeitos políticos que levarão por diante as lutas pela paz, pela democracia e por um modelo social, cultural e econômico pós-capitalista. Este é o tema que obriga o FSM a refletir sobre si próprio. Como não desperdiçar a energia transformadora que ele gerou? Como construir alianças transcontinentais entre movimentos e partidos políticos convergindo em agendas realistas e portadoras de novas hegemonias? Como tornar o mundo menos confortável para o capitalismo predador? Talvez o FSM precise de criar o seu próprio FSM. (SANTOS, 2010)

O FSM estaria ainda preso aos limites das manifestações simbólicas, isto é, que não promovem ações concretas. Este evento seria inócuo, na medida em que não resulta em acúmulo organizativo, apesar da afirmação de que haveria tal acúmulo a partir da troca de experiências entre movimentos. Ao se negar a construção de um programa político comum a todos os movimentos presentes no evento, este se limita a uma espécie de apelo lançado ao ar na esperança de que alguma entidade poderosa se sensibilize e assuma a luta. **Esse espontaneísmo e a defesa da fragmentação seriam as últimas características que apontamos como típicas de setores mobilizados das classes médias.**

Não observamos a unidade que se pretendia alcançar com a criação do Fórum, muito pelo contrário, o próprio evento possui uma pluralidade sem limites que impede aos participantes compreender seu significado e propósito. Este se limita a um local de encontro e reunião de diversos grupos que não permite uma organização global como as que conhecemos no passado da esquerda como partidos políticos ou a Internacional Comunista.

O movimento não quer se unificar em torno de um programa comum e não se concebe como um movimento de luta que precisa de unidade para derrotar um inimigo comum. A política neste caso não é um confronto duro de interesses e parece mais uma disputa de projetos, de valores morais. Dessa forma, a organização em torno de uma unidade seria desnecessária. Este quadro é tipicamente descrito por Lênin no *Que fazer*: quem não quer a revolução, não precisa de organização. Ou seja, os objetivos políticos comandam a forma de organização. Esta última não é um problema técnico.

As concepções organizativas do movimento estariam baseadas mais uma vez numa recusa às formas de organização da "esquerda tradicional". Ao se recusar a tomada do poder e defender o antiautoritarismo chega-se à defesa de uma organização radicalmente democrática, sem líderes ou hierarquias. A recusa de qualquer organização que se assemelhe a um partido político é apenas consequência das concepções de luta a transformação social almejadas. A "organização em rede", sustentada pela utilização da Internet como forma de articulação é uma marca do altermundialismo e uma resposta às concepções criticadas. Assim, a não deliberação e a crítica aos movimentos de massa está em plena harmonia com um movimento composto por setores das classes médias que não buscam uma transformação radical, mas apenas parcial da sociedade capitalista.

Os organizadores hegemônicos do FSM parecem acreditar que são capazes de lutar contra a estrutura neoliberal, o mercado financeiro e a alta burguesia com manifestações que apresentam apenas seu posicionamento ideológico. Essas manifestações são essencialmente não violentas e fragmentadas e reúnem grupos os mais diversos, que muitas vezes possuem reivindicações conflitantes. Estas se configuram como mera demonstração, não como luta efetiva. O Fórum busca construir um diálogo

entre os grupos, entretanto, seus organizadores se opõem veementemente à construção de um programa político comum de todas as organizações que participam do movimento<sup>94</sup>. Fica, portanto, impedida a constituição de uma luta transformadora, que possa realizar um enfrentamento capaz de trazer mudanças e alcançar as reivindicações do movimento. Assim, parecem esperar que apenas demonstrando sua insatisfação, as mudanças ocorrerão automaticamente.

Interessante também notarmos esse caráter universalista e utópico das classes médias, que se colocam como defensoras de todos os oprimidos, excluídos e dominados. Devido ao universalismo presente nos discursos dessas organizações, podemos supor que apenas através de suas manifestações, essas frações das classes médias irão despertar o “povo” que tanto abstratamente defendem em suas reivindicações e este irá levar à frente sua luta.

---

<sup>94</sup> Esta tendência parece ter sido abalada na realização da sexta edição do Fórum Social Mundial na Venezuela. Neste houve várias indicações da necessidade da construção de um programa político de ação, o que consideramos ser consequência da influência do movimento chavista. Contudo, esse programa político ainda não foi constituído.

## Conclusão

Buscamos apontar como, no âmbito do Fórum Social Mundial, as organizações que compõem o seu Comitê Organizador manifestam seus posicionamentos políticos e proposições de acordo com a composição de classe dessas organizações. Buscamos demonstrar que as principais reivindicações presentes no FSM possuem um caráter reformista que buscam a construção do “outro mundo possível” de forma gradual e fragmentada, a partir de atuações locais de pequenas organizações que dialogam através de redes internacionais e a partir do diálogo e da conscientização dos indivíduos sobre a necessidade de se mudar o mundo sem conquistar as estruturas atuais de poder. Porém, esse reformismo não seria um reformismo qualquer, mas um reformismo típico de uma determinada classe, as classes médias.

É dentro desse paradigma de mobilização política que essas organizações hegemônicas a construção do Fórum Social Mundial. Não podemos afirmar que o Fórum tem fracassado na luta contra o capitalismo neoliberal ou não tem logrado de fato derrotar o capitalismo pois, de fato, não é objetivo do FSM promover uma grande transformação social, mas formular políticas que amenizam as contradições promovidas pelo capital, de forma que o outro mundo já estaria acontecendo.

Portanto, não são condições estruturais ou falhas organizativas que levariam à fragmentação do altermundialismo. Este tipo de organização fragmentada estaria de acordo com o tipo de transformação que é defendido pelas organizações compostas pelas classes médias presentes no Fórum Social Mundial. Esta seria gradual, local e de combate ao neoliberalismo, criando uma nova forma de bem-estar social, promovida pela sociedade civil e em defesa de toda a humanidade, que buscaria incorporar a questão social no sistema capitalista, criando um “capitalismo humanizado”. Perguntamos, por fim, sobre a possibilidade de se “humanizar o capital” atualmente e, neste sentido, apontamos abaixo a resposta liberal e a resposta marxista a esse dilema que parecem convergir ao apontar o caráter necessariamente predatório e desigual da sociedade capitalista, irremediavelmente controlada e dirigida pelos interesses do Capital.

A ideia central do reformismo, no entanto, é sempre a mesma: manter as partes "boas" do capitalismo, enquanto se eliminam as "ruínas". A resposta liberal ao reformismo também tem sido

sempre a mesma: as partes boas e ruins são as duas faces da mesma moeda; sanções por fracasso são inseparáveis das recompensas pelo sucesso.<sup>95</sup>

(...)

Para Marx e Engels, o capitalismo não era completamente mal. Desenvolveu incontestavelmente a capacidade produtiva da sociedade a um grau inimaginável. Nessa medida, Marx e Engels concordaram com os liberais, em sua crítica do reformismo: os custos do capitalismo são inseparáveis de seus benefícios. (Clarke in Saad&Johnston)

Contudo, nosso objetivo não é simplesmente identificar o reformismo presente no Fórum Social Mundial, mas demonstrar como essa posição política dominante está intimamente ligada com a composição de classe das organizações que compõem o Comitê Organizador e do próprio evento de forma geral. Por isso, buscamos apontar para algumas características que consideramos ser típicas do reformismo das classes médias, não de um reformismo qualquer.

Há diferenças entre posturas reformistas presentes em organizações das classes populares e organizações das classes médias. É esse último reformismo, herdeiro do reformismo pequeno-burguês presente nas obras de Marx e de importantes pensadores marxistas como Trotsky, Luxemburg e Gramsci, que identificamos a partir da análise concreta das reivindicações das organizações compostas por setores das classes médias. Para determos uma compreensão total dessas características faremos aqui um rápido apanhado, centrando-nos em seis pontos centrais que apareceram no decorrer do texto e que acreditamos que nos levantam pistas na busca pela caracterização de um reformismo típico das classes médias.

A primeira e mais essencial característica do reformismo das classes médias que identificamos durante a pesquisa é a permanente negação da existência de classes sociais e, principalmente, a negação de seu próprio pertencimento de classe. Isso se dá devido a sua condição intermediária e de fato nebulosa na estrutura de classes contemporânea. Não é nada fácil pra os pesquisadores e intelectuais compreenderem como se estrutura a sociedade de classes hoje em toda sua complexidade, ainda que o conflito fundamental de classes entre burguesia e proletariado se mantenha.

Isso leva os indivíduos pertencentes às classes médias, justamente por serem um dos setores mais complexos de se analisar e que muito se expandiu nas últimas décadas, à chegar a conclusão de

---

<sup>95</sup> “The central thrust of reformism, however, is always the same: to keep the 'good' parts of capitalism while eliminating the 'bad'. The liberal response to reformism has also always been the same: the good and the bad parts are two sides of the same coin; penalties for failure are inseparable from rewards for success. (...) For Marx and Engels capitalism was not entirely evil. It has undoubtedly developed the productive capacity of society to a hitherto undreamed of degree. To this extent Marx and Engels agreed with the liberals in their critique of reformism: the costs of capitalism are inseparable from its benefits.” (Clarke in Saad&Johnston)



que as classes não mais existem ou que são um tipo de classificação inválida e que não mais corresponde à realidade concreta. Como vimos anteriormente isso se expressa no momento em que os movimentos se colocam em defesa da sociedade civil, do ser humano ou da humanidade, encobrendo dessa maneira as clivagens presentes na sociedade e negando assumir sua posição como defensor dos interesses das classes médias ou de uma fração das classes médias.

Dessa primeira característica decorrem todas as outras que indicamos no decorrer do texto.

A segunda característica é a negação da existência da luta de classes. Assim, os males sociais seriam consequência da falta de entendimento, de compreensão e mesmo de boa vontade dos indivíduos dispersos na sociedade. Nesse sentido, através do diálogo, da capacidade de conscientização social e da cooperação seria possível transformar o mundo atual e acabar com o caráter predatório do capital. Essa seria inclusive, como vimos, a principal função do Fórum: ser um espaço de diálogo e cooperação. Assim, as classes médias assumem um papel que está de acordo com sua condição intermediária, papel esse que também a pequena burguesia pequeno-proprietária assumiu em diversas revoltas sociais históricas e parece assumir novamente: o papel de conciliador de classes. Contudo, essa conciliação nada faz além de garantir a manutenção da dominação das classes capitalistas.

A não identificação da existência de classes sociais e da luta de classes gera a defesa da sociedade civil e da criação de consensos em fóruns de debate e diálogo. A sociedade civil se colocaria em defesa de toda a humanidade. Isso caracteriza um certo *universalismo* desses setores mobilizados, já que estariam lutando por interesses universais e não de uma certa classe social específica.

Essas duas primeiras características seriam típicas das classes médias. Mesmo as organizações operárias e populares de perspectiva reformista, apresentam claramente quando se define como organização política, a classe que representa. No caso da CUT é explícita a defesa dos interesses do operariado e do MST, da sua base camponesa ou de trabalhadores do campo e da cidade. Assim, não nega, também certamente a existência da luta de classes na sociedade, ainda que, quando assumam tendências reformistas perdam certa combatividade direta e sucumbam às alternativas fundadas no diálogo.

Uma terceira característica, também consequência das anteriormente citadas, é a não identificação explícita de um inimigo concreto. Não havendo luta de classes, não há inimigos de classe. Dessa forma, é possível fazer alianças com setores empresariais que estariam dispostos e conscientes para realizar as melhorias sociais necessárias. Justifica-se, portanto, a participação da CIVES no âmbito do Comitê Organizador. Nesse caso, se acentua a perspectiva que citamos acima, da conciliação de

classes que se denota também através de uma das principais reivindicações defendidas por essa organização: o desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade garantiria assim um mundo melhor para toda a humanidade, para todos os indivíduos dispersos na sociedade através de sua conscientização, independentemente de sua posição no processo de produção de consumo, isto é, da classe a que pertença. Como vimos, a sustentabilidade nos parece garantir fundamentalmente a sobrevivência do capital que necessita controlar as desigualdades sociais e a manutenção de recursos naturais.

O quarto ponto que levantamos é a relação desses movimentos das classes médias com o Estado. A primeira característica dessa relação se denota na tentativa de reconstituição do estado de bem-estar social. Perspectiva presente em todos os movimentos compostos pelas classes médias. Essa seria uma compreensão de classe concreta e objetiva: a retomada de um estado de bem-estar, ainda que beneficie também às classes populares, beneficiaria fundamentalmente às classes médias que dependem dos empregos de alta qualificação e escolaridade fornecidos pelo funcionalismo público e dos serviços públicos de qualidade para garantia de seu status e de sua qualidade de vida.

E, mesmo quando as organizações políticas das classes médias tratam das questões que envolveriam essa reformulação, ignoram medidas que beneficiariam diretamente às classes populares, como a legislação trabalhista e as reformas de base, como a reforma agrária.

Essa concepção estaria relacionada com uma segunda visão do Estado também característica das classes médias: a visão do Estado como instrumento universal de defesa do bem comum. Essa concepção é consequência direta da compreensão também característica dessas classes de que viveríamos em uma sociedade sem classes, e portanto, o papel das organizações seria pressionar o Estado para que este realize uma boa gestão dos serviços públicos e beneficie, como um todo, a sociedade civil. Assim, chega-se às reivindicações fundadas na democracia participativa e na luta pela cidadania. Também podemos identificar nesse caso uma relação concreta e imediata entre os interesses das classes médias e a atuação do Estado, pois seriam os integrantes dessa classe que teriam mais condições de influenciar nos espaços democráticos e definir, portanto, o direcionamento dos recursos estatais. A última consequência dessa concepção de Estado é a defesa de que se o Estado não é um estado de classes, isto é, um Estado que defenderia os interesses da burguesia, não haveria motivos para se almejar a tomada do poder político. Daí a necessidade de se mudar o mundo sem tomar o poder, mas através do diálogo, da compreensão, da conciliação e de uma certa pressão da sociedade civil organizada.

Com relação ao Estado, as organizações populares tem tendencialmente sucumbido a uma relação de dependência e mesmo tem se deixado cooptar por algumas estruturas estatais, principalmente após a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003. Esse é um dos principais limites hoje enfrentados pela esquerda historicamente combativa, seu atrelamento com a estruturas estatais. Contudo, este é um grande dilema, considerando que a maior parte das reivindicações se dirigiram historicamente ao estado democrático de direito. Assim, como organizar os trabalhadores sem depender de medidas estatais para garantir vitórias, ainda que parciais, aos diversos setores da classe trabalhadora?

Esse limite está fortemente vinculado ao reformismo operário que vemos atualmente. Contudo, essa relação com o Estado é histórica e concretamente diferenciada daquela entre o Estado e as organizações das classes médias, como citamos acima.

A quinta característica típica do reformismo das classes médias está no âmbito organizativo. A defesa da fragmentação e o espontaneísmo representariam as duas características centrais e intimamente interligadas da concepção organizativa das classes médias. O FSM nesse sentido é uma manifestação simbólica que lança ao ar de forma desordenada as reivindicações dos movimentos e indivíduos nele presentes. A negação da construção de um programa político unificado é apenas a expressão do espontaneísmo e da defesa incontornável da fragmentação travestida na defesa da pluralidade democrática. As organizações que defendem essa posição evitam a qualquer custo a unificação em torno de um programa comum e não se concebem integrantes de um movimento de luta que buscaria derrotar um inimigo comum. A política neste caso está condenada a uma disputa de projetos. Isso se alia perfeitamente à perspectiva reformista, na medida em que, como dissemos anteriormente: quem não quer a revolução, não precisa de organização. E a expressão organizativa das classes médias a essa escolha reformista é a fragmentação em uma sociedade plural e sem classes e o espontaneísmo expresso na necessidade de convencimento e conciliação.

Como vimos, as organizações popular e sindical tem uma postura bem diferenciada com relação à questão organizativa, o que se expressou diversas vezes em polêmicas em torno da organização do Fórum Social Mundial. Essa organizações defendem abertamente a necessidade de haver instâncias deliberativas, uma plataforma política bem definida e elaborada, a importância da organização política e suas estruturas bem definidas e mesmo formas hierárquicas de organização dos militantes e apoiadores envolvidos nas lutas.

Por fim, desejamos indicar uma última característica que permeou de maneira dispersa alguns comentários no decorrer do texto: o fato de as reivindicações das classes médias permanentemente

ignorarem o mundo do trabalho. A despeito das críticas tecidas ao neoliberalismo e a defesa da redução das desigualdades sociais, em nenhum momento as reivindicações tocam nas questões de fundamento do capital, mas parecem apenas tratar da amenização das consequências externas ao processo de exploração. Essas questões parecem ser tratadas apenas indireta e subjetivamente na perspectiva da inclusão social por meio de políticas de amenização das desigualdades que não tratam da questão das leis trabalhistas, das formas precárias de contratação, das condições de vida da população que necessita tão urgentemente de terra, trabalho, moradia, alimentação, transporte adequados. Temas como estes, tratados diretamente pelas organizações sindicais e pelos movimentos sociais populares, são permanentemente deixados a segundo plano pelas organizações compostas pelas classes médias. Assim, ainda que as organizações de base popular tenham caráter reformista na sociedade contemporânea, esse seria um reformismo de outro tipo, o reformismo operário, que, ainda que se mantenha no âmbito do capitalismo, carrega em si o germen para a contestação das estruturas fundantes do capital e portanto, da revolução social radical, a revolução socialista.

É muito importante que busquemos compreender quem são essas classes médias hoje, que tipo de trabalhadores as compõem e quais são suas principais posições políticas. Em nossa visão, as classes médias e a antiga pequena-burguesia sempre exerceram um mesmo papel na sociedade capitalista: ao criticá-la de forma parcial acabam por reforçá-la. Ainda que muitas críticas sejam dirigidas historicamente e atualmente por esses setores intermediários ao capitalismo, e hoje ao seu modelo neoliberal, o que observamos são soluções fundadas no diálogo e na conciliação que, de algumas vezes, se conformaram em alternativas políticas que tiveram a função de controlar as classes trabalhadoras e amenizar a luta de classes, impedindo ou retardando importantes processos revolucionários. Aí está o período do reformismo de forma geral, mas em especial o reformismo das classes médias. Ele escamoteia a luta de classes e, ao se propor a reformar o capitalismo, o fortalece, fortalecendo portanto a exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista,

Não podemos afirmar contudo que as classes médias sem exceções só exerceram e exercem esse papel contra-revolucionário e em prol da classe capitalista. Alguns sujeitos e setores dessas classes trouxeram importantes contribuições às classes proletárias em determinados momentos históricos. Contudo, isso só foi possível quando esse sujeito se colocou sob o julgo, sob a direção, sob às necessidades das classes populares. Nesse sentido, devemos considerar também que as classes intermediárias são cada vez mais numerosas e cumprem um importante papel de convencimento da opinião pública. Assim, quando setores dessas classes passam a apoiar movimentos e organizações populares, estes últimos se fortalecem demasiadamente, podendo levar a frente até mesmo um

programa revolucionário. Entretanto, há de se ter clareza de que essas organizações não podem de forma alguma esta a mercê ou depender de lideranças ou da própria base proveniente das classes médias. A tendência nesse último caso é que em uma situação extrema esses setores, que não são guiados pela necessidade extrema que concretamente fundamenta a radicalidade política, existem em levar a cabo uma transformação social radical, podendo colocar a perder toda a organização popular até então construída. Estas questões já nos foram levantadas por Marx, Luxemburg e Trotsky a partir de suas leituras dos momentos históricos de luta que vivenciaram.

Por fim, pretendemos fazer algumas indicações sobre as mobilizações políticas contemporâneas e o papel das classes médias. Nos arriscamos a fazer uma rápida reflexão sobre o que consideramos ser algumas das manifestações mais interessantes das classes médias pauperizadas e que sofrem as consequências do capitalismo neoliberal nos países centrais, e que, consideramos que tem uma certa continuidade com o movimento altermundialista: o que ficou conhecido atualmente como “movimento dos indignados”.

Essas manifestações se iniciaram em 2010, quando a população europeia e norte-americana começa a sentir as consequências da crise capitalista internacional. Assim, diversos países como Egito, Líbia, Grécia, Espanha, Portugal, Inglaterra e Estados Unidos observaram setores consideráveis de sua população irem às ruas e às praças, lutando por direitos sociais, trabalhistas, contra o desemprego, contra o corte dos gastos públicos e o desmonte do Estado de bem-estar, etc. Identificamos alguma relação entre as manifestações altermundialistas que ocorreram no decorrer dos anos 2000 na Europa e essas manifestações mais atuais. Alguns organizadores do FSM inclusive expressaram essa relação para órgãos da imprensa ao falar sobre o evento de 2012:

El Foro Social tenderá este año la mano a las nuevas voces y movimientos de protesta surgidos en el mundo: la llamada ‘Primavera Árabe’, Occupy Wall Street, los Indignados de España y los estudiantes de Chile.

“Son movimientos que tienen una radicalidad que no es del viejo estilo. No están marcados por la tradición de la izquierda clásica. Son sorprendentes porque han tenido el coraje de salir a la calle y enfrentar” el sistema que critican, dijo Grzybowski, quien dijo esperar 70.000 participantes en el Foro y hasta la presencia de la presidenta Dilma Rousseff.

En tiempos de crisis y de desencanto de las sociedades, el Foro Social, Ocupa Wall Street y los Indignados son una constatación de “los límites de los partidos como forma única de participación

política y de distancia que hoy separa a los dirigentes de gobiernos, sindicatos y partidos, de la base de la sociedad”, expresa Chico Whitaker, un fundador del Foro.<sup>96</sup>

É curioso notarmos que, a partir de uma observação distante é claro, a composição social dos indignados, principalmente em Espanha e Inglaterra, se assemelha muito com as manifestações altermundiais. É notória a presença de jovens das classes médias, dificilmente vendo a participação de estrangeiros que exercem os trabalhos mais precarizados ou de trabalhadores das periferias. Assim, nos arriscamos também a identificar aí algumas tendências políticas típicas das classes médias como: a rejeição a qualquer forma organizativa, a não apresentação de uma plataforma de reivindicações bem definida, a exaltação do pluralismo absoluto, a sua não auto-identificação como um movimento de classes, o pacifismo e as manifestações fundadas em um permanente dialogo pois suas ações de mantem na ocupação de espaços públicos, entre outros.

Quanto a isso, Maria Orlanda Pinassi emitiu uma interessante opinião em uma entrevista recentemente concedida à Revista Caros Amigos:

Eu penso que essas manifestações que têm ocorrido, como na Espanha, são de revolta contra o mundo do capital, mas que não tem um projeto político de enfrentamento. Trata-se de aglomerados de pessoas, muitas das quais à deriva, e que sentem ali a possibilidade de encontrar pares de infortúnio e de realizar algum tipo de catarse.

Ao contrário do que alguns possam pensar, de que sejam movimentos que caminham para o socialismo, eu vejo isso como um sinal positivo, de ruptura com toda uma passividade diante da desfaçatez arrogante do sistema, sobretudo em seu modelo financeiro, mas não muito mais do que isso, porque esses movimentos aputados na revolta podem gerar também sentimentos afins com os irracionalismos da extrema direita. (PINASSI, 2012)

Nesse sentido, não queremos afirmar que as manifestações das classes médias ou mesmo que o Fórum Social Mundial levará ao fascismo ou algo similar, mas a aparente crítica à esquerda leva a bem da verdade a um fortalecimento, por outros caminhos que o proposto pelo neoliberalismo, do sistema do capital. É necessário que observemos os momentos e as tendências históricas dessa classe que cumpriu papéis centrais de desorganização da classe trabalhadora. Um exemplo histórico é o papel da pequena-burguesia para o desenvolvimento do reformismo social-democrata na Alemanha no início do

---

<sup>96</sup> “Foro Social Mundial da la bienvenida a los Indignados”, Cubadebate, 23/01/2012. Disponível em; <http://www.outroladodanoticia.com.br/inicial/28813-foro-social-mundial-da-la-bienvenida-a-los-indignados.html>

século e mesmo nos países europeus na segunda metade do século XX. No caso do Fórum, e arriscamos, até mesmo de parte do “movimento dos indignados” pelo que observamos até o momento, essas manifestações contra o neoliberalismo afirmam suas reivindicações no âmbito do reformismo liberal, de forma a negar o modelo neoliberal, mas não o sistema de exploração capitalista.

As classes médias brasileiras continuam organizando o Fórum Social Mundial e o petismo permanece presente. O último fórum realizada em janeiro de 2012 ocorreu em Porto Alegre e contou com a presença da presidenta Dilma Roussef que discursou para mais de cinco mil pessoas. As ONGs, as cooperativas populares, o desenvolvimento sustentável, a democracia participativa e o empreendedorismo social continuam a todo vapor.

Assim, consideramos tarefa importante da esquerda socialista de base operária e popular repensar sua relação com as classes médias. É necessário travar essa relação, contudo, é mais que necessário que as organizações populares e revolucionárias sejam capazes de dirigir esse processo, colocando a importância da luta de classes e da construção de uma organização das classes trabalhadoras. Evitando assim cair nas garras do reformismo liberal que há décadas retarda os processos de desenvolvimento das classes populares para uma perspectiva revolucionária.

Porém, o cenário que observamos atualmente é de grande desolação nesse campo da esquerda. Como dissemos o que temos percebido é a continuidade de um amplo processo de crise da esquerda, que se inicia com a crise do stalinismo soviético, mas que irá abater a esquerda brasileira de forma mais violenta nas últimas décadas. O que observamos atualmente é o refluxo de organizações histórica das classes populares como CUT e MST que cada vez mais estão atrelados às estruturas governamentais e perdem seu poder de pressão e combatividade. Setores minoritários da esquerda tentam romper com as estruturas da CUT, do MST e do próprio PT, fundando organizações como o PSOL, a Conlutas, a Intersindical, o MTST, a sua maneira elaborando formas de crítica e superação do programa democrático-popular (PDP). Porém, esses setores ainda permanecem com alto grau de fragmentação e dificuldades de diálogo entre si, compondo as minorias das minorias. E mesmo a superação do PDP está longe de ser alcançada. Questões como: Como articular medidas reformistas com uma estratégia revolucionária? Como se organizar de forma independente das estruturas estatais, inclusive com relação à realização de reivindicações que garantam vitórias parciais à classe trabalhadora? Como se configura hoje a classe trabalhadora e como organizar seus diversos setores que parecem se encontrar em processo de fragmentação?

Essas são questões que não pretendemos responder. Mas que deixamos aqui como importantes reflexões do nosso momento histórico e que possivelmente poderão ser exploradas e problematizadas em uma pesquisa futura.



## Bibliografia

- \_\_\_\_\_ Qual deve ser a do FSM na(s) crise(s). *Revista Fórum*, edição 71, fevereiro de 2009.
- ALMEIDA NETO, Eduardo. Um outro fórum é possível. *Crítica Marxista*, n.16. Março de 2003.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n°76, 2009.
- ARCARY, Valério. *Maió de 1968: a última onda revolucionária que atingiu o centro do capitalismo*, 2008. Disponível em: [www.pstu.org.br](http://www.pstu.org.br) (Acessado em março de 2011).
- ARIAS, Santiane. *O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC*, Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp, março de 2011.
- AMIN, Samir; HOUTART, François (orgs.). *Mundialização das Resistências: o estado das lutas*. Editora Cortez, São Paulo, 2003.
- BAVA, Silvio Caccia, Uma nova classe social, *Le monde diplomatique*, 24/02/2011. Disponível em [www.diplomatique.uol.com.br](http://www.diplomatique.uol.com.br).
- BEROUD, Sophie, MOURIAUX, René & VAKALOULIS, Michel. *Le mouvement social en France*, Paris: La dispute/Snedit, 1998.
- BIHR, Alain, *Da grande noite à alternativa*, São Paulo: Boitempo, 1999.
- BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- \_\_\_\_\_ (org.), *Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil. Dossiê da revista Idéias*, Ano 9, n. 1, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2002.
- BORON, Atilio. *Filosofia Política Marxista*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BORON, A; GENTILI, P; SADER, E. (orgs) *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1996.
- BOUFFARTIGUE, Paul. Classes sociais em metamorfose – o caso francês. *La Pensée*, n° 341, janeiro-março de 2005.
- BRAZ, Marcelo. *Partido Proletário e Revolução: sua problemática no século XX*. Tese de doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- \_\_\_\_\_ O Marcuse na Contra-Revolução e Revolta: crítica da “Nova Esquerda”. *Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social*, PPGSS/UFRJ – Rio de Janeiro, 18(2), 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. A nova esquerda: uma visão a partir do Sul. *Revista de Filosofia Política*— Nova Série, vol. 6, 2000. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Filosofia, pp. 144-178

BROUÉ, Pierre. *A primavera dos povos começa em Praga*. Prefácio à edição brasileira, São Paulo: Kairós livraria e editora, 1979.

CARRERA, Nicolas & PODESTÁ, Jorge. Analisis de una relacion de fuerzas sociales objetiva: caracterizacion de los grupos sociales fundamentales em la Argentina actual, *Cuadernos CICSO*, Serie Estudios, n° 46, Buenos Aires, Argentina, 1989.

CARTA DE PRINCÍPIOS do Fórum Social Mundial, junho de 2001 – disponível em : [http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id\\_menu=4&cd\\_language=1](http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1)

CARTA DE PRINCÍPIOS DA CBJP. Disponível em [www.cbjp.org.br](http://www.cbjp.org.br).

CASSEN, Bernard. ¿Hacia el “post-altermundialismo”? Site do *Seminário internacional 10 Anos Depois: Desafios e propostas para um outro mundo possível*, 2010. Disponível em: <http://seminario10anosdepois.wordpress.com>

CATTANI, Antônio David (org). *FSM: A construção de um mundo melhor*. Editora Vozes, 2001.

CHAUVEL, Louis. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes. In: *Crítica Marxista*. São Paulo: Boitempo, 2002, n.15, pp. 57-70.

CHAUVEL, Louis & SCHULTHEIS, Franz. Le sens d'une dénégation: l'oubli des classes sociales em Allemagne et em France, *Mouvement – Dossier: Classes, exploitation: totem ou tabou?*, n° 26, março-abril 2003.

CLARKE, Simon. The Neoliberal Theory of Society in: SAAD-FILHO, Alfredo; JOHNSTON, Deborah (eds.). *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto Press, 2005, pp. 50-59.

COCKBURN, Alexander [et al.] *Resistencias mundiais : de Seattle a Porto Alegre* Rio de Janeiro : Vozes, 2001.

COHN, Gabriel. A teoria da ação em Habermas. IN: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). *Teorias da Ação em Debate*. São Paulo: Cortez, 1993.

DENNING, Michael, Esquerda Global? Os movimentos sociais na era dos três mundos. In: LOUREIRO, I.; LEITE, J. C., CEVASCO, M. E. (Orgs.). *O Espírito de Porto Alegre*. São Paulo : Paz e Terra, 2002.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Une théorie marxiste du néolibéralisme in: *Actuel Marx*, Fin du néolibéralisme? Paris; PUF, 2006, n° 40, p.24-29.

---

O imperialismo na era neoliberal. In: *Crítica Marxista*. Rio de Janeiro: Revan, 2004, n° 18, p. 11-36.

---

Néolibéralisme: dépassement ou renouvellement d'un ordre social?, *Actuel Marx*, Fin du neoliberalisme?, n° 40, 2006 (a).

EDER, Klaus. *A nova política de classes*. Bauru, SP : Edusc, 2002.

FRANCO, Augusto de. A reforma do Estado e o Terceiro Setor. In: PEREIRA, L. C. Bresser et al (org.) *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Unesp, 1999.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.), *Democracia hoje – novos desafios para a teoria democrática contemporânea*, Brasília, DF: Ed. UnB, 2001.

GALVÃO, Andréia. *O marxismo importa na análise dos movimentos sociais?* In: Encontro Nacional da Anpocs, Caxambu, 2008.

GARCIA Marco Aurelio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.), *Rebeldes e Contestadores*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

GENRO, Tarso. Reforma do Estado e democratização do poder local. In: VILLAS BOAS, R. & TELLES, V. S. (orgs.). *Poder Local, participação popular e construção da cidadania*. *Revista do Fórum Nacional de Participação Popular*, ano 1, no. 1, 1995.

GEORGE, Susan, O triunfo neoliberal e o desafio do FSM. *Carta Maior*, 23/01/2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br>

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.

GRAJEW, Oded. Fórum Social Mundial, 10 anos in: Site do *Seminário internacional 10 Anos Depois: Desafios e propostas para um outro mundo possível*, 2010. Disponível em: <http://seminario10anosdepois.wordpress.com>

---

Fórum Social Mundial na Amazônia, *Folha de São Paulo*, 26 de janeiro de 2009.

GUTIERREZ, Andriei, *Engenheiro, política e sociedade no contexto da reestruturação capitalista brasileira*. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2011.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

HOLZMANN, Lorena & PADRÓS, Enrique Serra. (Orgs.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento*, São Paulo: Ed. 34, 2003.

HOUTART, François & POLET, François. *O Outro Davos*. São Paulo: Cortez, 2002.

IBASE, *Coleção Fórum Social Mundial 2003*. Disponível em: [www.ibase.br](http://www.ibase.br)

- \_\_\_\_\_, *Fórum social Mundial- raio X da participação* 2005. Disponível em: [www.ibase.br](http://www.ibase.br)
- \_\_\_\_\_, *Fórum social Mundial- raio X da participação no Fórum policêntrico 2006*. Disponível em: [www.ibase.br](http://www.ibase.br)
- \_\_\_\_\_, *Relatório de pesquisa sobre os participantes – Fórum Social Mundial 2009*. Disponível em: [www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)
- KLEIN, Naomi. *Cercas e Janelas: na linha de frente do debate sobre globalização*. Editora Record, 2003.
- LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*, São Paulo: Cortez, 1995, Capítulo IX – A divisão classista em questão.
- LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa e CEVASCO, Maria Elisa (orgs). *O Espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- LUDD, Ned. (org) *Urgência nas ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os dias de ação global*. Editora Conrad, São Paulo, 2002.
- LUXEMBURG, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?*, São Paulo: Global, 1986.
- MANDEL, Ernst. *Da comuna a maio de 68*, Lisboa: Antídoto, 1979.
- MARCUSE, Herbert. *The New Left and the 1960s*, Nova York, Routledge: 2005.
- \_\_\_\_\_. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* IN: Karl Marx, Friedrich Engels – Obras Escolhidas. Volume 1, São Paulo: Alfa- Ômega, s/d.
- \_\_\_\_\_. *Luta de classes em França de 1848 a 1850* IN: Karl Marx, Friedrich Engels – Obras Escolhidas. Volume 1, São Paulo: Alfa- Ômega.s/d.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da Economia Política*, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- McADAM D., McCARTHY, J. & ZALD, M. *Movimientos Sociales: Perspectivas Comparadas*, Cambridge University Press:1996.
- MELUCCI, Alberto. The new social movements: a theoretical approach. In: *Social Science Information* n. 19, 1980, p. 199-226.
- \_\_\_\_\_. *A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MILLS, Wright. *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro; Zahar, 1976.

MUNCK, Ronaldo. Neoliberalism and politics of neoliberalism. In: SAAD-FILHO, Alfredo; JOHNSTON, Deborah (eds.). *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto Press, 2005, pp.60-69.

OFFE, Claus. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. In: *Social Research*. 1985, vol.52, n.4, pp.817-868.

PINASSI, Maria Orlanda.

POCHMANN, Marcio et al. *Classe Média - Desenvolvimento e Crise*. São Paulo: Cortez, 2006.

PONGE, Robert & ZEMOR, Fernando Schattschneider . Da Primavera de Praga às barricadas de Paris. In: Enrique Serra Padrós; Lorena Holzmann. (Org.). *1968: contestação e utopia*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, v. 1, p. 43-51.

POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Parte: A pequena-burguesia tradicional e a nova pequena-burguesia. Editora Zahar, RJ, 1975.

QUADROS, Waldir. A evolução recente das classes sociais no Brasil In: PRONI, M. & HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade – o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

\_\_\_\_\_. O encolhimento da classe média brasileira, *Carta Social e do trabalho – CESIT*, nº5, set. de 2006 a abril de 2007.

\_\_\_\_\_. Brasil: um país de classe média?, *Le monde diplomatique Brasil*, 24/02/2011. Disponível em: [www.diplomatique.uol.com.br](http://www.diplomatique.uol.com.br).

SAES, Décio. *Classe Média e o sistema político no Brasil*, São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SALLUM Jr., Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. *Revista Lua Nova*, n. 65, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. Editora Cortez, São Paulo, 2005.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de posições de classes no Brasil*, Belo horizonte: Editora UFMG, 2002, capítulo III.

SCOTT, Alan. Action, movement, and intervention: reflections on the sociology of Alan Touraine, *Canadian Revue of Sociology and Anthropology*, vol. 28, nº1, 1991.

SEOANE, J e TADDEI, E. (orgs.) *Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Editora Vozes, Petrópolis - RJ, 2001.

SOKOL, Markus. O Fórum não defende os trabalhadores. *Crítica Marxista*, n.16. Março de 2003.

SINGER, André, Raízes sociais e ideológicas do lulismo, *Novos Estudos*, nº 85, 2009.

TARROW, Sidney. *El poder en movimiento*. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

- TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Identidades em Construção: As Organizações Não Governamentais no Processo Brasileiro de Democratização. In: DAGNINO, Evelina (org.), *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*, São Paulo : Paz e Terra, Unicamp, 2002.
- TOURAINÉ, Alain. An introduction to the study of social movements. In: *Social Research*, vol.52, n.4, 1985 , pp.749-816.
- \_\_\_\_\_. The importance of social movements. *Social Movement Studies*, vol. 1, nº1, 2002.
- \_\_\_\_\_. Na fronteira dos movimentos sociais, *Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 21, nº1, jan/abr. 2006.
- \_\_\_\_\_. *El movimiento de mayo o el comunismo utópico*. Buenos Aires : Signos, 1970.
- TROTSKY, Leon. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.
- TUMOLO, Paulo. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*, Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel, Uma política de esquerda para o século XXI? Ou teoria e praxis novamente. In: LOUREIRO, I.; LEITE, J. C., CEVASCO, M. E. (Orgs.). *O Espírito de Porto Alegre*. São Paulo : Paz e Terra, 2002.
- WHITAKER, Francisco. Elementos para um balanço dos dez anos de FSM do ponto de vista da sua metodologia. In: *Seminário internacional 10 Anos Depois: Desafios e propostas para um outro mundo possível*, 2010. Disponível em: <http://seminario10anosdepois.wordpress.com/>
- WHITAKER, Francisco. *O desafio do Fórum Social Mundial – um modo de ver*, São Paulo: Loyola, 2005.
- WOOD, Ellen, *Democracia contra capitalismo*, São Paulo: Boitempo, 1995.
- WRIGHT, Erik Olin. *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ZARPELON, Sandra. *A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT*. Dissertação de Mestrado, IFCH-Unicamp, 2003.